

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

Sônia Marcia dos Santos

A Temática Quilombola em Sala de Aula:
Aprendendo História do Brasil com as postagens da Comunidade
Paio de Telha

Maringá

Fevereiro de 2020

Sônia Marcia dos Santos

A Temática Quilombola em Sala de Aula:
Aprendendo História do Brasil com as postagens da Comunidade
Paiol de Telha

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao
Mestrado Profissional em Ensino de História
(Profhistória) na Universidade Estadual de Maringá
como requisito parcial para obtenção de título de
Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe

Maringá

Fevereiro de 2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S237t

Santos, Sônia Marcia dos

A temática quilombola em sala de aula : aprendendo História do Brasil com as postagens da Comunidade Paiol de Telha / Sônia Marcia dos Santos. -- Maringá, PR, 2020.

73 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional, 2020.

1. Educação escolar quilombola . 2. Educação das relações étnico-raciais. 3. Temática quilombola . 4. Comunidade Quilombola Paiol de Telha . 5. Facebook (Rede social online). I. Felipe, Delton Aparecido, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional. III. Título.

CDD 23.ed. 981.07



**ATA DO EXAME DE DEFESA DA PÓS-GRADUANDA SONIA MÁRCIA DOS SANTOS
REALIZADO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE
MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.**

Aos treze e dois dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte, às catorze horas, no Bloco G-45, na sala de reuniões, realizou-se a apresentação do trabalho *Comunidade Quilombola Paiol de Telha: a temática quilombola em sala de aula* de autoria da pós-graduanda **SONIA MÁRCIA DOS SANTOS**, do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA. A Banca Examinadora esteve constituída pelos professores: Dr. Delton Aparecido Felipe (orientador-UEM/ProfHistória), Dr. Ricardo Tadeu Caires da Silva (membro convidado - UENSPAR-Paranavaí), Dra. Marivânia Conceição Araújo (UEM). Concluídos os trabalhos de apresentação e de arguição, a candidata foi Aprovada (aprovado/reprovado) pela Banca Examinadora. E para constar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.


A titulação será homologada mediante entrega do trabalho final após 60 (sessenta) dias após à defesa e de documentação exigida.

Observações:

A banca destaca a qualidade do trabalho, relevância política e o excelente caráter didático - pedagógico e metodológico para um tema atual em sala de aula.


Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe
Presidente (Orientador)


Prof. Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva
(UNESPAR/Paranavaí)


Profa. Dra. Marivânia Conceição Araújo
(UEM)

Dedico esta dissertação aos meus pais, meus tios, meu amado esposo Paulo Henrique, aos meus filhos amados Vinicius e Sarah, meu querido orientador prof. Dr. Delton Felipe e à minha inesquecível professora Celia Luzzi

AGRADECIMENTOS

A jornada até aqui foi longa e neste momento de alegria e satisfação quero agradecer a todos que me ajudaram a trilhar este caminho. Sou grata à:

Deus pela vida, pelo respirar e por ter acalmado meu coração em todos os momentos de angústia, incertezas e medo. Por ter ouvido minhas orações e ter me guardado em todas as longas viagens de Curitiba até Maringá.

Família, que sempre esteve ao meu lado, ajudando-me, confortando-me, orando por mim e torcendo para que tudo desse certo. Mãe, pai (*in memoriam*), irmãs e irmãos, sobrinhos e sobrinhas.

Tio Anacleto e tia Teresa, pessoas incríveis que me proporcionaram um lar em Maringá. Com um abraço fraterno e um aconchego verdadeiro. Por me receberem tão bem, por toda refeição preparada com tanto sabor e amor, pelo chazinho de capim limão depois de longas horas de estudo na universidade.

Meu núcleo familiar, querido esposo Paulo Henrique, filhos amados Vinicius e Sarah. Por toda compreensão, por todas as vezes que vocês me levaram até a rodoviária de Curitiba, por entenderem os momentos de ausência e os longos períodos de estudo que exigiam de mim leitura e muita dedicação. Obrigada crianças, por entenderem que o silêncio se fazia necessário, pela colaboração nas atividades domésticas e por me amarem.

Amado esposo e companheiro Paulo Henrique, que sempre confiou em mim, mesmo quando eu própria duvidava da minha capacidade. Agradeço a ti por ser meu porto seguro, companheiro de idas e vindas em bibliotecas e livrarias, companheiro nas atividades domésticas e dificuldades do dia a dia. Por cada xícara de café, por cada palavra de incentivo, por cada livro comprado e por acreditar em mim sempre.

Professor Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva por sua participação na minha banca de qualificação e por naquele momento ter sugerido a leitura de livros e textos que foram fundamentais para o desenvolvimento da minha dissertação. Sou grata pelas observações feitas com respeito e carinho.

Professora Dra. Marivânia Conceição Araújo por despertar em mim a percepção de que o presente trabalho ao qual me propus desenvolver tem relevância política. Agradeço a todos os pequenos detalhes observados que ao

serem corrigidos tornaram minha dissertação e produto final mais refinado. Obrigada pelo carinho e atenção.

Agradeço ao meu querido orientador prof. Dr. Delton Aparecido Felipe que aceitou participar dessa jornada comigo. Obrigada professor Delton por toda paciência, carinho e compreensão. Por todo conhecimento compartilhado, pelas horas de dedicação na leitura da dissertação e por todos os apontamentos feitos para que o meu trabalho ficasse cada vez melhor.

Escola é

*O lugar que se faz amigos.
Não se trata só de prédios, salas, quadros,
Programas, horários, conceitos...
Escola é sobretudo, gente.
Gente que trabalha, que estuda
Que alegra, se conhece, se estima.*

*O Diretor é gente,
O coordenador é gente,
O professor é gente,
O aluno é gente,
Cada funcionário é gente.*

*E a escola será cada vez melhor
Na medida em que cada um se comporte
Como colega, amigo, irmão.
Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”
Nada de conviver com as pessoas e depois,
Descobrir que não tem amizade a ninguém.
Nada de ser como tijolo que forma a parede, Indiferente, frio, só.*

*Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
É também criar laços de amizade, É criar ambiente de camaradagem,
É conviver, é se “amarrar nela”!*

*Ora é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer,
Fazer amigos, educar-se, ser feliz.
É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.*

Paulo Freire

RESUMO

A disciplina de História é indicada como uma das mais adequadas para os trabalhos que possibilitem a efetivação da lei 10.639/2003. Neste sentido, a presente pesquisa teve como norteadoras as questões: de que maneira podemos abordar a temática quilombola em escolas regulares? Como colaborar com a referida lei no ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana em sala de aula? A metodologia utilizada baseia-se no paradigma da pesquisa qualitativa em educação com a produção de unidades didáticas e visava pensar e elaborar práticas pedagógicas que façam sentido para os estudantes e proporcionem uma aprendizagem mais significativa, com o uso das tecnologias e das redes sociais. Durante o desenvolvimento, uma extensa pesquisa bibliográfica serviu para fundamentar o conceito de quilombo e posteriormente foram consultadas as publicações da comunidade Paiol de Telha no Facebook durante um período de seis meses. Após este levantamento inicial, foram selecionadas cinco postagens que serviram como mote para a construção de unidades temáticas. O princípio focal desta seleção foi elencar temas que permitissem dar visibilidade aos quilombolas enquanto sujeitos históricos que mantiveram ao longo do tempo suas referências ancestrais e saberes. Ao encerrar a escrita desta dissertação, podemos concluir que a utilização das tecnologias associada a uma análise de postagens em redes sociais torna a aprendizagem mais significativa e permite a exploração de temas quilombolas e africanas em escolas de ensino regular.

Palavras-chave: Educação escolar quilombola. educação das relações étnico-raciais. temática quilombola. comunidade quilombola Paiol de Telha - Facebook

ABSTRACT

The History discipline is indicated as one of the most suitable for the works that make law 10.639 / 2003 possible. In this sense, the present research was guided by the questions: how can we approach the quilombola theme in regular schools? How to collaborate with that law in the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in the classroom? The methodology used is based on the paradigm of qualitative research in education with the production of didactic units and aimed to think and develop pedagogical practices that make sense to students and provide more meaningful learning, using technologies and social networks. During development, extensive bibliographic research served to substantiate the concept of quilombo and later the publications of the Paiol de Telha community on Facebook were consulted over a period of six months. After this initial survey, five posts were selected that served as a motto for the construction of thematic units. The focal principle of this selection was to list themes that would give visibility to quilombolas as historical subjects who have maintained their ancestral references and knowledge over time. At the end of the writing of this dissertation, we can conclude that the use of technologies associated with an analysis of posts on social networks makes learning more meaningful and allows the exploration of quilombola and African themes in regular schools.

Keywords: Quilombola school education. education of ethnic-racial relations. quilombola theme. quilombola community Paiol de Telha. Facebook.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Terras quilombolas tituladas e em processo no incra.....	57
Figura 2 - Comunidades remanescentes de quilombos por estado	59
Figura 3 - Mapa da População Negra e Comunidades Quilombolas no Paraná	68
Figura 4 - Área titulada e área com decreto de desapropriação	72
Figura 5 - comunidade quilombola invernada paiol de telha	73
Figura 6 - Situação dos quilombos no Paraná	74
Figura 7 - Quilombolas da comunidade com o documento de titulação das terras.....	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Dados referentes ao censo escolar de 2010.....	38
QUADRO 2 - Comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação	69
QUADRO 3 - Titulação parcial	71

LISTA DE SIGLAS

FNB – Frente Negra Brasileira

TEN – Teatro Experimental do Negro

MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial

MNU – Movimento Negro Unificado

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

FCP – Fundação Cultural Palmares

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A POPULAÇÃO NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO NO BRASIL E A LUTA POR EDUCAÇÃO.....	18
1.1. A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR.....	27
1.2. a temática quilombola nas escolas regulares.....	32
2. QUILOMBOS NO BRASIL: ENTRE SIGNIFICADOS E RESSIGNIFICADOS NO SÉCULO XX	40
2.1. CONCEITO DE QUILOMBO – VIÉS CULTURALISTA	43
2.2. CONCEITO DE QUILOMBO – VIÉS MATERIALISTA.....	46
2.3. CONCEITO DE QUILOMBO – VIÉS MILITÂNCIA	50
3. COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL.....	54
3.1. ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS.....	59
3.2. QUILOMBOS NO PARANÁ E A POPULAÇÃO NEGRA.....	64
3.3. COMUNIDADE QUILOMBOLA INVERNADA PAIOL DE TELHA.....	70
4. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO	75
4.1. REDES SOCIAIS E EDUCAÇÃO	80
4.2. Organização da unidade didática.....	85
5. UNIDADES DIDÁTICAS	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	109
ANEXO 1- POSTAGENS DA COMUNIDADE PAIOL DE TELHA NO FACEBOOK – FORAM ESCOLHIDAS POSTAGENS NO PERÍODO DE JULHO DE 2019 Á DEZEMBRO DE 2019.	116

INTRODUÇÃO

Em minha trajetória do magistério participei de inúmeras atividades de formação continuada e capacitação promovida pelo Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Educação, durante o período conhecido como semana pedagógica¹. Tendo como objetivo central proporcionar aos docentes o aperfeiçoamento profissional.

Nesses momentos de formação continuada eu sentia falta de abordagens relacionadas a metodologias de ensino e sugestões de práticas pedagógicas que contemplassem temas relacionados à História da África e da cultura Afro-brasileira. Mesmo com a aprovação da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica, eu não via uma preocupação de fato com a aplicação dessa lei na rotina escolar e muito menos nos conteúdos que abordassem a história da África e do povo negro brasileiro de forma valorativa, despertando o interesse dos alunos negros e não negros para compreender essa faceta importante da História do Brasil.

Pensar uma prática pedagógica que esteja alinhada com temáticas importantes que desperte o interesse do estudante requer uma formação consistente e muita pesquisa. No entanto, quando você fica muitos anos em sala de aula com uma carga horária expressiva, realizando todas as atividades pertinentes ao exercício da profissão, tais como elaborar planos de aula e corrigir avaliações, o estudo e a reflexão ficam para um segundo plano. Infelizmente, ao longo dos anos a rotina escolar pode levar a uma prática pedagógica repetitiva e sem muito significado.

Para não ser suscetível a esse automatismo em minha ação pedagógica, busquei atualizar os meus saberes por meio da formação continuada foi nesse contexto que no ano de 2017 participei da seleção para o Mestrado Profissional em Ensino de História. O Mestrado Profissional em Ensino de História, com seu programa e disciplinas propostas, veio ao encontro das minhas necessidades de uma formação voltada para a reflexão. As

¹ Ocorre no início do ano – fevereiro e dura uma semana, na metade do ano – julho com o mesmo tempo de duração.

disciplinas cursadas no decorrer de 2018 levaram-me a potencializar ainda mais a reflexão da importância de contemplar temas que possibilitassem o estudo da História da África e cultura Afro-brasileira, mas de uma maneira que despertasse o interesse dos estudantes.

No planejamento das aulas, questionava-me quais demandas sociais poderiam ser abordadas com os conteúdos. Li e refleti sobre o que seria uma metodologia adequada e uma prática pedagógica significativa para os estudantes. Como a Lei 10.639/2003 poderia ser abordada em sala? Como tornar o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e instigante? Esses primeiros questionamentos foram seguidos de muitos outros que me levaram a estudar, ler e debater na academia o meu protagonismo enquanto professora da rede pública na promoção de uma educação com mais qualidade.

Sob esse prisma novos questionamentos surgiram e, ao conversar com os meus colegas do mestrado e professores (as), comecei a me questionar se o que considerava aprendizagem significativa atendia à diversidade de sujeitos sociais que encontro nas escolas. Aprendizagem significativa de quem e para quem? Prática pedagógica mais reflexiva, criativa, coerente e produtiva para quais sujeitos? Percebi que repensar a minha prática pedagógica iria além de uma inquietação pessoal.

Foi a partir desses questionamentos e inquietações que em uma das disciplinas cursadas no mestrado - intitulada Ensino de História, Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola - que comecei a entender que o conceito de aprendizagem significativa perpassava pelas relações de poder que envolvem o currículo e os conteúdos presentes nas diretrizes curriculares.

Compreendi que os conteúdos históricos relacionados à História do Brasil estão vinculados a uma perspectiva eurocêntrica e que se quisesse pensar em aprendizagem significativa teria que relacionar as relações de poder, saber e diversidade com a formação da sociedade brasileira.

A partir das primeiras leituras, estudos e reflexões percebi as dificuldades existentes na aplicação da Lei 10.639/2003, a luta da população negra no Brasil, sua cultura e contribuição histórica para o país. Decidi então

pensar sobre possíveis estratégias de ensino e práticas pedagógicas que possibilitassem a efetivação dessa lei na sala de aula.

Na disciplina de Ensino de História, Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola, dentre todas as temáticas trabalhadas uma despertou mais o meu interesse: Quilombos. Ao saber mais sobre as comunidades quilombolas no Paraná, uma em especial chamou a minha atenção: a história da Comunidade Invernada Paiol de telha.

Diante das reflexões postas eu precisava escolher um tema para escrever a dissertação e ao final elaborar um produto. Foi dessa forma que escolhi trabalhar com a História da África e cultura Afro-brasileira, partindo da seguinte problemática: Como posso abordar a temática Quilombola nas escolas regulares e com isso colaborar com a efetivação no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula como demanda a lei 10.639/2003?

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola apresentam como um de seus objetivos a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da educação básica e em todos os estabelecimentos de ensino, sejam eles públicos ou privados, rurais ou urbanos. Para que haja o reconhecimento e o respeito pelos quilombolas como comunidades tradicionais que contribuíram e contribuem com a história do nosso país.

O ensino da temática quilombola possibilita aos estudantes negros e não negros das escolas regulares conhecer, valorizar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes até os dias atuais, desde formas individuais até as coletivas. Além disso, crianças descendentes de quilombolas estudam em escolas regulares e por isso a necessidade de trabalhar essa temática em sala de aula.

O estudo dos quilombos no Brasil permite aprender sobre a História da África, a História do Brasil, discutir os processos de resistência da população negra, visibilizar grupos e estudar a memória coletiva. Por meio da temática quilombola podemos trabalhar assuntos como a situação do negro na atualidade, a intolerância religiosa e a questão da terra por exemplo, e assim

abordar as relações étnico-raciais em sala de aula contemplando a Lei 10.639/2003.

Acredito que o meu trabalho tenha relevância acadêmica e social por abordar a temática quilombola e relacioná-la com o Ensino de História em escolas regulares. Tem como público alvo professores e professoras da rede pública e privada que atuam em sala de aula e precisam de material de apoio para trabalhar com a Lei 10.639/2003. Essa pesquisa e seu produto final possibilitam outro olhar sobre os quilombos no Brasil e no Paraná. Destina-se a alunos e alunas negros e não negros; quilombolas e não quilombolas; de escolas públicas e privadas – que estejam localizadas em comunidades quilombolas ou fora de seus territórios.

No primeiro capítulo, **A população negra no pós-abolição no Brasil e a busca de reconhecimento por meio da educação**, apresento o caminho trilhado por segmentos da população negra que se organizaram e se articularam para resgatar a dignidade negada pelo Estado e pela sociedade brasileira no pós-abolição (1888) e início da república (1889). Nas décadas que se seguiram negros e negras não ficaram indiferentes em relação aos problemas postos e criaram grupos de resistência como a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado.

Na década de 1990 dois marcos foram importantes para a educação brasileira: a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) que estabeleceram a importância do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Na década de 2000 a criação da Lei 10.639/2003 instituiu a obrigatoriedade de trabalhar em sala de aula o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira; em 2004 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; no ano de 2012 são estabelecidas as Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola. Fecho o capítulo abordando a necessidade de educar as relações entre as pessoas de diferentes grupos étnico-raciais e formar cidadãos que promovam condições de igualdade no exercício da cidadania.

No segundo capítulo, **Quilombos no Brasil: entre significados e ressignificado no século XX**, apresento uma discussão a respeito do

conceito de quilombo e como ele foi sendo ressignificado na historiografia brasileira de acordo com o momento histórico, político e social dos intelectuais que abordaram o tema. Intelectuais como Arthur Ramos e Edison Carneiro apresentam quilombo como persistência da cultura africana e recriação dos estados africanos em território brasileiro. Décio Freitas, Luiz Luna, José Alípio Goulart definem quilombo como resistência negra e como negação do sistema escravista. Clóvis Moura aborda o tema sob um viés marxista.

Na década de 1930 foram difundidas ideias de que a escravidão no Brasil teria sido branda e que a miscigenação teria possibilitado a harmonia entre os diversos grupos que aqui viveram, não havendo nesse momento histórico uma preocupação em revisitar o conceito de quilombo. Nas décadas de 1980, 1990 e 2000 os intelectuais que conceituam quilombo o fazem sob uma perspectiva da militância em prol da educação para a população negra.

No terceiro capítulo, **Quilombos no Brasil**, abordo a situação dos quilombos no pós-abolição (1888), no início da República (1889) e na atualidade. Apresento como a população negra passou por um processo de marginalização e como foi estruturada a política promovida pelo Estado de incentivo à vinda de imigrantes europeus para o Brasil. O governo brasileiro desejava modernizar o país, negros e negras foram considerados um entrave para o progresso; já os imigrantes europeus representavam o ideal de trabalhador que contribuiria com o crescimento da nação.

Durante muito tempo a população negra foi invisibilizada, os quilombos e os quilombolas foram ignorados pelo governo e somente com a Constituição Federal de 1988 o Estado reconheceu a existência dos quilombos e passa a usar a expressão “remanescentes de quilombos”. O Estado reconhece o direito dos quilombos às suas terras e possibilita juridicamente a titulação das mesmas. Nesse contexto foi criada a Fundação Cultural Palmares com o objetivo de promover políticas públicas que valorizassem a cultura da população negra atuando como interlocutora junto às diferentes esferas do poder público.

Abordo também a presença negra no Paraná e de como o governo forjou uma identidade paranaense valorizando a contribuição dos imigrantes europeus e invisibilizando a população negra na história e formação do nosso

estado. Apresento a história da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha e sua longa luta para conseguir usufruir as terras que foram herdadas por onze ex-escravizados no ano de 1860. A Comunidade Paiol de Telha tem uma trajetória emblemática, sendo a primeira comunidade quilombola reconhecida no Paraná pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2005 e a primeira a receber a titulação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no ano de 2019.

No quarto capítulo, **Tecnologias da Informação e Comunicação**, apresento conceitos teóricos pertinentes às tecnologias e redes sociais. Destaco a importância da internet e das redes sociais no cotidiano das pessoas e no contexto escolar. A possibilidade de conhecer outras pessoas, grupos e realidades de forma instantânea sem necessariamente a presença física dos indivíduos, ou seja, a possibilidade de conhecer outras realidades separadas geograficamente. Falo sobre a chegada das redes sociais no espaço escolar e de como professores (as) precisam enfrentar essa nova realidade, reconhecendo a importância de aprender sobre novas tecnologias e inseri-las no contexto escolar relacionando com o ensino.

Neste capítulo apresento a página que a Comunidade Paiol de Telha tem na rede social Facebook e como a utiliza para postar temas que interessam ao grupo e que tenham relação com sua cultura, suas lutas e seus anseios. Apresento também a estruturação da Unidade Didática indicando os itens que a compõem.

No quinto capítulo, **Unidade Didática**, apresento o resultado final do produto que elaborei ao longo de quatro meses. Cada Unidade Didática contempla estratégias de ensino que possibilitam trabalhar com a temática quilombola nas escolas regulares. Com o intuito de dar visibilidade à história da população africana no Brasil e seus descendentes, além de colaborar para que estudantes quilombolas e não quilombolas possam conhecer como se formaram essas estruturas sociais.

1. A POPULAÇÃO NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO NO BRASIL E A LUTA POR EDUCAÇÃO

No Brasil após a abolição, a população negra não foi incluída na proposta de uma sociedade republicana e moderna. Com a lei Áurea (1888) houve a derrubada, de boa parte das barreiras formais que impediam os negros de competir com os brancos pelas posições sociais mais altas. Sendo-lhes facultada a entrada na corrida, ocorre, entretanto, que quando os portos se abriram os negros perceberam que os brancos já se encontravam a milhares de quilômetros dali. Essa condição desigual produziu efeitos constatáveis até os dias de hoje, principalmente quando percebemos que para os negros superarem a desvantagem imposta a eles, é preciso que cada geração percorra uma distância muito maior do que a percorrida por seus contemporâneos brancos. (OSÓRIO, 2008 p.66)

A modernização proposta pelo governo excluiu a população negra colocando-a à margem dessa nova sociedade brasileira que se apresentava republicana e capitalista. Esse período histórico foi marcado por rupturas tão significativas como a assinatura da lei Áurea (1888) e a Proclamação da República (1889) que marcaram o final do século XIX. Nesse contexto a população negra acabou tornando-se alvo de discriminação e marginalização por parte da sociedade e do próprio Estado que promoveu políticas de branqueamento da população com a vinda de imigrantes europeus para o Brasil. (FELIPE, 2015)

Para as elites brasileiras a prosperidade, o crescimento e a modernização do país só seriam possíveis se o projeto de modernidade fosse colocado em prática, e para tal, era necessário tirar do caminho todos os entraves possíveis, incluindo os ex-cativos (FELIPE, 2015). A modernização do país só seria assegurada se a nação fosse formada por um tipo ideal de cidadão: homem – branco – europeu. Por esse motivo foi estimulada a vinda da população europeia branca para todas as regiões do país. (FELIE & TERUYA, 2015)

De acordo com Moura (1988), no sistema escravista, a população negra exercia atividades laborais em todos os setores produtivos: na carpintaria, na

construção civil, na construção naval, na agricultura, na mineração e dezenas de outras atividades. Negras e negros trouxeram conhecimentos sobre metalurgia e mineração do longínquo território africano.

A população negra esteve presente em todo o período escravista - século XVI a XIX, e em todas as regiões do Brasil, executando com muita qualidade, mesmo na condição de escravizados, o trabalho imposto. Os portugueses não queriam e não aceitavam exercer tais atividades laborais e o negro foi na dinâmica da sociedade escravista o mecanismo equilibrador e impulsionador da economia.

Nesse contexto de desarticulação e marginalização do negro a sociedade brasileira emerge para o desenvolvimento capitalista e o governo passa a promover a vinda de imigrantes para o Brasil. Para reforçar a ideia de que o homem branco europeu era o trabalhador ideal para a nação. Moura expõe que:

O preconceito de cor é assim dinamizado no contexto capitalista, os elementos não brancos passam a ser estereotipados como indolentes, cachaceiros, não persistentes no trabalho e, em contrapartida, por extensão, apresenta-se o trabalhador branco como modelo do perseverante, honesto e de hábitos morigerados e tendências à poupança e a estabilidade no emprego. (MOURA, 1988 p.69)

O governo elege um tipo ideal de trabalhador para o Brasil e o coloca como superior ao negro racialmente e culturalmente. Ocorre a promoção do branqueamento e o governo legitima através de suas ações o fortalecimento de uma ideologia que favorecia as elites. A herança da escravidão está nas classes dominantes que: “criavam valores discriminatórios através dos quais conseguiam barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social”. (MOURA, 1988 p.70)

Diante de um cenário tão excludente o negro não se conformou com sua condição, primeiro de cativo e depois de excluído e marginalizado. Muito pelo contrário, ao longo de todo sistema escravista e mesmo depois dele os negros se organizaram em diferentes formas de resistência: “quilombos, clubes conspiratórios, candomblé, irmandades religiosas, festas de reis do Congo, caixas de alforria, cantos e grupos de capoeira” (MOURA, 1988 p.113). A

população negra procurou ajudar-se mutuamente e se organizaram em grupos e movimentos.

Ao falar em negros no Brasil no pós-abolição não podemos pensar que todos partilhavam das mesmas ideias e lutas. Luiz Alberto Gonçalves, citando Moura, diz que (Moura *apud* GONÇALVES, 2011 p.11) “dependendo dos dotes e propriedades, da qualificação intelectual e do status, um mestiço se definia (consciente ou inconsciente) como branco. Ultrapassar a linha da cor na segunda metade do século XIX, no Brasil, era a norma. Não havia qualquer vantagem, nenhum ganho em ser descendente de escravos”. Muitos negros procuraram se encaixar no sistema e tentavam esconder sua ascendência na esperança de não sofrerem humilhação e discriminação.

Conforme apontado por Gonçalves (2011), na década de 1930 as famílias negras reconheciam o importante papel da educação como estratégia de ascensão social, a escola passou a ser um local que possibilitava a mudança. Mas, esse espaço que a princípio seria um ambiente transformador se mostrou inóspito e reprodutor da ideologia vigente na sociedade.

Conforme apontado por Felipe & Teruya (2015), a educação popular foi pensada nesse período como um projeto que possibilitasse consolidar o Brasil frente aos novos desafios, a população precisava de educação formal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932 defendia uma escola como direito e dever do Estado, mas a população negra não foi contemplada por ser considerada inferior.

Na década de 1930 a população negra não estava indiferente ou imobilizada em relação aos problemas postos, muito pelo contrário, procuravam se organizar e atuar através da imprensa e associações negras abordando a questão racial. Segundo Gomes (2005), a Frente Negra Brasileira (FNB)² foi uma organização criada em setembro de 1931 no estado de São Paulo e conseguiu se destacar na efervescente década, que passava por uma crise econômica e por transformações políticas.

² Entidade negra que tinha como missão integrar o povo afro-brasileiro à sociedade. Autodenominada “órgão político e social da raça”, a Frente Negra atingiu dimensões inusitadas, chegando, inclusive, a tornar-se partido político. Proporcionou à população desassistida e marginalizada não só assistência social, mas um meio de organização, educação e combate ao preconceito. (PALMARES, 2019)

A FNB conseguiu atrair pessoas em várias cidades paulistas e até em outros estados como: Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul. Segundo Gomes (2005) a FNB tinha vários departamentos, caixa beneficente, organizava festivais de música e promovia concursos, atraindo vários setores negros da sociedade. Foi uma das primeiras organizações a exigir igualdade de direitos e participação dos negros. Reconhece-se na FNB a luta contra o racismo, a promoção das condições de vida, saúde, educação e emprego. Tendo como objetivo aproximar diferentes setores da sociedade negra.

A partir da década de 1930 no Brasil passa a existir uma conscientização de que o país não vivia em uma democracia racial e a FNB vê na educação uma possibilidade de mudança, ou seja, como ator coletivo no cenário brasileiro a entidade lança as sementes para um olhar e um pensar diferente em relação à escola e à educação. Em 1937 o Estado Novo de Getúlio Vargas fechou todos os partidos políticos e associações, incluindo a FNB. (GOMES, 2005)

Na década de 1940 é criado o Teatro Experimental do Negro (TEN)³, fundado por Abdias Nascimento, tinha como objetivo contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros resgatando a herança africana. O TEN promovia a alfabetização de seus participantes e reivindicava o ensino gratuito a crianças, jovens e adultos em todas as instâncias de ensino.

Através de atividades culturais o TEN promovia o combate ao racismo. Nilma Lino Gomes (2018) destaca a importância desse grupo na construção de uma imagem positiva do negro. É importante salientar que o TEN contribuiu com a luta pela visibilidade da população negra na arte e na cultura.

No final da década de 1970, em plena ditadura militar, um protesto social nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo deu origem ao Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR). A manifestação ocorreu em 1978 em protesto contra a discriminação racial sofrida pela população negra.

³ Idealizado, fundado e dirigido por Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro tinha como objetivo a valorização do negro no teatro e a criação de uma nova dramaturgia. Atuou no nascimento do teatro moderno, priorizando seu projeto artístico sem levar em conta o gosto médio da plateia e abrindo mão da profissionalização. Englobou o trabalho pela cidadania do ator, por meio da conscientização e também da alfabetização do elenco, recrutado entre operários, empregadas domésticas, favelados sem profissão definida e modestos funcionários públicos. (GELEDÉS, 2019)

Em 1979 o movimento é renomeado e passa a ser chamado de Movimento Negro Unificado (MNU), conforme Silva, Pessoa e Cardoso:

O MNU dava origem ao protesto negro, movimento de rua, de mobilização e de agitação política que marcará as organizações antirracistas brasileiras nas décadas de 1970-1990. Uma estratégia centrada na denúncia do racismo, na exigência do respeito à diferença cultural e racial, demonstrações do orgulho negro e a defesa de suas origens africanas e nas lutas antiescravistas. Este movimento dirá não as políticas de assimilação cultural e de branqueamento da população. (SILVA, PESSOA & CARDOSO, 2018 p. 143)

O MNU foi um importante ator coletivo que pensou e exigiu educação para os negros no Brasil. Além disso, lutou para que o tema racismo e discriminação racial entrassem nas agendas políticas e da justiça brasileira. Petronilha Beatriz Gonçalves (2011) destaca que o MNU desejava maior visibilidade na mídia, queria alcançar e fazer parte das esferas de poder e ter acesso às instituições educacionais, inclusive no nível superior.

Na década de 1980 o Brasil passou por um processo de redemocratização em que o Movimento Negro percebeu e reconheceu nesse momento histórico a oportunidade de aprofundar a luta antirracista e cobrar do Estado políticas públicas que atendessem as reivindicações da população negra. Gomes (2018) define o Movimento Negro como:

As mais diversas formas de organização e circulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam a superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negra, no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação de diferentes espaços e lugares na sociedade. (GOMES, 2018 p. 23-24)

Conforme apontado por Gomes (2018), o Movimento Negro reconhece a importância do combate ao racismo ao longo da história do Brasil e coloca a educação como prioridade, como espaço de intervenção e emancipação social. Com a redemocratização o Movimento Negro se mostrou um sujeito coletivo disposto a lutar pelo acesso à educação para a população negra.

Se pensarmos uma cronologia de mudanças significativas que ocorreram a partir da redemocratização e analisarmos com um olhar mais atento às transformações ocorridas a partir da Constituição Cidadã de 1988 perceberemos que o Movimento Negro atuou em prol dessas demandas, juntamente com intelectuais e outros movimentos sociais. As conquistas que serão aqui apresentadas não foram benesses do governo, mas sim, fruto da luta desses grupos.

A luta antirracista que existiu desde o século XIX através da imprensa negra, FNB, TEN, MNU e tantos outros que existiram, resistiram e persistiram durante a ditadura se reorganizaram e exigiram a participação da população negra na elaboração da nova constituição. Em outubro de 1988 é promulgada a nova Constituição Federal Brasileira, conhecida como Constituição Cidadã. Esta apresenta como alguns de seus objetivos garantir direitos sociais, econômicos, políticos e culturais que tinham sido suspensos pelos governos no período da ditadura civil-militar (1964-1985)

No ano de 1988 o MNU apresentou como pauta principal o reconhecimento do mito da democracia racial⁴ como uma farsa na sociedade brasileira. Dentro de todas as demandas apresentadas ficou estabelecido na Constituição: “Artigo 216 – tombamento de documentos e sítios de remanescentes de antigos quilombos; Ato das Disposições Transitórias, Artigo 68 – os remanescentes de quilombo terão a propriedade definitiva reconhecida”. (BRASIL, 1988) É a primeira vez que o Estado reconhece legalmente a existência das comunidades tradicionais quilombolas.

Segundo Gomes (2018) a partir da década de 1990, com a promulgação recente da nova constituição, o Movimento Negro vê a necessidade de ampliar o debate e começa a cobrar do governo políticas públicas que de fato trouxessem visibilidade para a população negra na sociedade e possibilitassem

⁴ Democracia racial: trata de um pensamento comum na formação da nacionalidade brasileira, que é o discurso da mestiçagem, que difunde a ideia de que a mistura de raças existentes no Brasil constituiu uma nação sem preconceito racial. Esse discurso oferecerá ancoragens para a elaboração de formações discursivas que exaltam a democracia racial e não exigência de raças como características do povo brasileiro, já que considera raça só em seu aspecto biológico, não considerando os desdobramentos históricos e sociais desse conceito. (CARVALHO, 2019)

o acesso à educação em todos os níveis de ensino, inserindo a História e Cultura Afro-brasileira nos conteúdos escolares.

No final da década de 1990 dois documentos importantes marcam a educação brasileira: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais. No ano de 1996 a LDB 9394/96 reforça o direito à educação e estabelece os princípios e os deveres do Estado em relação ao ensino nas escolas públicas, definindo as responsabilidades, em colaboração com a União, Estados e Municípios.

Em seu artigo 26-A⁵, a LDB determina que nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e Cultura Afrobrasileira e Indígena. A partir da LDB 9394/96 o governo reconhece a importância dos negros e indígenas na formação do território brasileiro e a relevância do espaço escolar na transmissão dos conhecimentos que reconheçam a importância desses grupos étnicos da formação do Brasil.

Em 1997 o Governo Federal estabelece os Parâmetros Curriculares Nacionais: diretrizes elaboradas com o objetivo principal de orientar educadores através da normatização de alguns fatores fundamentais relacionados a cada disciplina. Os PCN's servem tanto para a rede pública como para a rede privada de ensino. No seu artigo 210 reconhece a necessidade de uma mudança curricular que contemple a pluralidade cultural, reconhecimento e valorização das características étnicas e culturais de diferentes grupos. O artigo 210 estabelece que: "serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica, nacionais e regionais". (BRASIL, 1997 s/p)

Mesmo com avanços na área jurídica (LDB) e educacional (PCN's) a luta antirracista adentra o novo século e segundo Gomes (2018) o Movimento Negro se constituiu como sujeito político cujas reivindicações começaram a ser

⁵ § 1º - "O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira. O negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política pertinente a História do Brasil". (BRASIL, 1996)

ouvidas pelo Governo Federal, inaugurando um período de políticas e práticas de ações afirmativas voltadas para a população negra.

O ano de 2003 é importante para o Movimento Negro e outros atores sociais que veem na escola um espaço vital para a promoção e construção de uma sociedade antirracista. Neste ano é aprovada a lei 10.639/03⁶ que versa sobre a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, destacando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

A lei apresenta como alguns de seus objetivos: divulgar e produzir conhecimentos, atitudes, posturas e valores que contribuam com a formação de pessoas que respeitem efetivamente a população negra na sociedade e que reconheçam a pluralidade étnico-racial do nosso país. A lei 10.639/03 altera a LDB 9394/96 em seus artigos 26 e 79 e torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira em estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares do país e inclui o dia 20 de novembro como do Dia da Consciência Negra.

A aprovação da lei 10.639/03 foi uma das demandas propostas pelo Movimento Negro e outros atores sociais que veem na educação uma possibilidade de emancipação. Segundo Gomes (2018) o Movimento Negro exigiu do governo uma educação que reconhecesse a importância da população negra e seus ancestrais na formação do Brasil. Esse ator coletivo questionou o currículo, o material didático, a formação dos professores (as), o silenciamento sobre a História da África e a invisibilidade da população negra nos materiais didáticos.

Numa luta antirracista e para romper com o mito da democracia racial o Movimento negro fez pressão, atuou de forma incessante e denunciou as condições de vida da população negra brasileira, evidenciando entre outras

⁶ Artigo 26-A. “Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. § 1º - o conteúdo programático a que se refere o caput desse artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” . (BRASIL, 2003)

coisas, que o acesso e permanência da população negra no sistema educacional sempre foram permeados por entraves. (FELIPE & TERUYA, 2015)

Trilhando ainda esse caminho jurídico, em março de 2008 é sancionada a lei 11.645⁷ que altera a lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino.

Mesmo com o sancionamento da lei 10.639/03 houve a necessidade de elaboração de diretrizes específicas para o ensino da temática afro-brasileira. O parecer CNE/CP nº3 de 10 de março de 2004 instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana.

As Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da educação. Essas diretrizes foram elaboradas a partir de uma política que visa corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro. Por isso a importância de pensar a educação e a luta antirracista a partir da Educação das Relações Étnico-Raciais.

No ano de 2012 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola com o objetivo de assegurar que quilombolas tenham acesso a uma educação que considere suas práticas socioculturais, políticas e econômicas. De acordo com o documento, a Educação Escolar Quilombola deve acontecer em unidades inscritas em suas terras e preferencialmente com professores (as) quilombolas.

⁷ Art. 1º O art. 26-A da lei 9394/96, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 26-A.:Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, 2008)

As Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola também destacam a importância de subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da educação básica, pública e privada, assegurando assim que estudantes oriundos de comunidades tradicionais possam aprender nas escolas regulares a importância dos quilombos na história e formação do Brasil:

Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola possui abrangência maior. Ela focaliza a realidade de escolas localizadas em territórios quilombolas e no seu entorno e se preocupa com a inserção dos conhecimentos sobre a realidade dos quilombos em todas as escolas da educação básica. (BRASIL, 2012)

É importante ressaltar que todas as conquistas legais foram fruto de lutas históricas promovidas por diferentes atores coletivos e em diferentes épocas. As conquistas não foram benesses dos governos, mas sim, uma vitória dos movimentos sociais, do movimento negro, da população negra e do movimento quilombola, que sempre viram na educação uma forma de mudar a realidade imposta a população negra no Brasil.

Historicamente o movimento negro foi um sujeito político que a partir do ano dois mil conseguiu junto ao governo e seus principais órgãos a implementação de políticas e práticas de ações afirmativas voltadas para a população negra, exigindo o reconhecimento do direito à educação de qualidade para negros e negras e que contemplasse sua contribuição na história e formação do nosso país.

1.1.A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

Durante o século XX, por meio de sua organização e pressão, o Movimento Negro, nas suas mais diferentes formas e organizações, procurou demonstrar as desigualdades sociais da população negra em relação à população não negra, devido aos anos de escravidão e o processo de marginalização que ocorreu mesmo depois da abolição. Ao reivindicar uma educação que atenda às demandas da população negra com a valorização da história do negro no Brasil e seus ancestrais, podemos afirmar que o

Movimento Negro busca uma educação significativa e que contemple os conhecimentos das comunidades tradicionais.

Como afirma Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2011), existe a necessidade de educar as relações entre as pessoas de diferentes grupos étnico-raciais, para que ocorra uma mudança no modo de se tratarem. Rompendo com o sentimento de inferioridade e superioridade e não aceitando posições hierárquicas. Para Silva (2011) a Educação das Relações Étnico-Raciais tem como objetivo central formar uma consciência política e histórica da diversidade. E apresenta como princípios: fortalecer as identidades dos diferentes grupos que foram invisibilizados ao longo da história, promover ações que combatam o racismo e a discriminação.

É necessário promover práticas sociais e educacionais em que as relações étnico-raciais sejam de fato valorizadas, desconstruindo a ideia de que no Brasil vivemos uma democracia racial. Silva (2011) afirma que a educação brasileira pública sempre teve caráter excludente e racista. Aos negros foi negada a instrução e quando ela acontecia era com o interesse de mostrar o branco como modelo ideal, uma relação de superioridade-inferioridade. A própria legislação e proposta pedagógica não valorizava o diferente, muito pelo contrário apresentava uma visão unitária.

De acordo com Felipe (2015) as concepções históricas que permearam o Ensino de História do Brasil desprezavam a participação do índio e do negro e quando apareciam em materiais didáticos eram mostrados de forma estereotipada e folclorizada, com uma visão monocultural dessas etnias e que não condiziam com sua riqueza e diversidade. Felipe (2015), Gomes (2011) e Silva (2011) afirmam a importância da Educação das Relações Étnico-Raciais e da educação escolar no combate ao racismo, bem como a relevância da legislação e a elaboração das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais no combate e superação do racismo na sociedade brasileira e em particular no ambiente escolar.

De acordo com Gomes (2011) as conquistas foram obtidas por pressão e pelas demandas apresentadas pelo Movimento Negro, por intelectuais e outros movimentos sociais. Para esses grupos o acesso à educação é

fundamental, pois é a instituição escolar que pode construir uma representação positiva da população negra promovendo uma educação para a diversidade.

Silva (2011) destaca que o Conselho Nacional de Educação interpretou as determinações da lei 10.639/03 e introduziu na lei 9394/96 a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana recomendando a Educação das Relações Étnico-Raciais com o objetivo de atender a uma demanda da população negra promovendo o fortalecimento de sua identidade, bem como o combate ao racismo e a discriminação. Silva (2011) destaca a importância de práticas pedagógicas que valorizem as relações étnico-raciais.

Para Felipe (2015), a escola tem papel fundamental na luta contra o racismo, na valorização e representação adequada e positiva dos negros. Ele destaca que as leis criadas contribuem com a Educação das Relações Étnico-Raciais e a relação entre os vários grupos sociais que formam a sociedade brasileira. Felipe (2015) destaca a importância da lei 10.639/03 para garantir a visibilidade à população negra, oportunizando práticas educacionais significativas que contemplem a participação da população negra na formação da nação.

A promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas passa necessariamente pela formação dos docentes que estão atuando em sala de aula através de cursos de capacitação e formação continuada. Com a formação dos universitários e futuros professores (as) e mudanças da grade curricular e inserção do Ensino de História de Cultura Afro-brasileira, já previsto na legislação. Todos os docentes necessitam de formação nessa área para que a escola possa de fato promover o antirracismo e para que se rompa com a visão monocultural que normalmente permeia os currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas.

Segundo Felipe (2015) “para atender a temática do negro no currículo escolar, não é necessário que o professor (a) seja negro. A lei tem um caráter obrigatório para todo magistério e com função estratégica para a formação do cidadão brasileiro” (FELIPE, 2015 p.29). É necessário e urgente trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais no espaço escolar, destacando seu caráter obrigatório.

Gomes (2011) destaca a importância do Movimento Negro que historicamente vê a educação como projeto que visa reconhecer a diversidade étnico-racial e exige mudanças nos currículos e nas políticas educacionais. A partir do ano 2.000 esse ator coletivo aumentou seu protagonismo exigindo a implementação de políticas públicas e práticas de ações afirmativas⁸ voltadas para a população negra.

A autora destaca a importância das ações afirmativas para se pensar em uma nova educação que seja capaz de apresentar à população negra sua história, seus conhecimentos e seus saberes sob outra perspectiva que não a hegemônica. Em uma sociedade racista como a brasileira esse novo olhar e pensar a educação perpassam a tensão de grupos até então invisibilizados questionando e exigindo novas relações e outros lugares. Para Gomes:

A lei 10.639/03 foi incorporada na LDB 9394/96 revela que ela pode ser considerada a experiência de ação afirmativa que, do ponto de vista legal, mais se aproxima da concepção da igualdade que contempla a diversidade, pois trata-se de princípios orientadores para toda a educação básica é dever das escolas públicas e privadas. O desafio é transformar esses princípios em práticas pedagógicas efetivas e significativas e introduzi-las nos currículos de formação inicial e continuada de professores (as). (GOMES, 2011 p.56)

Essa é a proposta que apresentamos nesta dissertação e que vai ao encontro à legislação vigente. De que maneira a temática quilombola pode ser abordada nas escolas regulares? Quais práticas pedagógicas possibilitam trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais em sala de aula? Refletir sobre a prática pedagógica é um desafio constante nesse mundo que muda rapidamente. Nesse contexto de reflexão a Educação das Relações Étnico-Raciais surge com o desejo de uma prática diferente em sala de aula. Um ser e

⁸ As ações afirmativas são políticas e práticas públicas e privadas que visam a correção e superação das desigualdades imposta ao longo da história, a determinados grupos sociais e étnico-raciais. Elas são vistas como *lócus* em que confluem princípios gerais de um outro modelo de racionalidade e saberes emancipatórios produzidos pela comunidade negra e sistematizado pelo Movimento Negro ao longo dos tempos. Saberes que ainda, se fazem ausentes de estudos e práticas da formação de professores (as). (GOMES, 2011 p.51)

fazer diferente, educar para as Relações Étnico-Raciais perpassa as relações entre brancos, negros e outros na sala de aula.

A educação das relações étnico-raciais nos permite discutir os sentimentos de superioridade e inferioridade que foram desenvolvidos no Brasil a partir do pertencimento étnico-racial de pessoas negras e não negras. O processo que envolve ensino e aprendizagem é um processo de intercâmbio e negociação de significados, é uma construção humana que coloca em jogo pensamentos, ações e sentimentos e, nesse sentido é uma construção que se produz em dadas condições e em um determinado contexto. Para que os estudantes tenham um ensino e uma aprendizagem significativa é preciso as experiências cognitivas, afetivas e sociais sejam positivas.

Uma das condições para que a aprendizagem significativa ocorra de fato é que o estudante tenha uma predisposição para aprender, ou seja, o evento educativo é acompanhado de uma experiência afetiva, positiva e intelectualmente construtiva. Crianças negras têm o direito de conhecer a história de seus antepassados, com enfoque na representatividade positiva de homens e mulheres que contribuíram com a formação do nosso país para que não sintam vergonha de sua história.

Para crianças oriundas de comunidades quilombolas e que estudam em escolas regulares é fundamental que não se sintam diminuídas pelos colegas de classe ao aprender sobre sua história, para que assim se rompa com sentimentos de superioridade-inferioridade. A Educação para as Relações Étnico-Raciais, ao retratar as relações de saber e poder que envolve a história da população negra e outros grupos historicamente marginalizados no Brasil, permitirá construir tanto para os estudantes negros e não negros uma predisposição para uma aprendizagem significativa.

Para Delma Josefa Silva (2014) trabalhar com a temática quilombola em sala de aula possibilita reconhecer que os quilombolas são sujeitos históricos que mantiveram ao longo do tempo suas referências ancestrais, que os saberes quilombolas também foram importantes para a história do país, e ainda são. Ao abordar a temática quilombola o professor (a) está trabalhando para a Educação das Relações Étnico-Raciais, mas isso implica em novas posturas em relação aos elementos que compõem a história oficial do Brasil.

1.2. A TEMÁTICA QUILOMBOLA NAS ESCOLAS REGULARES

O Ensino de História na atualidade se depara com as transformações da sociedade contemporânea: novas perspectivas historiográficas, novas relações entre história e memória, novas tecnologias na educação que estimulam o debate sobre a necessidade de repensar e contemplar outros conteúdos e novas práticas para o ensino.

Nos últimos anos, o debate acerca da valorização da contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira tem se expandido no meio acadêmico e tem chegado até a sociedade civil por meio de ações afirmativas como a lei 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e a lei 11.645, de 2008, que estabeleceu a obrigatoriedade de incluir a História e Cultura dos Povos Indígenas. A inclusão dessas temáticas contribui para a desconstrução de preconceitos e estereótipos fortemente impregnados nos conteúdos escolares.

O Ensino de História deve contemplar a contribuição histórica de grupos que foram tradicionalmente marginalizados e invisibilizados pela historiografia tradicional. Esses grupos devem ser valorizados como responsáveis por contribuições na formação da sociedade brasileira e com a história do nosso país. É importante pensar um Ensino de História e processos educacionais que reconheçam outros sujeitos históricos e outras narrativas, como a dos quilombolas, por exemplo.

Os quilombos existiram, resistiram e existem em diferentes regiões do país. Estudos recentes indicam que muitos quilombos foram formados a partir da fuga e busca por espaços de autonomia. Essas comunidades resistiram à escravidão e formaram territórios negros que de certa maneira sobrevivem até hoje, seja ele rural ou urbano (GOMES E REIS, 1996). Segundo Gomes:

Nas décadas seguintes à abolição, a movimentação dos libertos e também dos descendentes dos quilombolas ampliou o campesinato negro e a proliferação de comunidades negras rurais. As formações rurais do pós-abolição foram caracterizadas como um “campesinato itinerante”, marcado por famílias negras organizadas por parentesco, culturas ancestrais e uso comum do território. Ali se mesclaram as antigas e reformadas comunidades de fugitivos da escravidão, expandindo-se ainda mais as dimensões dos quilombolas e

seus remanescentes, presentes no fim do século XIX, mas também no XX e XXI. Cerca de cinco mil comunidades remanescentes de quilombos encontram-se espalhadas pelo Brasil, em povoados constituídos por famílias cujo número varia de trinta a dois mil. (GOMES, 2018 p.373)

O quilombo é um fenômeno social que faz parte da organização social brasileira e nos permite analisar como se deu formação do nosso país, tanto no processo de interação dos grupos étnico-raciais como no acesso a bens sociais como a terra. A questão da terra no Brasil pode ser um tema desencadeador para a abordagem da temática quilombola em sala de aula.

A população negra viveu mais de 300 (1550-1888) anos de escravidão e não teve direito ao acesso à terra, conforme a Lei de Terras de 1850⁹. Segundo Ilka Boaventura Leite (2000) “a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, data de 1850 e excluiu os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa outra categoria separada, denominada de “libertos”” (LEITE, 2000 p.335). Trabalhar com a temática quilombola é uma forma de revisitar a história do Brasil e evidenciar as desigualdades sociais que ainda persistem até hoje a partir do critério étnico-racial.

Segundo Lourdes de Fátima Carril (2017) incluir a temática quilombola em sala de aula possibilita o combate a invisibilidade do negro na escola, no currículo e nas práticas pedagógicas. A educação escolar, o currículo e o material didático são repletos de desigualdades sociais e a população negra foi colocada à margem dessa história. O espaço escolar sempre foi marcado pelas desigualdades, pela reprodução de ideologias, conflitos e contradições.

Por isso Carril (2017) propõe a abordagem da temática quilombola em materiais didáticos que sirvam de apoio pedagógico ao trabalho docente e aponta ser necessário desenvolver metodologias que proporcionem aprendizagens significativas a partir da realidade local das próprias comunidades. Com uma pedagogia que valorize a cultura, o saber e as

⁹ Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.(BRASIL, 1850)

narrativas quilombolas, propiciando aos estudantes o contato com outro tipo de saber relacionado à ancestralidade, ao simbólico, as tradições e as sobrevivências culturais a partir do território.

De acordo com Georgina Helena Lima Nunes (2006), para os quilombolas existe uma relação muito significativa entre o ensinar e o formar, pois não consideram o conhecimento uma exclusividade das escolas formais. Para essas populações, assim como para a população negra em geral, o ensinar tem a ver com ancestralidade. Mesmo com toda a perversidade do sistema escravista e toda marginalização imposta à população negra no pós-abolição o ensinar sempre esteve presente em seu cotidiano.

É importante ensinar para estudantes negros e não negros de escolas regulares ou escolas inseridas em comunidades quilombolas que a história dos quilombos não é somente uma história de fuga, mas de liberdade também. Segundo Nunes: “Poder-se-ia continuar a tratar dos quilombos partindo da premissa de que construíram uma história que não é apenas de fuga da escravidão, mas do desejo pela liberdade; é uma história de vários capítulos, ocorrida em vários lugares e de diferentes modos”. (NUNES, 2006 p. 145)

O desafio que se coloca na atualidade é ensinar e aprender para além do livro didático a partir das narrativas desses sujeitos que recuperam tradições que dialogam com o passado e o presente. Trazendo no seu saber elementos como o trabalho, a terra, o tempo, o espaço, a ocupação territorial, a exploração capital e tantos outros elementos que são importantes nas comunidades quilombolas.

Conforme descrito por Silva (2014), não existe currículo, prática pedagógica e epistemologias neutras, muito pelo contrário. O que presenciamos na escola é um currículo eurocêntrico, práticas pedagógicas que reproduzem estereótipos e epistemologias que favorecem determinado grupo. No entanto, nos últimos anos temos presenciado que determinados grupos tem exigido voz e vez para aqueles que foram invisibilizados pela historiografia tradicional. Quilombolas e indígenas são sujeitos históricos que fazem história, estudar esses povos tradicionais possibilita reconhecer que esses povos resistiram, existiram e persistiram aos séculos de escravidão e exploração.

É necessário, segundo Silva (2014), estabelecer diálogo com nossa história recente e ancestral questionando o etnocentrismo europeu. Por isso, a importância de retomar saberes quilombolas que estão associados a aspectos da economia, da política e da cultura. Esses saberes tradicionais sempre contribuíram com o desenvolvimento brasileiro. Segundo Souza,

A trajetória de organização política e social dos quilombolas em seus territórios e na vida social nacional dos brasileiros reflete ao mesmo tempo uma coletividade que sendo plural tem elementos-chaves comuns de identidade: a ancestralidade, a territorialidade, mas inclui também a particularidade de cada comunidade. (SOUZA, 2009 p. 30-31)

Resgatar esses conhecimentos quilombolas possibilita uma educação que de fato visibilize esses povos tradicionais, valorizando seus saberes e sua cultura. Ao abordar a temática quilombola o docente terá a oportunidade de exercer uma prática pedagógica mais reflexiva efetivando na prática o trabalho com a lei 10.639/2003, podendo adotar novas posturas em relação aos sujeitos que participaram e compuseram a história do Brasil.

Gomes (2011) fala a respeito da importância de reconhecer a existência do racismo para a promoção da superação do mesmo e aponta a necessidade de uma prática pedagógica que possibilite a emancipação. Segundo Gomes:

O Brasil construiu historicamente um tipo de racismo insidioso, ambíguo, que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura da nossa sociedade. Sua característica principal é a aparente invisibilidade. Essa invisibilidade aparente é ainda mais ardilosa, pois se dá via mito da democracia racial. Através na narrativa do mito, que é extremamente conservadora – porém transfigurada em discurso democrático, a igualdade das raças é destacada. Trata-se, no entanto, de uma falsa igualdade, pois ela se baseia no apagamento e na homogeneização das diferenças. (GOMES, 2018 p.51)

A educação sempre esteve presente na agenda do movimento negro, que vê na escola a possibilidade de superação do racismo a partir do resgate dos saberes e da contribuição dos sujeitos que foram invisibilizados na historiografia tradicional, como os quilombolas, por exemplo. A Europa e o homem branco sempre estiveram e ocuparam uma posição privilegiada no currículo escolar, nas metodologias, práticas pedagógicas e diretrizes. Por isso,

a urgência de desconstruir a Europa e seu poder hegemônico que se impôs ao sistema de ensino brasileiro durante sua história.

Gomes (2018), inspirada no trabalho desenvolvido pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos, apresenta como alternativa a Sociologia das Ausências e a Pedagogia das Emergências. De acordo com a autora: “Há produção de não existência sempre que determinada entidade é desqualificada e tornada invisível. O que unifica as diferentes lógicas da produção da não existência é serem tomadas essas manifestações de uma monocultura racional”. (GOMES, 2018 p.51)

A pedagogia das emergências propõe uma reflexão sobre estratégias para um ensino que possibilite a inserção de conhecimentos históricos de grupos que foram invisibilizados nos currículos escolares. A pedagogia da emergência seria um norte, com um caráter emancipatório que possibilitaria práticas significativas.

De acordo com Gomes (2011) essa invisibilidade da população negra pode ser “combatida” por meio de ações afirmativas que possam desencadear um processo de reeducação da sociedade. A autora destaca a importância da lei 10.639/03 ressaltando que o princípio legal precisa e deve ser colocado em prática pelos professores (as) que atuam na sala de aula. É fundamental que os docentes tenham formação continuada para que tenham contato com outros saberes que contemplem a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Nesse contexto a temática quilombola permite trabalhar com conhecimentos históricos relacionados à história da África, a história do Brasil e possibilita também trabalhar com ancestralidade, território e memória. De acordo com Carril (2017) é importante desenvolver práticas pedagógicas que proporcionem aprendizagens tendo como ponto de partida elementos relacionados a realidade local da comunidade quilombola.

As narrativas quilombolas podem se constituir em um rico material para a elaboração de novas práticas pedagógicas. Segundo Nunes (2006) a oralidade é muito importante para a transmissão de conhecimento das populações quilombolas. Nesse sentido ela destaca também: “discutir uma concepção de conhecimento para quilombolas significa pensar em uma formação curricular onde o saber instituído e o saber vivido sejam

contemplados, provocando uma ruptura em um fazer pedagógico em que o currículo é visto enquanto grade.” (NUNES, 2006 p.150)

Além das narrativas, a questão da terra também pode ser um importante disparador para o trabalho com a temática quilombola. De acordo com Silva (2011) os quilombolas são sujeitos que vivem no campo ou na cidade (periferia) e que produzem conhecimentos. São sujeitos que resistiram ao longo dos séculos e tiveram seus conhecimentos invisibilizados pela história tradicional e pelos currículos escolares. Mas, nas últimas décadas tem ganhado uma visibilidade maior no cenário nacional. Prova disso é a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, que prevê uma educação que valorize os conhecimentos produzidos por essas comunidades.

A educação escolar quilombola “é desenvolvida em unidades educacionais que estejam inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade” (MEC, 2012 p.1). É de fundamental importância que o poder público, seja ele municipal ou estadual, providencie a construção de escolas dentro das comunidades quilombolas e que tenham em seu quadro preferencialmente professores (as) quilombolas.

O documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica prevê abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação Básica, em todos os estabelecimentos de ensino, sejam eles públicos ou privados, rurais ou urbanos. Além disso, as diretrizes também apontam que deve ser assegurado que as escolas regulares que atendam estudantes oriundos dos territórios quilombolas ensinem conhecimentos produzidos por esses povos tradicionais bem como suas práticas socioculturais, políticas e econômicas.

QUADRO 1 - DADOS REFERENTES AO CENSO ESCOLAR DE 2010			
DADOS DO CENSO ESCOLAR – 2010			
ESCOLAS	Localizadas em áreas que apresentam comunidades remanescentes de quilombos. Total: 1912	1889 escolas públicas	109 estaduais 1779 municipais 1 federal
		23 Escolas privadas	
PROFESSORES	Atuam em áreas que apresentam comunidades remanescentes de quilombos Total: 31.943	31.427 escolas públicas	9.754 estaduais 21.624 municipais 49 federais
		516 escolas privadas	
ESTUDANTES	Estudam em áreas que apresentam comunidades remanescentes de quilombos Total: 210.845	207.604 escolas públicas	42.355 estaduais 165.158 municipais 91 federais
		2.881 escolas privadas	

Fonte: MEC (2012) Org. autora

Além dos dados expostos acima, as Diretrizes curriculares para a Educação Escolar Quilombola também trazem os seguintes números: “em dezembro de 2011, 52.601 famílias cadastradas no programa Bolsa-família declararam-se quilombolas”. (MEC, 2012 p.9). Já o Ministério do Desenvolvimento estima que “existam 109.036 famílias quilombolas vivendo em comunidades espalhadas pelo Brasil em 1.211 municípios”. (MEC, 2012 p.9). Com esses dados fica evidente que a Educação Escolar Quilombola acaba tendo uma abrangência muito maior, por isso a necessidade da abordagem dessa temática em escolas regulares.

A Educação Escolar Quilombola visa primeiramente contemplar estudantes inseridos em comunidades quilombolas, mas também se preocupa com todos aqueles que precisam se deslocar para outras regiões com o objetivo de dar continuidade a educação formal.

Temos a ausência de escolas nas comunidades localizadas nas áreas rurais. Essa insuficiência tem imposto o deslocamento de 48% dos alunos dos anos iniciais e 68,9% dos anos finais do Ensino Fundamental que vivem no campo para as escolas localizadas no meio urbano em todo país. Esse problema se agrava à medida que os alunos vão avançando

para as séries mais elevadas, em que mais de 90% daqueles que vivem no campo precisam se deslocar para as escolas urbanas para cursar o Ensino Médio (INEP, 2012).

Nos princípios que regem a Educação Escolar Quilombola está previsto que os estudantes têm o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas para que reconheçam e valorizem a história e a cultura afro-brasileira. Os estudantes quilombolas devem ser respeitados no ambiente escolar e os estudantes que não são quilombolas precisam tratar dignamente seus colegas, daí a relevância de trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas regulares.

Infelizmente, muitas vezes, estudantes oriundos de comunidades quilombolas enfrentam nas escolares regulares discriminação e preconceito dos outros estudantes. A forma de falar, vestir e o jeito de ser podem desencadear situações de bullying. Daí a necessidade de se pensar um currículo que trabalhe com a Educação das Relações Étnico-Raciais. Cruz e Santos (2012); Silva (2011) apontam que educar para as relações étnico-raciais perpassa as relações entre brancos e negros.

De acordo com Silva (2011), trabalhar com a Educação das Relações Étnico-Raciais possibilita educar a relação entre as pessoas de diferentes grupos étnico-raciais, promovendo mudanças no modo em que se “tratam”, rompendo assim com sentimentos de superioridade-inferioridade no espaço escolar. A Educação das Relações Étnico-Raciais tem como princípios trabalhar para a formação de estudantes que tenham consciência política e histórica da diversidade e fortalecer identidades étnicas que foram invisibilizadas pela historiografia tradicional.

Para que esses e outros princípios previstos sejam cumpridos faz-se necessário um conjunto de ações: implementação de um currículo que possibilite a articulação entre o conhecimento escolar e os conhecimentos tradicionais construídos pelos quilombolas; inserção da realidade quilombola em todo material didático; apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior que atuem na formação dos futuros professores (as).

Dessa forma o ensino da temática quilombola possibilita aos estudantes negros e não negros das escolas regulares conhecer, valorizar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes até os dias atuais, desde formas individuais até as coletivas.

2. QUILOMBOS NO BRASIL: ENTRE SIGNIFICADOS E RESSIGNIFICADOS NO SÉCULO XX

O regime escravocrata no Brasil ocorreu da segunda metade do século XVI até o final do século XIX e foi uma forma de exploração da força de trabalho de africanos que foram escravizados, sustentado pelo tráfico negreiro no oceano Atlântico.

No Brasil, a escravidão teve relação direta com a produção do açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam africanos de suas colônias na África como mão de obra escravizada para trabalhar nos engenhos de açúcar na região Nordeste do Brasil. Aqui os escravizados eram vendidos como mercadorias a comerciantes portugueses. Conforme apontado por Marquese:

Os primeiros escravos africanos começaram a ser importados em meados do século XVI; seu emprego nos engenhos brasileiros, contudo, ocorria basicamente nas atividades especializadas. Por esse motivo, eram bem mais caros que os indígenas: um escravo africano custava, na segunda metade do século XVI, cerca de três vezes mais que um escravo índio. Após 1560, com a ocorrência de várias epidemias no litoral brasileiro como (sarampo e varíola), os escravos índios passaram a morrer em proporções alarmantes, o que exigia resposta a pressão dos jesuítas, a Coroa Portuguesa promulgou leis que coíbiam de forma parcial à escravização dos índios. Ao mesmo tempo portugueses aprimoravam o funcionamento do tráfico negreiro transatlântico, sobretudo após a conquista efetiva de Angola em fins do século XVI. Os números de tráfico bem demonstram: entre 1567 e 1600, desembarcaram em portos brasileiros cerca de 40 mil africanos escravizados; no quarto século seguinte (1600-1625), esse volume mais que triplicou, passando para cerca de 150 mil africanos aportados como escravos na América portuguesa, a maior parte deles destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar. (MARQUESE, 2006 pp. 3,4)

De acordo com Lilian Moritz Schwarcz (2015) a atividade econômica da produção do açúcar tornou-se um mercado próspero que necessitava de mão de obra abundante. Contrariando a historiografia tradicional, sabe-se hoje que os povos indígenas foram escravizados durante um período da colonização, mas as doenças e a proteção dos jesuítas fizeram com que a Coroa Portuguesa explorasse a mão de obra africana para os seus negócios envolvendo a produção açucareira. Segundo Schwarcz e Starling:

Hoje é possível constatar a existência de várias formas de escravidão naquele continente, a novidade seria agora a introdução de um sistema mercantil em que seres humanos viraram mercadoria e seu comércio resultava em vultosos lucros: primeiro para os negociantes africanos, depois para Portugal e depois ainda para os próprios comerciantes brasileiros. A compra e a distribuição de escravos quando eram realizadas por mercadores da metrópole, representavam ademais uma espécie de adiantamento de parte considerável da renda gerada pela colônia. (SCHWARCZ e STARLING, 2015 p.65)

Durante o período que durou a escravidão no Brasil (século XVI até o século XIX) os africanos escravizados foram trazidos de diferentes regiões da costa oeste, principalmente da região da Guiné e da Costa do Marfim, e destinavam-se principalmente ao Nordeste e ao Sul do Brasil. Os negros desta região eram chamados de sudaneses, mas na verdade eles possuem diversas denominações étnicas: ewe-fon, iorubás, nagôs, jejês, hauçás e outros.

Nos séculos seguintes, as companhias que realizavam o tráfico de africanos escravizados concentraram-se em trazê-los do sudoeste e sudeste da África, do grupo dos bantos, que também vinham de etnias variadas, como os quimbundos, lundas, baxubas e baxongos. Esses homens e mulher trazidos das regiões do Congo, Angola e Moçambique, eram vendidos principalmente nos comércios do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e São Luiz. (SCHWARCZ e STARLING, 2015)

Os africanos escravizados eram vendidos como mercadorias para aqueles que tivessem condição de pagar por eles. Escolhidos pela possível capacidade de trabalho na lavoura ou na mineração eram selecionados independentemente da vontade deles e da existência de vínculos afetivos ou sanguíneos. Para os senhores, os escravizados eram apenas um produto, uma

espécie de ferramenta na produção. A lógica escravista mantinha a concepção de que o escravizado equivaleria a uma espécie de ferramenta de trabalho, exposto a inúmeros instrumentos de tortura, controle e humilhação.

No sistema escravista o cativo mesmo com todas as limitações e dificuldades procurava dentro do possível ser senhor de sua vida, de maneiras diversas reagia ao sistema imposto, fazendo pequenas barganhas, fugas, assassinatos dos feitores e insurreições organizadas (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Do século XVI ao século XIX, um dos recursos mais radicais de luta contra a escravidão era a fuga do cativo, entretanto, esse tipo de ação podia alterna-se ou combinar-se com estratégias de negociação e conciliação. A avaliação das ocasiões mais propícias para uma ou outra estratégia variou em função do momento, do local e das circunstâncias. Conforme apontado por Schwarcz e Starling:

A resistência escrava deu origem a mocambos ou quilombos guerreiros, surgidos na América portuguesa a partir do século XVI. A palavra “mocambo” significa “esconderijo”; já “quilombo” foi o termo utilizado em algumas regiões do continente africano, especialmente em Angola, para caracterizar um tipo de acampamento fortificado e militarizado, composto de guerreiros que passavam por rituais de iniciação, adotavam uma dura disciplina e praticavam a magia. O uso de “quilombo” para designar agrupamentos de cativos fugidos se generalizou a partir de Palmares, o maior e mais persistente agrupamento de quilombos que existiu no país, e a palavra foi mais empregada no século XVIII. (SCHWARCZ e STARLING, 2015 p. 98)

No Brasil, a definição mais antiga de quilombo que se tem conhecimento é uma carta enviada pelo rei de Portugal em resposta a uma consulta do Conselho Ultramarino, órgão que cuidava de quaisquer assuntos relativos às colônias de “além-mar” de Portugal, incluindo o Brasil. Nesta carta, datada de 2 de dezembro de 1740, o rei dizia que: “quilombo era toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. (MOURA, 1988 p. 103)

Intelectuais no início do século XX se dedicaram a estudar temas relacionados à população negra e contribuíram com reflexões mais sistemáticas sobre o conceito de quilombo lançando novos olhares sobre a

escravidão. A intenção deste capítulo é apresentar como o conceito de quilombo foi sendo revisto ao longo do século XX por diversos intelectuais e em diferentes épocas.

2.1. CONCEITO DE QUILOMBO – VIÉS CULTURALISTA

A corrente denominada de Culturalista traz o conceito de quilombo como uma “persistência” da cultura africana, uma recriação dos estados africanos no Brasil, os aquilombados tinham uma organização social identificada a um esforço “contra-aculturativo”, segundo Reis & Gomes (2012).

Edison Carneiro (1912-1972), importante pesquisador do quilombo de Palmares apresenta em seus estudos o quilombo como um espaço para a resistência¹⁰. Para ele, os escravizados que procuravam o quilombo o faziam na tentativa de conseguir liberdade e certa segurança. Segundo Carneiro (1966), o homem negro reagia contra a escravidão de maneiras diferentes: através da tomada armada e pelas revoltas que organizava.

Negros de diferentes regiões partiam para Palmares, sertões de Pernambuco, oeste de Alagoas, interior da Bahia e de Sergipe. No quilombo realizavam atividades diversas como lavoura, ofícios como o de ferreiro e outros se dedicavam a caça, pesca e criação de animais. De acordo com Carneiro (1966) o Quilombo de Palmares apresentava formas de governo bem rudimentares e o principal traço de união entre os escravizados era o desejo de manter a liberdade.

Para Carneiro os negros que fugiam procuravam a possibilidade da liberdade em uma região montanhosa com colinas, montes, montanhas e florestas que apresentavam abundância em um tipo de palmeira: Palmeira – Pindoba. Das matas com extrema fertilidade os negros retiravam o seu

¹⁰ Constante chamamento, um estímulo, uma bandeira para os negros escravos das vizinhanças – um constante apelo à rebelião, à fuga para o mato, à luta pela liberdade. As guerras nos Palmares e as façanhas dos quilombolas assumiram caráter de lenda, alguma coisa que ultrapassava os limites da força e do engenho humano. Os negros de fora do quilombo consideravam “imortal” o chefe zumbi – a flama da resistência contra as incursões dos brancos. (CARNEIRO, 1966 p.5)

sustento e encontravam todos os elementos necessários à sua vida. A floresta era impenetrável, desconhecida e hostil para os seus agressores, para os negros, esse era o refúgio “ideal” e espaço para a resistência ao sistema escravocrata.

Por meio de seu trabalho Carneiro apresenta o quilombo dos Palmares como a primeira grande manifestação de resistência e luta contra o sistema opressor pelos escravizados, o movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação dessa sociedade oficial que oprimia, explorava e humilhava os negros

Arthur Ramos (1903-1949) apresenta o Quilombo dos Palmares¹¹ como espaço onde as tradições africanas eram praticadas, um Estado Negro na América. Constituído a princípio de escravizados fugidos dos engenhos e cidades, segundo o autor a organização econômica era perfeita. Ele defendia a ideia de que existia harmonia entre os negros fugidos e as comunidades que viviam nas redondezas do quilombo, liderados por um rei (zambi) eletivo, que conseguia colocar ordem nos grupos que formavam Palmares.

Para ele os usos e costumes praticados eram de origem banto, mas com modificações devido aos novos hábitos aprendidos no Brasil. Para Ramos (1942, p. 137) “Palmares foi um Estado Negro, que os escravizados brasileiros organizaram no século XVII, onde se evidenciaram as capacidades de liderança, de administração, de tática militar, de espírito associativo, de organização econômica, de constituição legislativa”.

O estudo que Ramos desenvolveu apresenta o quilombo dos Palmares como uma comunidade que desejava recriar um Estado Negro no Brasil, mas que em sua formação teve influência também de outros grupos que habitavam o quilombo, como indígenas e brancos marginalizados. Palmares apresentava uma organização econômica, social e política própria.

As pesquisas realizadas por Edison Carneiro e Arthur Ramos foram realizadas com base nos documentos da época, informações e relatos dos

¹¹ Unidade política e social, reunião de pequenas habitações ou mocambos, construída num recito fortificado, de cerca de pau a pique, verdadeira muralha de grosso troncos, às vezes dispostos em três ordens de largas e profundas fossas, em cujo leito havia taboas de pontas agudas. Os mocambos se dispunham de ruas irregulares e a habitação do rei era sempre uma casa maior do que as outras e servia de casa de conselho e quartel. (RAMOS, 1942 p. 14)

cronistas e expedicionários, ou seja, existem nesses estudos lacunas que não puderam ser preenchidas naquele momento.

Na década de 1930 existia uma preocupação acadêmica e de alguns intelectuais em responder questões como: o que é o Brasil? Quem é o brasileiro? No século XIX as explicações relacionadas a brasilidade estavam ligadas a questão racial e imperava nesse momento histórico uma sensação de inferioridade do brasileiro em relação ao europeu e a miscigenação era vista como negativa por alguns pesquisadores e positiva por outros.

No cenário econômico e político a década de 1930 é marcada pelo início da Era Vargas; pela crise que se desenvolveu ao longo da década de 1920 e teve seu auge com a insatisfação das oligarquias locais, com o descontentamento militar e das classes médias urbanas. O setor cafeeiro foi atingido pela crise estadunidense de 1929. A revolução de 30 levou a uma nova composição de equilíbrios entre setores da classe dominante, não houve ruptura no processo histórico, e sim uma acomodação de interesses e uma atualização de instituições.

Intelectuais Como Gilberto Freyre (1900-1987), que produziu *Casa-Grande e Senzala* de 1933; Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), com *Raízes do Brasil* em 1936; Caio Prado Júnior (1907-1990), com *Formação do Brasil Contemporâneo* em 1942, formaram a chamada “geração de 30” e apresentaram em suas obras a ideia de uma miscigenação harmoniosa que caracterizava a sociedade brasileira como uma democracia racial.

Nesta década a discussão sobre o conceito de quilombo ficou “de lado”, pois, as teorias raciais predominaram no cenário brasileiro. Já a partir da década de 1930 ganhou força a ideia de que o Brasil era uma espécie de paraíso racial. Políticos e intelectuais, brancos e negros buscaram conhecer as singularidades de uma nação mestiça, formada a partir das tradições herdadas de europeus, indígenas e africanos. Segundo Dantas,

Características da cultura negra como o samba, a capoeira, o carnaval, a feijoada foram tornando-se símbolos oficiais da nacionalidade e uma expressão da mistura de raças que faria do Brasil um país único no mundo. A mestiçagem, antes condenada, tornava-se sinônimo da tolerância racial e uma característica nacional brasileira. (DANTAS, 2012 p. 94)

Sérgio Buarque de Holanda em sua obra *Raízes do Brasil* (1936) lança um conceito que se tornaria central na história do pensamento brasileiro nesse período: “O homem cordial”, um retrato fiel do brasileiro. Ele seria de origem patriarcal, de herança rural, um homem afável por um lado e muito violento por outro. O “homem cordial” da obra de Sérgio Buarque também traz a ideia de harmonia e cordialidade que não correspondia a realidade dos diferentes grupos étnicos que viviam no Brasil nesse período.

Nesse contexto de “harmonia” entre os diversos grupos étnicos e a miscigenação posta como algo bom fez com que a discussão sobre o conceito de quilombo ficasse de lado. Se existia harmonia entre os grupos não havia motivo para a existência do quilombo enquanto espaço de sobrevivência e resistência.

2.2. CONCEITO DE QUILOMBO – VIÉS MATERIALISTA

A partir da década de 1950 novos estudos foram realizados sobre à temática da escravidão e surgiram novas perspectivas sobre o conceito de quilombo. Nesse período autores como José Alípio Goulart, Luiz Luna, Décio Freitas e Clóvis Moura ressignificam o conceito de quilombo sob o viés materialista focando na resistência produzida na fuga e na resistência ao trabalho escravizado.

Para José Alípio Goulart (1915-1972) os quilombos eram formados porque os escravizados fugiam da crueldade e do barbarismo ao qual estavam expostos. Segundo Goulart (1972) o quilombo obedecia a uma geração espontânea, surgindo, instalando-se com o tempo e adensando sua população. Economicamente e socialmente o quilombo era um fator negativo para a região onde era formado, geralmente ficavam nas proximidades das fazendas e a produção feita pelos escravizados era negociada com comerciantes das redondezas, prejudicando assim os negócios dos senhores.

Além dos prejuízos causados aos fazendeiros locais os escravizados eram temidos e considerados perigosos. A desordem social estava relacionada à prática de atos criminosos que muitos negros cometiam como roubos e

sequestros de mulheres. Os escravizados fugidos eram duramente perseguidos. De acordo como Goulart (1972) “a guerra movida aos quilombolas era uma guerra sem quartel, impiedosa, desumana e bárbara: a resistência à prisão recebia eliminação sumária. Existiam ordens régias e alvarás punitivos que determinavam as prisões e execuções dos negros”. (GOULART, 1972 p.194)

Goulart (1972) apresenta o quilombo como “núcleos de escravizados fugidos formados em lugares de difícil acesso”. Para o autor os escravizados fugiam como uma reação negativa aos maus tratos, contra os excessos nos trabalhos e castigos, jamais contra a escravidão propriamente dita. Para Goulart o problema não era a escravidão em si, mas a maneira como os escravos eram tratados.

O intelectual Luiz Luna realizou um trabalho sobre o negro na luta contra a escravidão na qual abordou características dos quilombos no Nordeste e no Brasil central, ampliando dessa maneira a análise e não se restringindo somente ao quilombo de Palmares. O conceito de quilombo foi associado aos motivos das fugas dos escravizados. Luna coloca que: “a partir do século XVIII, o movimento dos quilombos tomou o vulto e, ao atingir a segunda metade do século seguinte, havia uma verdadeira insurreição negra. Tão disseminados estavam os quilombos”. (LUNA 1976, p.100)

Luna apresenta características de quilombos como os de Alagoas, Paraíba, Sergipe, Minas Gerais e o quilombo de Palmares. E em todos eles destaca os motivos que originavam as fugas dos negros. De acordo com Luna (1976, p.97) “a própria fuga não deixava de ser uma forma de protesto e isso foi frequente no comportamento do negro”. O negro fugia das condições subumanas como a fome, a humilhação e os castigos físicos que os descaracterizavam enquanto ser com humanidade.

Para Luna os quilombos foram formados a partir da reação dos escravizados contra a situação ao qual estavam expostos. Os negros eram insubmissos e inconformados ao contrário do escravizado manso e cordato muito difundido na literatura. Para Luna (1976) o motivo da origem dos quilombos era mais importante do que a própria definição em si, para ele o negro fugido desejava se libertar dos castigos sofridos.

Décio Freitas contribuiu com os estudos sobre o quilombo ao abordar o quilombo de Palmares consolidando-o como referência histórica. Para Freitas quilombo é definido como: “mocambos – do quimbundo Mukambu – termo que depois os portugueses usariam para designar genericamente as povoações construídas nas matas brasileiras pelos escravos fugitivos”. (FREITAS 1978, p.16) O Quilombo de Palmares¹² teria sido fundado por um grupo de escravizados rebelados que fugira de um grande engenho de açúcar localizado na capitania de Pernambuco. Eles sabiam que não tinham opção: ou enfrentavam a mata, muitas vezes impenetrável e perigosa ou eram reescravizados.

Além das pesquisas desenvolvidas sobre o quilombo dos Palmares Décio Freitas propôs uma tipologia para os quilombos levando em consideração seus aspectos econômicos. Segundo Gomes:

Haveria sete tipos de quilombos. Os principais seriam os agrícolas existentes em toda parte; já aqueles extrativistas proliferavam nas regiões amazônicas e havia aqueles denominados mercantis que realizavam trocas que alcançavam grupos indígenas e regatões. Em áreas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás prevaleceram os quilombos mineradores; enquanto no Sul, no Rio Grande, se estabeleceram os quilombos pastoris. Nas cidades se destacaram os quilombos suburbanos classificados como de serviço. E em diversas regiões prosperaram pequenos quilombos itinerantes, que viviam de saques. (GOMES, 2015 p.74)

Freitas apresenta uma diversidade de atividades realizadas pelos escravizados nas comunidades que formavam e faziam o que fosse necessário para garantir a sobrevivência. As comunidades negras apresentavam uma fartura de alimentos, trabalho cooperativo e solidariedade social. Quando não estavam em guerra realizavam um intercâmbio comercial. Depois de supridas as necessidades básicas daqueles que ali habitavam o excedente era comercializado através de trocas com povoações próximas.

¹² O grupo núcleo primitivo constituiu um Estado negro que resistiu aos ataques realizados pelos senhores. Para Freitas “o que fora no começo do século um simples refúgio de escravos era agora um conjunto de começo do século um simples refúgio de escravos era agora um conjunto de populosas e florescentes comunidades espalhadas por um território de selva virgem”. (FREITAS, 1978 p.71)

Clóvis Moura (1925-2003) traz importantes contribuições sobre o negro e a escravidão com a publicação do livro: *“Rebeliões na senzala”* (1959). Ele articulou a rebelião negra com a luta de classes, ele próprio foi um pesquisador com viés marxista. Criticou a sociologia acadêmica da época em relação à produção sobre a escravidão, o negro e os quilombos. Rompeu com a escola culturalista de Arthur Ramos e Edison Carneiro, ao analisar a sociedade escravista sob a ótica de uma sociedade pautada pela luta de classes.

De acordo com Moura, do ponto de vista econômico o quilombo¹³ contribuiu com um desgaste produtivo na colônia de diferentes maneiras: fosse pelos escravizados que fugiam originando prejuízos aos senhores de engenho, os raptos e pela ação militar. O quilombo fazia parte da sociedade escravista e a fuga do escravizado era uma maneira de resistir e se rebelar contra esse sistema. Os escravizados fugidos despertavam o medo nos senhores de terras e durante o período da escravidão ocorreram muitos tumultos e constantes lutas.

Com Moura (1972) ocorreu uma ampliação da concepção de resistência que incluiu outras formas de luta como: alforria, irmandades religiosas, clubes de negros, formação de família que para os negros era importante também. Ele aborda quilombo como organização sócio-política, ligada ao conceito de resistência e a ideia de uma luta de classes na sociedade vigente. Moura apresentava uma preocupação com a constituição da nação e a marginalização do negro nesse processo, ele buscou valorizar a resistência do negro e seu importante papel na transformação da sua condição de escravizado.

Os autores apresentados nesse grupo definem a resistência negra nos quilombos como a negação do sistema escravista e o regime do cativo através da criação dos quilombos. Luna aponta a crueldade da escravidão e

¹³ Foi incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. [...] Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto apenas um fenômeno esporádico. Constituiu-se em fato normal dentro da sociedade escravista. (MOURA, 1972 p.103)

coloca a importância dos quilombos para os negros fugidos; Goulart fala sobre o aliciamento de escravizados por quilombolas; Freitas apresenta um estudo aprofundado sobre Palmares, mas também trouxe informações importantes sobre os aspectos econômicos que envolveram os quilombos. Já Moura traz a importância de entender as rebeliões para a compreensão da sociedade escravista e de como a fuga refletia a luta de classes presente nesse sistema. Para ele onde houve escravidão houve resistência.

2.3. CONCEITO DE QUILOMBO – VIÉS DA MILITÂNCIA

A partir da década de 1980 temos como importante representante desse período o intelectual e militante Abdias Nascimento (1914-2011) que mesmo exilado nos Estados Unidos, em função do regime civil-militar produziu a obra *O Quilombismo*. Através de sua militância ele propôs uma mobilização política da população negra com base na sua própria experiência histórica e cultural. Nascimento participou nas décadas anteriores de atividades culturais como a criação do Teatro Experimental do Negro em 1944, como instrumento de redenção e resgate dos valores do negro na sociedade.

Nascimento propôs nesse momento em que produz a obra *O Quilombismo* um novo olhar sobre o quilombo, mas reconhece que os quilombos foram as principais organizações sociais que fazem referência aos africanos escravizados. Nascimento aponta a definição de quilombo no período colonial como:

Comunidades organizadas por africanos livres que recusavam a se submeter aos grilhões da chibata. Africanos orgulhosos da sua liberdade e dignidade humana. Os quilombos que variavam segundo o tamanho das terras ocupadas e o número de seus habitantes, via de regra mantinham bem organizada e eficiente a produção agrícola, formas de vida social instituídas segundo modelos tradicionais africanos adaptados à nova realidade da América. (NASCIMENTO, 1980 p.51)

Para Nascimento, os quilombos contribuíram de forma significativa com insurreições e guerrilhas, com o propósito de romper com a dominação que existia no sistema escravista. Nascimento (1980) lança um novo olhar sobre o

quilombo e propõe a reflexão sobre a importância dos negros na formação da sociedade brasileira e o não reconhecimento das classes dominantes em relação à contribuição da população negra na história e formação do Brasil.

Outro intelectual importante no cenário brasileiro e que traz contribuições significativas para o debate da temática é Kabengenle Munanga que apresenta o quilombo brasileiro como uma cópia do quilombo africano, formado por escravizados que se opunham a estrutura escravocrata. De acordo, com Munanga:

O quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não povoados, geralmente de difícil acesso. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade: negros, índios e brancos. (MUNANGA, 1996 p.63)

Munanga apresenta o quilombo brasileiro como um modelo bantu, de Angola e reconhece a existência da interação com outros povos africanos em território brasileiro ocorrendo o que ele denomina de transculturação. Para ele os escravizados africanos nunca ficaram presos a modelos excludentes, ou seja, suas atividades diárias tinham um caráter transcultural que formavam identidades pessoais que permitiam a troca com outros grupos.

A historiadora e militante Beatriz Nascimento (1985) caracteriza quilombo como “unidade através do tempo, uma vez que, durante sua trajetória serviu de símbolos como conotação de resistência étnica e política”. De acordo com Nascimento o quilombo de Palmares foi o único que mais se aproximou do *Kilombo* – instituição angolana e quilombo no Brasil colonial. Para a autora os demais quilombos no Brasil se distanciaram do modelo africano e tomaram rumos diferentes conforme suas necessidades.

Nascimento (1985) em suas pesquisas sobre o conceito de quilombo caracterizou-o como instituição africana, de origem angolana. Observou que as definições de quilombo dos períodos Colonial e Imperial são diferentes em

decorrência das características históricas de cada período e sua dinâmica social. A autora caracterizou essa instituição como forma de resistência cultural e destacou a ideologia do movimento de conscientização do negro na sociedade brasileira do século XX relacionada ao conceito de quilombo.

Segundo Nascimento:

Durante sua trajetória o quilombo serve de símbolo que abrange conotações de resistência étnica e política. Como instituição guarda características singulares do seu modelo africano. Como prática política apregoa ideais de emancipação de cunho liberal que a qualquer momento de crise da nacionalidade brasileira corrige distorções impostas pelos poderes dominantes. O fascínio de heroicidade de um povo regularmente apresentado como dócil e subserviente reforça o caráter hodierno da comunidade negra que se volta para uma atitude crítica frente às desigualdades sociais a que está submetida. (NASCIMENTO, 1985 p.45)

Nascimento destaca a importância do quilombo enquanto instrumento importante no reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional. O quilombo ao longo da história brasileira foi uma brecha no sistema, sistema esse que subjugava a população negra neste país. Para ela é importante que instituições semelhantes possam atuar na sociedade em prol do reforço da identidade cultural e valorização da população negra.

Ilka Boaventura Leite debate em seu artigo *Os quilombos no Brasil os problemas relacionados ao conceito de quilombo, de remanescente e de como a interpretação jurídica e normativa pode dificultar a emissão de titulação das terras*. Segundo Leite (2000) “o significado de quilombo que predominou foi a versão do Quilombo dos Palmares como unidade guerreira constituído de um suposto isolamento e autossuficiência”. Conforme apresentado por Leite (2000) é necessário evidenciar o aspecto contemporâneo do quilombo, levando em consideração a organização, o dinamismo, a variabilidade de quilombos que existiram e existem, bem como uma experiência que foi historicamente constituída dentro das especificidades de cada grupo.

Para Leite (2000) não basta somente o reconhecimento e a titulação dessas comunidades já garantida pela Constituição Federal no seu artigo 68¹⁴: É necessário refletir sobre a complexidade relacionada à identidade dos negros; os atores envolvidos no processo; a questão da terra no Brasil que envolve grupos com interesses diversos. Conforme descreve por Leite,

Apesar de sua força simbólica e da oportunidade lançada em 1988 pelo recurso constitucional, o projeto de cidadania dos negros encontra-se ameaçado. Seja porque a grande quantidade de casos levantados desde então surpreende os órgãos designados para coordenar o processo, seja porque o processo em si esbarra em interesses das elites econômicas envolvidas na expropriação de terras, no desrespeito às leis e nas arbitrariedades e violências que acompanhavam as regularizações fundiárias. (LEITE, 1999/2000 p.349)

Conforme destacado por Leite (2000) o Estado precisa considerar qual é a situação vivida pelas comunidades quilombolas e atender as demandas das populações que vivem nessas comunidades tradicionais. Reconhecer a historicidade e a trajetória respeitando as referências simbólicas de cada grupo, que fazem do seu território o domínio da coletividade. (LEITE, 2000 p.347)

Mesmo sendo um importante marco histórico o artigo 68 da Constituição Federal não deu nenhuma indicação de como seria o processo de regularização das terras e nem indicou quem seriam “os remanescentes” das comunidades quilombolas. Nesse contexto de debates teóricos sobre quem seria o sujeito de direito e com grupos dominantes interessados nas terras em questão, ficou evidenciada a necessidade de uma definição com caráter jurídico.

Retomar a historicidade do conceito de quilombo em diferentes épocas e com diferentes perspectivas e abordagens metodológicas proporcionou a reflexão de como esse termo foi sendo ressignificado com o tempo. Com as definições apresentadas anteriormente e com a certeza de que um conceito não contempla a complexidade que envolve o termo quilombo finalizamos esse

¹⁴ “Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. (CONSTITUIÇÃO, 1988).

capítulo pensando quilombo como espaço histórico – local de memória e com a definição apontada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária “as comunidades quilombolas são grupos étnicos, predominantemente constituído pela população negra rural ou urbana que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.” (BRASIL, 2003)

3. COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL

Com o final da escravidão em 1888 e o início da República em 1889, os quilombos continuaram a existir e se reproduzir em todas as regiões do Brasil, essas comunidades tradicionais nunca desapareceram. No entanto, o Estado as ignorou e promoveu a invisibilização desses grupos de diversas formas: uma delas foi ignorar nos recenseamentos populacionais e censos agrícolas as comunidades quilombolas existentes. Segundo Gomes, “Camponeses negros – parte dos quais quilombolas no passado – foram transformados em caboclos, caiçaras, pescadores e retirantes. Suas atividades econômicas não eram contempladas nos dados censitários”. (GOMES, 2015 p.120)

Segundo Lobão (2014) muitos dos ex-escravizados possuíam terras que adquiriram ainda no período colonial e de diferentes formas: por meio de compra de terras com seus próprios recursos; recebendo como doação ou herança de antigos senhores; como pagamento a serviços prestados ao Estado ou à igreja ou como recompensa por participação em conflitos.

No entanto, a Lei de Terras de 1850 estabeleceu regras bem definidas de como a posse de terras deveria ser oficializada no Brasil. Esta lei, como outras da época, incluía uma clara distinção entre “brasileiros” que tinham direito a ter terras em seu nome e “libertos”, nome dado a ex-escravizados que colocados nesta categoria à parte praticamente não tinham direitos a possuir terras, tantas eram as regras e as exceções. Conforme apontado por Leite,

Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violências que a cor da pele anuncia – e denuncia -, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de

antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. (LEITE, 2000 p.335)

Em momento algum houve políticas de apoio à transformação do ex-escravizado em trabalhador assalariado. O descaso com a população negra foi tão grande que o governo nem pensou em estabelecer algum tipo de apoio financeiro aos ex-escravizados para que pudessem se estabelecer. A população negra passou de escravizada para marginalizada, sem direito nem mesmo à terra da qual tiravam seu sustento. Muitos negros e negras foram simplesmente expulsos de suas terras, mesmo que as tivessem comprado formalmente, com documentos de registros ou testamentos lavrados em cartório que o comprovassem.

Segundo Gomes (2015) com o estabelecimento da República no Brasil no ano de 1889, o termo quilombo simplesmente deixou de constar nas leis brasileiras, não havendo nenhum tipo de referência aos ex-escravizados e muito menos às propriedades às quais essa população tinha direito. Somente com a Constituição Federal de 1988 o Estado passou a usar a expressão: “remanescentes de quilombos” como categoria jurídica para identificar a trajetória própria de certas comunidades, datadas de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade afro-brasileira, com costumes, tradições, condições sociais e econômicas que as distinguem de outros setores da coletividade nacional.

Apesar de ser considerado um marco histórico, o artigo 68 não deu nenhuma indicação de como seria o processo de regularização das terras e nem indicou quem seriam os “remanescentes das comunidades quilombolas”. Somente no ano de 2003 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabelece o decreto nº 4.887¹⁵, que especificou melhor quem seriam os remanescentes de quilombos e os procedimentos a serem adotados para a titulação.

Segundo Lobão (2014) o objetivo deste decreto foi contemplar pontos importantes que não foram estabelecidos na constituição de 1988. Foi regulamentado o procedimento para identificação, reconhecimento,

¹⁵ “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos- raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica sofrida”. (BRASIL, 2003)

delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. O decreto concedeu ao Incra¹⁶ a atribuição oficial na esfera federal para conduzir os processos de demarcação e titulação das terras quilombolas, permitindo também aos estados a criação de institutos que pudessem atuar na esfera estadual.

A inclusão dos quilombolas como sujeitos de direitos e a regularização de suas terras, incluindo a preservação das suas memórias como direito constitucional trouxe uma possibilidade de se discutir a identidade brasileira, levando em consideração aqueles que foram historicamente excluídos da história do nosso país. É importante destacar que os direitos adquiridos não foram benesses do governo, mas sim conquistas de uma luta histórica promovida por diferentes grupos, em diferentes momentos e lugares.

Segundo Gomes (2018) os diversos movimentos sociais e negros que reivindicavam os direitos quilombolas procuraram retomar a discussão sobre a dívida histórica deixada pelo sistema escravista e trouxeram a reflexão sobre os desdobramentos cruéis relacionados à exclusão social e a discriminação contra a população negra.

O Incra disponibiliza na internet informações e dados sobre as comunidades quilombolas no Brasil e as etapas em que se encontram os pedidos para titulação. Por meio das informações disponibilizadas, líderes de comunidades quilombolas, quilombolas e pesquisadores têm a oportunidade de visualizar em que etapa o processo se encontra. Além de dados da comunidade interessada, é possível visualizar as informações sobre qualquer comunidade quilombola do Brasil que tenha um processo de titulação em análise pelo Incra.

¹⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira. Foi criado pelo decreto nº 1 110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. (INCRA, 2019)

FIGURA 1 - TERRAS QUILOMBOLAS TITULADAS E EM PROCESSO NO INCRA



Fonte: Comissão pró-indio de São Paulo (2016)

Em todas as regiões do Brasil comunidades quilombolas lutam pelo direito à terra. Podemos citar como exemplo, a Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha – no Paraná, que luta pelo direito de usufruir uma terra que é sua por direito desde 1860 e que foi dada como herança. Assim como a Comunidade Paiol de Telha centenas de comunidades enfrentam um processo moroso para adquirir terras no Brasil. Para que a titulação pudesse ser validada foi definido um processo¹⁷ que envolve diversos passos, que por

¹⁷ A comunidade solicita seu reconhecimento à FCP, por intermédio de uma associação de moradores; a FCP realiza as verificações e, se devido emite o certificado de que realmente se trata de uma comunidade entra com um processo no Incra solicitando sua titulação; o Incra elabora um relatório técnico de identificação e delimitação; o Incra divulga publicamente o relatório técnico e estabelece um prazo para que os interessados possam apresentar suas contestações; após a avaliação das eventuais contestações, o Incra publica uma portaria reconhecendo o território como de interesse social e de posse da comunidade quilombola; o Incra realiza o processo de retirada dos ocupantes não quilombolas daquele território, pagando-lhes uma indenização pela terra ocupada e pelas benfeitorias que tenham construído; é feito um cadastramento do território no Sistema Nacional de Cadastro Rural pelo Incra; é emitido o título de propriedade para a comunidade. (LOBÃO, 2014 p.51-52)

um lado, diminui a chance de abusos por parte das comunidades, por outro, dificulta em muito o processo de regularização das terras.

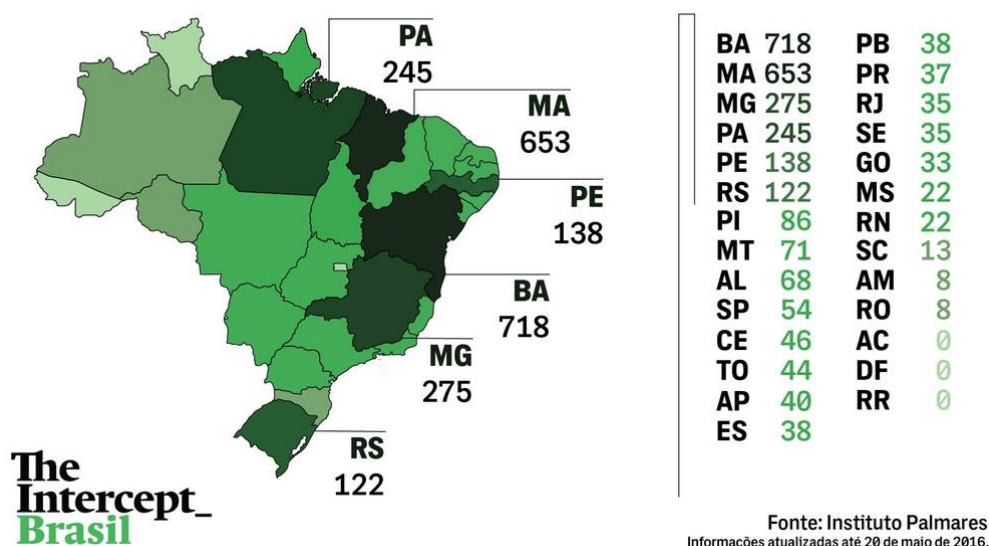
Apesar de a titulação envolver um procedimento com etapas específicas e legalmente estabelecidas é preciso destacar que a identificação de uma comunidade quilombola não está associada diretamente a um modelo específico de quilombo, até mesmo porque não existe um padrão. Os laudos levam em consideração as características da comunidade pela sua organização, pelos modos como se vinculam com a propriedade e como realizam os trabalhos. Além disso, parentesco, religião, conflitos, danças históricas e outras manifestações também são analisadas.

As comunidades quilombolas são predominantemente rurais, mas sabemos da existência de quilombos urbanos, ou seja, essa análise por parte dos órgãos competentes é muito complexa. Para entendermos melhor o conceito de quilombo no presente faz-se necessário olhar para o passado para que possamos compreender o processo histórico, econômico e social de formação dessas comunidades.

De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares¹⁸, no Brasil já foram mapeadas 3.524 comunidades remanescentes de quilombos, distribuídas por todas as regiões do país. (Fundação Cultural Palmares, 2016). O agrupamento destas comunidades, divididas por unidade federativa, foram organizadas de forma gráfica e bem didática pelo site The Intercept Brasil, permitindo visualizar a distribuição delas pelo território brasileiro, como pode ser verificado na figura 2.

¹⁸ “Instituição criada em 1988 pelo Governo Federal, foi a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019)

FIGURA 2 - COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS POR ESTADO



Fonte: The intercept Brasil (2017)

3.1. ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS

Após um longo período de ditadura de ditadura civil-militar (1964-1985) o Brasil passou por um processo de redemocratização e viu ganhar força movimentos sociais que foram duramente reprimidos durante a ditadura, mas que voltaram a reivindicar abertamente justiça social, políticas públicas e uma legislação que atendesse as demandas das comunidades quilombolas.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o Estado reconheceu legalmente a existência de grupos quilombolas e no artigo 68 ficou estabelecido que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. (BRASIL, 1988)

A lei foi motivo de comemoração entre quilombolas de várias partes do Brasil. No entanto, apesar do Estado reconhecer legalmente os quilombolas como sujeitos de direito o artigo 68 não deixou claro quem seriam do ponto de vista jurídico os remanescentes quilombolas e nem como ocorreria o processo de titulação. Causando assim apreensão nas centenas de famílias quilombolas espalhadas por todas as regiões do nosso país.

A década de 1990 passou sem que os próximos governos apresentassem uma agenda pública voltada para as questões quilombolas. Mesmo assim, militantes e movimentos sociais reivindicavam a regulamentação e efetivação do que já estava previsto em lei com o artigo 68. Os governos de José Sarney (1985-1990), de Fernando Collor de Mello (1990-1992), de Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) não desenvolveram políticas públicas ou melhoraram os dispositivos legais para que de fato os quilombolas conseguissem a titulação de suas terras. Durante um período de quatorze anos os quilombolas vivenciaram edição de decretos e portarias que não contribuíram para o avanço das titulações dos territórios tradicionais.

No governo Lula (2003-2010) as expectativas cresceram e de fato o governo reconheceu os direitos quilombolas por meio de leis e decretos. Avanços importantes aconteceram nesse período como o decreto nº 4.887/03¹⁹ assinado pelo presidente Lula, que possibilitou uma reorientação nas normas e o estabelecimento de critérios para o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas.

Neste decreto ficou determinado que o Incra teria a atribuição na esfera federal para conduzir os processos de demarcação e titulação de terras quilombolas. Além disso, foram estabelecidos detalhes para os procedimentos a serem seguidos pelo órgão. Outro ponto importante do decreto nº 4.887/03 foi a criação do Programa Brasil Quilombola²⁰, coordenado pela Subsecretaria de Políticas para comunidades tradicionais da Secretaria de Políticas de

¹⁹ Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003)

²⁰ "Programa criado no ano de 2003 e que reuniu projetos do governo federal para melhoria da qualidade de vida nas comunidades remanescentes de quilombolas. Esses projetos buscam atender de maneira ampla todas as carências dessas comunidades, incluindo saneamento básico, eletricidade, recuperação ambiental, moradia, educação e saúde". (LOBÃO, 2014 p.67)

Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Ainda no ano de 2003 o governo Lula lançou o programa “Luz para Todos”²¹ beneficiando pessoas que viviam em assentamentos rurais, comunidades indígenas e comunidades quilombolas esse programa também atendeu escolas, postos de saúde e poços de água comunitária.

A política do governo Lula avançou na agenda pública envolvendo as questões quilombolas. No seu governo houve um ganho significativo nos processos de regularização de terras de quilombos pelo Incra. Mas, as dificuldades também existiram. Morosidade nos procedimentos estabelecidos para a titulação; enfrentamento da grilagem de terras em regiões com comunidades quilombolas; aumento das tensões no campo; posicionamento contrário de parlamentares defensores da bancada ruralista que historicamente se colocam contrário aos interesses quilombolas.

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016) não ocorreram avanços tão significativos quanto no governo do presidente Lula. Mesmo assim, foram publicados cinquenta e cinco relatórios de identificação e delimitação de terras quilombolas e também trinta e sete portarias de reconhecimento. Foram editados vinte e dois decretos de desapropriação beneficiando vinte e três comunidades. Dezesseis territórios foram titulados, sendo quinze parcialmente. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2016). No governo da presidenta Dilma Rousseff foi assinado o decreto de desapropriação das terras em prol da Comunidade Quilombola Paio de Telha (2015), garantindo metade do território aos quilombolas.

O governo do presidente Michel Temer (2016-2018) foi marcado com a Medida Provisória nº 726²² que fez alterações significativas na estrutura de diversos órgãos, retirando do Incra e atribuindo ao Ministério da Educação o

²¹ Programa lançado no governo Lula beneficiou milhares de cidadãos que vivem em regiões afastadas, como comunidades indígenas e comunidades quilombolas. Decreto nº 4.873/03: Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", destinado a propiciar, até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público. (BRASIL, 2003)

²² “Altera a estrutura da administração pública federal direta, em especial os ministérios e órgãos que integram a Presidência da República. Extingue, transforma e cria órgãos; trata da integração dos órgãos resultantes da transformação; cria e transforma cargos; transfere competências entre os órgãos”. (BRASIL, 2016)

reconhecimento dos territórios quilombolas. Que logicamente não tinha as atribuições necessárias para conduzir questões fundiárias no Brasil e não contava com profissionais que estivessem a par das demandas quilombolas.

O ano de 2017 foi angustiante para comunidades quilombolas de todo país, com a determinação da suspensão das titulações dos territórios quilombolas pelo presidente Michel Temer, alegando esperar a conclusão do julgamento no Supremo Tribunal Federal em uma ação sobre a legalidade do processo de demarcação de terras. Na época, o partido político Democrata (DEM) alegava que a demarcação dessas áreas não deveria ter sido regulamentada por um decreto presidencial, nº 4.887/03, mas sim pelo Congresso. Além disso, o partido questionava a possibilidade da auto identificação das comunidades quilombolas. Essa foi a primeira vez desde 1995 que um governo determinou a suspensão das titulações. O governo de Temer trouxe insegurança às comunidades quilombolas de todo país e foi marcado por esse retrocesso que prejudicou centenas de famílias quilombolas.

O governo do atual presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019 – até o presente) aumentou as expectativas com um possível retrocesso diante de declarações do presidente em relação a quilombolas, antes mesmo de ser eleito. O início do mandato presidencial foi marcado pela Medida Provisória nº 870 que transferiu a responsabilidade de realizar a reforma agrária, demarcar e regularizar terras indígenas e quilombolas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A pasta do Ministério da Agricultura tem como titular a ex-deputada Teresa Cristina (DEM-MS), conhecida como defensora das causas ruralistas. Antes dessa mudança a reforma agrária e as demarcações das áreas quilombolas eram realizadas pelo Incra. Tal modificação trouxe preocupação para as comunidades quilombolas, já que os ruralistas são opositores históricos dessas comunidades.

O Incra, órgão responsável até 2018 pela titulação das comunidades quilombolas não foi extinto. No entanto, foi vinculado à nova Secretaria Especial de Assuntos Fundiários dirigida por Luiz Antônio Nabhan Garcia – presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR), organização conservadora que luta contra a demarcação e regularização de territórios

tradicionais. Sinal de afronta por parte do governo para com a luta história das comunidades quilombolas no Brasil.

No primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro foi realizada a titulação para a Comunidade Quilombola Paiol de Telha (PR). No entanto, a titulação não foi uma benesse do governo. Após uma determinação judicial ficou estabelecido que o governo teria até 2 de maio de 2019 para emitir o documento e caso o governo não cumprisse seria aplicada uma multa diária de R\$ 600 mil ao Incra pelo descumprimento. Os quilombolas da Comunidade Paiol de Telha comemoraram a titulação parcial, mas reconhecem que a luta continua.

O ano de 2019 também foi marcado pela afronta feita à população negra, movimentos sociais e quilombolas na escolha de Sérgio Nascimento Camargo para chefiar a Fundação Cultural Palmares (a indicação partiu do então secretário especial da Cultura – Roberto Alvim). Sérgio Nascimento Camargo nega o racismo, pede o fim do movimento negro, é contrário ao Dia da Consciência Negra e relativizou a escravidão. Com uma postura e declarações contrárias ao propósito do órgão que representaria FCP o governo suspendeu sua nomeação. Movimentos sociais, quilombolas e a sociedade civil se posicionaram veemente contra a escolha arbitrária e descabida.

Infelizmente o cenário nacional para a causa quilombola é desanimador e preocupante, já que o então presidente Jair Bolsonaro deixou explícito não conceder nem um centímetro de terra para indígenas e quilombolas²³. É desafiador acreditar em um futuro melhor com tantos retrocessos e com uma postura de desrespeito do chefe do executivo com as comunidades tradicionais do nosso país sejam elas indígenas ou quilombolas. Essa afronta por parte do governo se faz sentir com a desarticulação de órgãos fundamentais e

²³ Em abril de 2017 o então deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) esteve presente no clube Hebraico, na Zona Sul do Rio discursando para um público de 300 pessoas. O então candidato a presidência prometeu acabar com todas as reservas indígenas e comunidades quilombolas do país. O deputado afirmou que as reservas indígenas e quilombolas atrapalham a economia: “Onde tem uma terra indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí”. Ele disse que foi “a um quilombo”. De lá, voltou com a seguinte percepção: “O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles.” <http://www.justificando.com/2017/04/04>

colocando-os sob responsabilidade de pessoas que ocupam cargos no governo, mas que explicitamente são contrários a causa quilombola.

3.2. QUILOMBOS NO PARANÁ E A POPULAÇÃO NEGRA

A historiografia tradicional apresenta uma narrativa da história paranaense que valoriza e prioriza a contribuição dos imigrantes europeus. A presença negra na história do Paraná não era citada, sendo considerada nula. Nas últimas décadas essa visão estereotipada tem mudado em decorrência de pesquisas realizadas por intelectuais e pesquisadores que desejam provar a participação da população negra na construção da sociedade paranaense.

Para compreendermos melhor a questão da escravidão no Paraná é necessário estudar como ocorreu a formação desse território. No final do século XIX a região da Comarca de Curitiba ainda fazia parte da província de São Paulo, conseqüentemente a história e de certa forma a identidade curitibana estava ligada a de São Paulo. Em 1853 a comarca de Curitiba é elevada a Província do Paraná e com essa mudança houve a necessidade da criação de uma identidade própria para o povo paranaense.

No século XX surge o movimento Paranista com a intenção de desenvolver um sentimento de pertencimento a terra, forjando uma identidade regional, identidade essa ligada às ideias que envolviam progresso e ciência. Esse ideal de sociedade estava diretamente relacionado aos imigrantes europeus e a criação de uma propaganda favorável à imigração.

O movimento Paranista teve apoio de artistas, escritores, pintores, arquitetos e do próprio governo da província. Os ideais paranistas passaram a ser difundidos amplamente e a identidade paranaense foi construída tendo como ideal de cidadão: o homem branco, europeu e cristão. Identidade essa associada ao progresso e a modernidade. Conforme apontado por Felipe:

No Paraná, a construção dessa política de memória se faz a partir do “paranismo”, e terá no jornalista e historiador Alfredo Romário Martins um dos seus principais definidores e

expoentes no final do século XIX e início do XX. Martins foi o autor da primeira obra sobre historicidade do estado, intitulada História do Paraná, publicada em 1862. José Yurkiv (2002, p.126), ao analisar o livro de Martins, afirmou que por ser um texto extremamente narrativo, jornalístico e informativo, elencando uma série de informações detalhadas, abrangendo localidades e épocas de uma forma sequencial, a obra de Romário Martins legitimou-se, naquela época, como a história oficial do Paraná, sobretudo, pelo seu reconhecimento científico. (FELIPE, 2018 p. 160)

Para Felipe (2018) o pensamento de Romário Martins era reflexo de uma época em que os intelectuais brasileiros foram influenciados pelas teorias raciais do final do século XIX e início do século XX, que colocava a população negra como um entrave para o desenvolvimento do país e a branca europeia como o ideal para a modernização e o progresso do Paraná. O governo fez campanha para atrair imigrantes europeus para esse território. Segundo Felipe:

O governo paranaense apresentava dois argumentos principais para atrair imigrantes europeus, a baixa presença da população negra no estado, diferenciando-se de estados como São Paulo e o Rio de Janeiro, que mesmo após a abolição, ainda tinham uma presença marcante da população negra em seu tecido social. Esse argumento se insere dentro de uma política da memória de estado que contribuiu para a invisibilidade dos afro-brasileiros na região, o que nos permite afirmar que, para além de um racismo estrutural brasileiro, a população brasileira viveu um racismo estrutural incentivado pelo próprio Estado. Outro argumento muito utilizado no final do século XIX e início do século XX, foi o determinismo geográfico, com base no argumento de que o clima paranaense era mais próximo ao clima europeu. (FELIPE, 2018 p. 162)

Essa propaganda funcionava como uma política de Estado para levar o Paraná rumo ao progresso e a modernidade. A população negra de escravizados era considerada como um empecilho a todo esse desenvolvimento, por isso a promoção da vinda de imigrantes. Esse fenômeno não foi exclusivo do Paraná, em todo país o governo criou uma política de Estado que incentivava a vinda de imigrantes de outros países, principalmente europeus, com o objetivo de criar uma classe de trabalhadores assalariados e que substituiria os trabalhadores do regime escravista. No cenário nacional Gomes destaca que:

O invisível passaria a ser isolado e depois estigmatizado. Populações negras rurais – isoladas pela falta de comunicação, transporte, educação, saúde e políticas públicas e outras formas de cidadania – foram estigmatizadas, a ponto de seus moradores recusarem a denominação de quilombolas ou ex-escravos. Porém, nunca deixaram de existir lutas seculares no mundo agrário. (GOMES, 2015 p.123)

Durante muito tempo a historiografia tradicional desconsiderou a presença da população negra na formação da identidade paranaense. O Paraná fez parte de uma construção de identidade nacional, que apesar de regional, deveria seguir os preceitos da época – progresso e modernidade só seriam possíveis de alcançar com o trabalho dos imigrantes europeus (FELIPE, 2018).

Nos últimos anos essa historiografia tradicional, que negou ou pelo menos não apresentou a participação da população negra no Paraná tem sido revista. Novos estudos, com novos olhares e novas metodologias têm revelado a participação da população negra no território paranaense no período da escravidão e no pós-abolição²⁴. A escravidão foi praticada no Paraná, assim como em outras regiões do Brasil. Felipe (2018) aponta que: “a população negra foi inserida como mercadoria na compra, venda, aluguel e rendiam impostos ao governo. Produziam riquezas com seu trabalho e eram importantes para a economia do mercado interno e externo de bens”. Os escravizados foram importantes para a economia paranaense, mas não foram aceitos no momento da construção de uma identidade própria do Paraná.

A Lei Áurea (1888) extinguiu a escravidão no Brasil. Mas, o governo não estabeleceu nenhum tipo de política visando à inclusão dos ex-cativos e de seus descendentes na sociedade brasileira. Após as comemorações do dia 13 de maio de 1888 e da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o que ocorreu no país foi um período de tensão, no qual os ex-escravizados e seus descendentes procuraram se distanciar do passado da escravidão. (DANTAS, 2012)

²⁴ Como exemplo desses estudos destacamos Felipe (2018) que ressalta a redemocratização e a pressão do Movimento Negro Unificado contribuíram para que a população negra fosse descoberta sob outro prisma.

Felizmente, cada vez mais, estudiosos têm se debruçado sobre documentos e dados que comprovam a participação dos trabalhadores escravizados, dos ex-escravizados e seus descendentes na história do Paraná. Nesse trabalho em específico desejamos possibilitar visibilidade para a Comunidade Quilombola Paiol de Telha e os quilombolas dessa comunidade que fizeram e fazem parte da memória paranaense.

Apesar da Constituição de 1988 já ter reconhecido a existência dessas comunidades por meio do artigo 68, o Paraná não era reconhecido nacionalmente como território com presença de comunidades quilombolas. Novos estudos têm descortinado um Paraná “diferente” e com a presença histórica de comunidades quilombolas em todas as regiões do Estado. No ano de 2005 o Governo do Estado do Paraná criou o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, grupo inter-secretarial que pesquisou e estudou a presença negra na história do Paraná a partir do levantamento das comunidades quilombolas.

Ao contrário do que se pensava, o território paranaense apresenta comunidades remanescentes de quilombos em diferentes lugares e com características diversas, sendo que essas comunidades foram formadas de diferentes maneiras ao longo do tempo. Conforme apontado por Priori:

As terras onde residem atualmente esses afro-descendentes possuem origens diversas. Tanto podem ser fazendas abandonadas, doações feitas a ex-escravos, pagamento por serviços prestados ao governo, ou, até mesmo, terras compradas por negros forros. Houve também casos de terras que pertenciam a ordens religiosas e foram deixadas sob a administração de ex-escravos no início da segunda metade do século XVIII. (PRIORI, 2012 p. 50)

A Comunidade Quilombola Paiol de Telha foi formada em terras doadas pela escravocrata Balbina Francisca de Siqueira a um grupo de onze trabalhadores escravizados, que herdaram as terras e adquiriram sua liberdade por meio de testamento após sua morte. Além do levantamento feito pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura a Fundação Cultural Palmares (2012) fez um levantamento e registrou 34 comunidades quilombolas no Paraná.

FIGURA 3 - MAPA DA POPULAÇÃO NEGRA E COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PARANÁ



Fonte: GTCM (2010)

Conforme apontado por Domingues e Gomes (2013) os quilombos sempre existiram em todas as regiões do território nacional. “Os quilombos de ontem e de hoje são o Brasil”. (DOMINGUES & GOMES, 2013 p.20). Se essas comunidades não foram incluídas nas narrativas do passado colonial, na formação do Estado Nacional ou nos ideais republicanos, devem ser contemplados hoje com dignidade e acesso a terra, tendo seus direitos respeitados.

Infelizmente, a imagem que as pessoas fazem das comunidades tradicionais rurais é distorcida. Isso ocorre basicamente por influência dos meios de comunicação que projetam determinadas ideias sobre o movimento dos sem terra, sobre as populações indígenas e as comunidades quilombolas. Esses grupos lutam pelo direito a terra, por justiça social e para que seus direitos mais básicos sejam garantidos e respeitados (DOMINGUES & GOMES, 2013)

QUADRO 2 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS PARANAENSES RECONHECIDAS PELA FUNDAÇÃO PALMARES

MUNICÍPIO	COMUNIDADES
Adrianópolis	João Surá
Curiúva	Água Morna
Curiúva	Guajuvira
Ponta Grossa	Comunidade Negra Rural de Sutil
Ponta Grossa	Santa Cruz
Castro	Comunidade Negra Rural de Castro (Limitão - Serra do Apon - Mamans)
Guarapuava / Pinhão / Reserva do Iguaçu	Invernada Paiol de Telha
Adrianópolis	Comunidade Negra Rural de Sete Barras
Adrianópolis	Porto Velho
Adrianópolis / Registro	Comunidade Negra Rural de Córrego das Moças
Campo Largo	Palmital dos Pretos
Doutor Ulysses	Varzeão
Adrianópolis	Bairro Córrego do Franco
Adrianópolis	Bairro Três Canais
Adrianópolis	Estreitinho
Adrianópolis	Praia do Peixe
Adrianópolis	São João
Bocaiúva do Sul	Areia Branca
Candói	Cavernoso 1
Candói	Despraiado
Candói	Vila São Tomé
Castro	Tronco
Guaira (ou Guaira?)	Manoel Ciriáco dos Santos
Guaraqueçaba	Batuva
Guaraqueçaba	Rio Verde
Lapa	Feixo
Lapa	Restinga
Lapa	Vila Esperança
São Miguel do Iguaçu	Apepu
Turvo	Campina dos Morenos
Ivaí	Rio do Meio
Ivaí	São Roque
Palmas	Adelaide Maria Trindade Batista
Palmas	Castorina Maria da Conceição
TOTAL	34

Fonte: Fundação Palmares (2012) *apud* PRIORI (2012)

Estudos recentes têm comprovado a existência dessas comunidades tradicionais, as quais estão distribuídas por diferentes regiões do nosso estado. Se existe comunidade quilombola, existe história e a presença negra na formação do Paraná. Cabe a escola apresentar essa narrativa que sempre existiu, mas que foi invisibilizada.

3.3. COMUNIDADE QUILOMBOLA INVERNADA PAIOL DE TELHA

A Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha teve início em 1860 com um grupo de onze ex-escravizados que trabalhavam na fazenda Capão Grande e receberam de herança da escravocrata Balbina Francisca de Siqueira 3.600 alqueires de terra. Os escravizados também ganharam a sua liberdade na ocasião. A fazenda Capão Grande ficava localizada a treze quilômetros do distrito de Reserva do Iguazu e trinta e cinco quilômetros de Guarapuava – região centro-sul do Paraná.

Mesmo com o testamento que garantia a herança aos ex-escravizados o sobrinho de Balbina Francisca de Siqueira, Pedro Lustosa, herdeiro do restante das terras e primeiro prefeito de Guarapuava, repassou ao grupo apenas parte do que herdaram e a eles restaram apenas terras de uma área chamada de “Fundão”, que ficava mais ao fundo das terras da fazenda. Mesmo com apenas 2.960 alqueires dos 3.600 deixados por Balbina Francisca de Siqueira, os onze ex-escravizados se estabeleceram com suas famílias, cultivando suas plantações e mantendo suas tradições.

Entre as décadas de 1960 e 1970 ocorreu um processo de expropriação das terras por meio de grilagem²⁵ e as famílias que ali viviam foram expulsas de seu território. Os quilombolas que não tinham para onde ir e iniciaram uma sequência de ocupações de terra enfrentando constantes despejos. Por duas décadas sobreviveram em péssimas condições de moradia e em uma situação de vulnerabilidade social, sem poder usufruir das terras que eram suas por direito.

No ano de 1996 o Incra assentou parte da comunidade em um projeto de Assentamento de Reforma Agrária e no ano de 2004 a Comunidade Quilombola Paiol de Telha iniciou um processo de titulação da terra. A Comunidade Quilombola Paiol de Telha tem uma história emblemática por ser a primeira comunidade quilombola a ser reconhecida pela Fundação Palmares

²⁵ É a ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro. (INCRA, 2019)

no ano de 2005 e por ser a primeira titulada no Paraná, no ano de 2019, mesmo que parcialmente.

O Incra é a autarquia responsável pela titulação após o reconhecimento. Esse órgão disponibiliza na internet informações atualizadas de como está o andamento do processo solicitado pela comunidade quilombola. No site do Incra já é possível verificar a situação da Comunidade Invernada Paiol de Telha, que fica localizada no distrito de Reserva do Iguaçu.

QUADRO 3 - TITULAÇÃO PARCIAL

SR	Comunidade	Município	Área _{ha}	Número de Famílias	Etapa
 PARANÁ 09	Invernada Paiol de Telha	Reserva do Iguaçu	2.959,2371	393	
	João Surá	Adrianópolis	6.422,2171	34	
	Água Morna	Curiúva	1.184,1277	16	
	Manoel Ciríaco dos Santos	Guaira	37,1439	17	
	Varzeão	Doutor Ulysses e Sengés	7.242,8994	35	
	Mamãs	Cerro Azul	334,7386	42	
	São João	Adrianópolis	2.656,6476	43	

Fonte: Incra (2019)

Em 2005, após a certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares, foi solicitado a abertura do processo junto ao Incra. Mas somente em 2014 o órgão finalizou o processo de reconhecimento, afirmando que a comunidade tinha o direito a 2.900 hectares e em junho de 2015 a então presidente Dilma Rousseff assinou o decreto de desapropriação. Desde essa data o Incra procurou fazer acordo com a Cooperativa Agrária Agroindustrial, que é a proprietária das terras desde a década de 1970.

Finalmente, em janeiro de 2019, o Incra oficializou a obtenção de parte das terras que formam o território tradicional da comunidade. A Cooperativa Agrária Agroindustrial recebeu R\$ 10,2 milhões pelos 228 hectares que fazem parte das terras tituladas. O dinheiro já estava disponível desde dezembro de 2016, mas problemas com a proprietária atual das terras atrasou o processo (TERRA DE DIREITOS, 2019).

FIGURA 4 - ÁREA TITULADA E ÁREA COM DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO



Fonte: Racismo Ambiental (2019)

Com a titulação, a comunidade pode retornar em parte do território que sempre foi dos quilombolas. O documento de posse é muito importante, pois possibilita o acesso a serviços básicos de infraestrutura, como energia elétrica, água encanada e acesso a crédito de incentivo à agricultura familiar. Com a titulação, os quilombolas poderão avançar com um projeto de Agroindústria comunitária de beneficiamento de alimentos. A proposta já existe, mas a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB) exige a apresentação de documentos de certificação da área pela comunidade para compra de maquinário e materiais para construção.

A Comunidade Quilombola Paiol de Telha é formada atualmente por descendentes dos onze ex-escravizados que herdaram as terras de Balbina Francisca de Siqueira. Após uma longa luta e o enfrentamento de muitas privações essas pessoas querem simplesmente ter o direito de usufruir o território que é delas desde 1860. Mesmo com a titulação parcial das terras a luta da comunidade continua, já que a Fundação Palmares reconhece a área total a ser titulada é de 2.959 hectares, ou seja, os quilombolas estão ocupando uma pequena parte do território original.

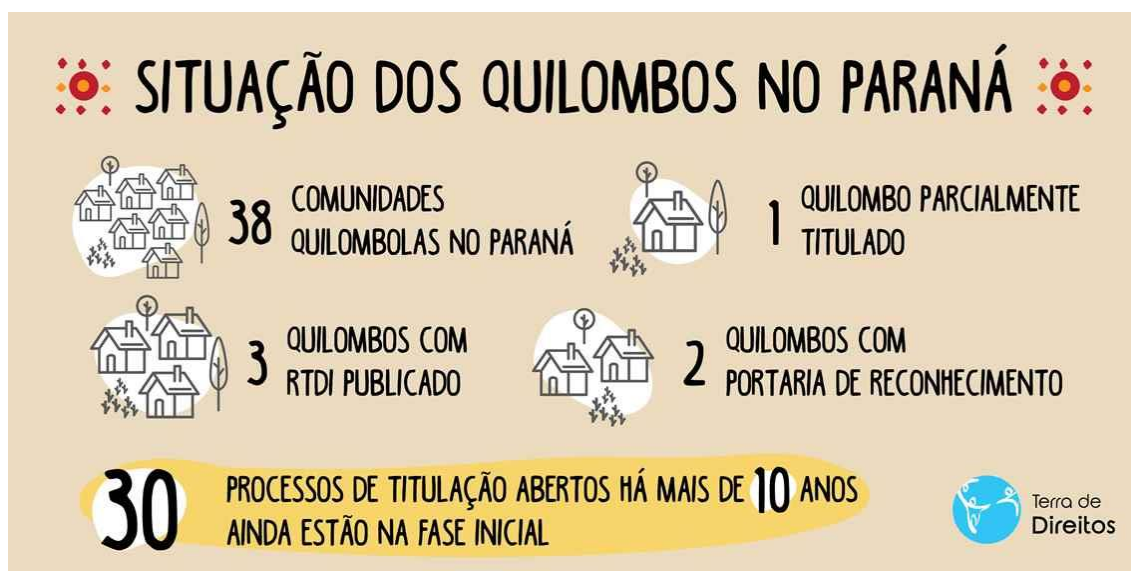
FIGURA 5 - COMUNIDADE QUILOMBOLA INVERNADA PAIOL DE TELHA



Fonte: Facebook (2019)

Mesmo com motivos para comemorar, os quilombolas da comunidade continuam na luta para que a área titulada seja ampliada, os 228 hectares não são suficientes para garantir o sustento e a dignidade de trezentos e noventa e três famílias que tem direito as terras. Além da comunidade Paiol de Telha, outros quilombos espalhados pelo Paraná têm sofrido com a morosidade do processo e terão que enfrentar um longo caminho até terem efetivado o direito ao território tradicional. Das trinta e oito comunidades do estado, trinta delas iniciaram o processo de titulação há mais de dez anos, sem avanços significativos.

FIGURA 6 - SITUAÇÃO DOS QUILOMBOS NO PARANÁ



Fonte: Racismo Ambiental (2019)

O problema enfrentado pelos quilombolas na Comunidade Paiol de Telha no Paraná também foi recorrente em outras regiões do país. Segundo Gomes (2015), ex-escravizados que receberam terras de herança e portavam testamento que garantia o direito à propriedade tiveram que enfrentar a ganância de grupos que detinham o poder e que tomaram de forma violenta e cruel as terras herdadas.

Havia as terras de preto que eram parcelas de terras doadas em testamento para ex-escravos e suas famílias antes da abolição – no período da emancipação eles mantinham tais direitos, o que gerou conflitos com os descendentes de fazendeiros e as fronteiras econômicas abertas em determinadas regiões. Seria possível ampliar essa explicação para outras partes do Brasil. (GOMES, 2015 p.127)

Os quilombolas da Comunidade Paiol de Telha enfrentaram esse tipo de problema. Ao herdar as terras da escravocrata Balbina Francisca de Siqueira o grupo de ex-escravizados foi contemplado com 3.600 alqueires de terras. No entanto, o sobrinho da proprietária Pedro Lustosa só repassou uma parte desse território - 2.900 alqueires. A partir da década de 1960 os descendentes dos onze ex-escravizados foram expulsos das terras de forma violenta e sofreram com a expropriação de sua propriedade. Nesse período um grupo de descendentes de europeus compram as terras que pertenciam aos quilombolas

e construíram no local uma cooperativa – Cooperativa Agrária Agroindustrial Entre Rios. Desde a década de 2000 os quilombolas do Paiol de Telha lutam para reaver o território tradicional que lhes pertence.

Em todas as regiões do Brasil comunidades quilombolas lutam para ter garantido o direito a terra. O governo precisa reconhecer que a demanda quilombola é social e que o acesso a terra é uma maneira importante de reconhecer a historicidade e a trajetória de organização das famílias negras ao longo da história. Os territórios das comunidades tradicionais têm um conjunto de referências simbólicas que fazem daquele espaço o lugar de domínio da coletividade. (CARRIL, 2017 p.347)

FIGURA 7 - QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE PAIOL DE TELHA COM O DOCUMENTO DE TITULAÇÃO DAS TERRAS



Fonte: Facebook (2019)

4. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E AS REDES SOCIAIS

Nas últimas décadas temos presenciado mudanças importantes em diferentes setores da sociedade e em nossas vidas: no trabalho, no lazer, na saúde, na educação, nos relacionamentos pessoais, nas comunicações, nos transportes, entre outros. Essas mudanças tiveram a influência das Tecnologias da Informação e Comunicação que se tornam cada vez mais

velozes e acessíveis a um número cada vez maior de pessoas. (KENSKI, 2014)

As inovações tecnológicas mudaram a nossa cultura e a forma como enxergamos e interagimos com o mundo ao nosso redor. Segundo Kenski (2014) nos últimos anos incorporamos as redes sociais em nossos sistemas de intercomunicação e em nossas atividades cotidianas, por meio da internet podemos utilizar novas formas de interação e comunicação.

Coloquialmente, o termo *tecnologia* costuma ser associado a equipamentos eletrônicos em geral, entretanto convém ressaltar que o conceito é bem mais amplo, como descrito por Kenski:

O uso do raciocínio tem garantido ao homem um processo crescente de inovações. Os conhecimentos daí derivados, quando colocados em prática, dão origem a diferentes equipamentos, instrumentos, recursos, produtos, processos, ferramentas, enfim, as tecnologias (KENSKI, 2012 p. 15)

Portanto, para evitar interpretações errôneas, usaremos neste texto como conceito de Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, o citado por Coll e Monereo como “aquelas relacionadas com a capacidade de representar e transmitir informação” mediada por tecnologias virtuais (COLL & MONEREO, 2010 pp. 17-19). Reforçando este conceito, Kenski define TICs como: “baseados no uso da linguagem oral, da escrita e da síntese entre som, imagem e movimento, o processo de produção e o uso destes meios compreendem tecnologias específicas de informação e comunicação.” (KENSKI, 2012 p. 28).

É interessante ressaltar que o mesmo conceito é muitas vezes denominado Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC, ou ainda Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – NTIC, para especificar a utilização das tecnologias informáticas e digitais neste processo (CAMAS & BRITO, 2017).

Segundo Levy (1999) Estas tecnologias são ferramentas usadas para produzir, reunir, compartilhar e divulgar informações e saberes entre as pessoas e permite uma comunicação rápida e a longas distâncias. Este tipo de comunicação não é recente, existindo desde o século passado por meio da

televisão e rádio, mas então as informações seguiam em sentido unidirecional, dos produtores aos receptores (LITTO & FORMIGA, 2012; VIANNEY, TORRES & SILVA, 2003).

Com o advento da informatização destas ferramentas e principalmente após o desenvolvimento da *internet*²⁶, a interação entre os elementos desta comunicação ganhou uma nova característica, onde a pessoa comum deixou de apenas receber, mas passou a interagir ativamente e até mesmo a modificar e criar informações e saberes (TAJRA, 2008; KENSKI, 2013). Estabelecendo um novo patamar na divulgação dos mesmos, em uma estrutura chamada por Martino de “Cultura da Convergência” (MARTINO, 2015 p. 37).

Entretanto, não se pode esquecer que, apesar de mais democráticos, estes novos meios de comunicação não são acessíveis a todos, havendo um grande caminho a ser percorrido até a universalização deste acesso. Além da questão do custo dos equipamentos, a conexão à *internet* é um entrave importante, tanto na questão da qualidade do acesso, quanto na questão do custo deste acesso.

De acordo com Kenski (2014), a cada ano as tecnologias digitais estão cada vez menores, mais leves, mais rápidas e eficientes. Equipamentos eletrônicos como tabletes, celulares e smartphones, bem como a flexibilidade de acesso a sistemas mais rápidos e eficientes como acesso ao sistema utilizando tecnologias wireless²⁷ e a nuvem²⁸ têm possibilitado a interação entre

²⁶ A internet é o conjunto de redes de computadores que, espalhados por todas as regiões do planeta, conseguem trocar dados e mensagens utilizando um protocolo comum. Este protocolo compartilhado pela internet é capaz de unir vários usuários particulares, entidades de pesquisa, órgãos culturais, institutos militares, bibliotecas e empresas de todos os tipos em um mesmo acesso. Ela é formada por computadores comuns e por outros especiais, chamados de servidores, que são máquinas com grande poder de processamento e conexões velozes. Os servidores são controlados por universidades, empresas e órgãos do governo. (VIEIRA, 2013)

²⁷ Tecnologias de Informação Sem Fio (wireless) – São Tecnologias de Informação que envolvem o uso de dispositivos conectados a uma rede ou a outro aparelho por links de comunicação sem fio, como, por exemplo, as redes de telefonia celular ou a transmissão de dados via satélite, além das seguintes tecnologias: Infra-vermelho (infrared - IR), Bluetooth, Wireless LAN (Rede Local sem fio) (SACCOL & REINHARD 2007).

²⁸ O NIST (*National Institute of Standards and Technology*) define a computação em nuvem como um modelo que possibilita acesso, de modo conveniente e sob demanda, a um conjunto de recursos computacionais configuráveis (por exemplo, redes, servidores, armazenamento, aplicações e serviços) que podem ser rapidamente adquiridos e liberados com mínimo esforço gerencial ou interação com o provedor de serviços (RUSCHEL *et al.*, 2008).

peças e grupos separados fisicamente e geograficamente. Conforme apontado por Kenski:

A valorização do que é novo, mais potente ou, simplesmente, diferente, já faz parte das concepções culturais e sociais presentes na atualidade. Queremos algo que potencialize nossa capacidade de interação, comunicação, acesso e armazenamento das informações. Na atualidade, construímos nossas relações em meio aos mais variados artefatos tecnológicos. A cultura contemporânea está ligada a ideia da interatividade, da interconexão e da inter-relação entre as pessoas, e entre essas e os mais diversos espaços virtuais de produção e disponibilização das informações. (KENSKI, 2014 p. 62)

Por meio da internet e das redes sociais temos a oportunidade de explorar outros lugares, outras pessoas, outras realidades e ter um retorno imediato ao interagir com pessoas e comunidades separadas fisicamente, mas próximas no mundo virtual. Essa capacidade de intercomunicação das novas mídias é muito significativa ao possibilitar a interação, a troca de ideias, conhecimentos, interesses em comum e projetos.

Para Kenski (2014) a internet é o espaço possível de integração e articulação de todas as pessoas conectadas com tudo o que existe no espaço digital. O avanço tecnológico tornou possível transformar o espaço de ação finito dos computadores em um novo ambiente. Na atualidade qualquer pessoa, grupo ou comunidade pode ser membro da rede, contanto que conheça a linguagem própria de cada atividade envolvida. Os usuários da internet e das TICs precisam estar abertos para novos conhecimentos, pois as inovações são constantes e o aprendizado é permanente.

Para Martino (2015) as redes sociais possibilitam laços não tão rígidos entre os seus usuários, apresentando um caráter mais horizontal, desprovido de uma hierarquia. Em geral, as pessoas se relacionam de acordo com seus interesses, temas e valores que compartilham, sem a força das instituições tradicionais como família, escola, religião ou trabalho. Segundo Martino,

Redes sociais podem ser entendidas como um tipo de relação entre seres humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes. Apesar de

relativamente antiga nas ciências humanas, a ideia de redes sociais conectadas pela internet, definidas pela interação de rede ganhou mais força quando a tecnologia auxiliou a construção de redes sociais conectadas pela internet, definidas pela interação via mídias digitais. (MARTINO, 2015 p.55)

O estabelecimento de relações nos espaços virtuais está ligado, em muitos casos, à lógica de ação das redes sociais que está diretamente relacionada à sua dinâmica e flexibilidade. Segundo Martino (2015) a dinâmica está relacionada à forma de interação entre seus participantes e pode ser entendida como o movimento existente em uma rede, como a quantidade e o tipo de conexões estabelecidas entre os participantes. Cada rede social tem sua dinâmica própria e está ligada ao tipo de arquitetura tecnológica sobre a qual é construída a interação social.

Já a flexibilidade está associada aos vínculos entre os indivíduos, que podem ser fluídos, rápidos, estabelecidos conforme a necessidade em um momento e desfeito no instante seguinte (MARTINO, 2015). A flexibilidade das redes sociais refere-se aos laços existentes em uma rede – que podem ser alterados a qualquer momento. A flexibilidade de uma rede refere-se também à sua capacidade de mudar de tamanho conforme ganha ou perde participantes em sua dinâmica.

As redes sociais são grupos de conexão e relacionamentos que podemos ter com outras pessoas, grupos, empresas e outros. Já as mídias digitais são as plataformas que garantem que isso aconteça e tem a função de possibilitar o compartilhamento em massa de conteúdo e transmissão de informação. As principais redes sociais utilizadas no Brasil são: Facebook, Instagram, LinkedIn, Youtube, Twitter, WhatsApp e Snapchat.

4.1. REDES SOCIAIS E EDUCAÇÃO

A invasão das redes sociais na escola não pode mais ser ignorada. Haja vista que o mundo digital está cada vez mais presente no cotidiano da sociedade e do ambiente escolar. Entretanto, isto gera dúvidas muitas vezes angustiantes aos profissionais da educação: Como ensinar uma criança que está cada vez mais conectada? Como estimular a análise crítica das informações recebidas? O uso destas tecnologias pode realmente auxiliar a aprendizagem do estudante?

Nos últimos anos crianças, adolescentes e jovens estão cada vez mais conectados a redes sociais: *blogs*, repositórios de *vídeos* e outros tipos de *sites* que oferecem a eles uma comunicação rápida, permitindo um acesso quase instantâneo a novas informações. Estes recursos tecnológicos podem se tornar ferramentas valiosas para o docente, promovendo uma aprendizagem mais significativa aos educandos já que as tecnologias podem despertar um interesse maior pelo conhecimento.

Na educação, tanto em escolas públicas quanto privadas, é possível verificar o uso de vários recursos tecnológicos por professores (as) e alunos (as). Projetos governamentais (federais e estaduais) tem estimulado a inserção destas tecnologias (ALMEIDA, 2009; LITTO & FORMIGA, 2012; BRASIL, 2013; SANTOS & HOEPERS, 2014; PARANÁ, 2015), enviando as ferramentas necessárias como computadores, *tabletes* e acesso à *internet*. Além desta disponibilização realizada pelos agentes gestores, atualmente é possível verificar empiricamente que entre os estudantes o uso de *smartphones* também já uma é constante, mesmo em séries iniciais do Ensino Fundamental II.

Infelizmente, principalmente em unidades públicas de ensino, muitas vezes a oferta dos equipamentos é feita sem o suporte necessário para o melhor uso dessas tecnologias, tanto através de cursos para os docentes, como pelo suporte técnico e pedagógico do equipamento (MODROW & SILVA, 2013).

Apesar disso, esta inserção possibilita que esses equipamentos sejam utilizados no processo de ensino-aprendizagem nas aulas convencionais. Entretanto, para evitar que eles se tornem apenas objetos decorativos no

ambiente escolar seu uso deve ser planejado de forma a criar condições de aprendizagem significativa para o estudante. (COLL & MONEREO, 2010). Sobre o uso crítico e criterioso do uso das TICs na educação, Gonçalves, Macedo e Souza fazem uma análise mais contundente ao afirmar que: “sem reflexão crítica e uma metodologia adequada, a utilização das TICs em nada contribuirá para o processo de ensino-aprendizagem e só servirá para fins mercadológicos”. (GONÇALVES; MACEDO & SOUZA 2015, p.57)

O planejamento no uso das TICs é fundamental, vista que a utilização destes equipamentos na escola costuma se resumir em utilizar softwares prontos e formatados para um estudante considerado padrão, o que muitas vezes não está de acordo com a realidade cognitiva dos estudantes que farão uso destes objetos. Como a maioria destes aplicativos não permitem sua modificação, isto dificulta a adaptação e aplicação eficiente destes instrumentos no ensino dos educandos com especificidades e necessidades únicas que variam conforme os discentes atendidos por uma determinada escola.

Assim, pode-se afirmar que políticas públicas de incentivo ao uso das TICs nas escolas precisam contemplar em seus projetos não apenas a tecnologia em si, mas o apoio necessário para sua correta utilização e os meios acessórios para seu uso, como uma boa conexão de *internet*. De acordo como Miranda (2007) a simples incorporação destas ferramentas tecnológicas nas aulas podem não causar as transformações necessárias para o maior aprendizado do aluno (a).

O treinamento e capacitação dos docentes para o uso das TICs é importante neste processo, pois sem mudar as práticas tradicionais de ensino, pode-se ter um desperdício das possibilidades oriundas destes recursos (KINSKI, 2003). A escola e os professores (as) segundo Sancho (2007), podem dificultar a incorporação adequada destas tecnologias na educação ao estarem presos ao sistema tradicional de educação.

As TICs exigem uma educação mais flexível, baseada na integração e interdependência da ação consciente do docente e do estudante sobre as informações e conhecimentos de ambos, interagindo também com aqueles advindos do mundo físico circundante e digital acessível pela *internet* e outros

meios midiáticos. Por este motivo, o professor (a) precisa agir conscientemente e intencionalmente na reestruturação do seu tempo de preparação e organização de sua aula e estudos de atualização de conhecimentos (KINSKI, 2003).

Assim, para que as TICs sejam usadas de forma eficiente como um recurso pedagógico, é necessário que além de bons equipamentos, os currículos sejam atualizados, permitindo a utilização eficiente destas ferramentas no ensino, além de professores preparados e habilitados para explorar o potencial destas TICs na educação (DOURADO *et al.* 2014; BACICH & MORAN, 2018).

Quando adequadamente implantada, o uso das TICs pode servir de suporte e meio para a utilização de metodologias ativas onde o estudante se torna responsável pela sua educação. Sua aprendizagem se torna mais significativa ao tornar o processo mais pessoal e adaptado a ele. Esta personalização é importante, pois como cita José Moran:

As pesquisas atuais da neurociência comprovam que o processo de aprendizagem é único e diferente para cada ser humano, e que cada pessoa aprende o que é mais relevante e o que faz mais sentido para si, o que gera conexões cognitivas e emocionais (BACICH & MORAN, 2018 p. 3).

Considerando a sociedade conectada na atualidade, a presença das TICs na escola se torna ainda mais importante para a formação cidadã do estudante. Assim como o domínio da linguagem escrita e dos signos matemáticos é fundamental para a construção do pensamento científico, professores (as) e estudantes precisam ter conhecimentos específicos para fazer uso dessas tecnologias. Para que o estudante atinja este pensamento complexo, é necessário o desenvolvimento de competências cognitivas diferentes daquelas exigidas em tempos anteriores. Coll e Monereo (2010)

Assim, a escola deixa de atuar como um local de repasse de informações e conhecimentos, transformando-se em um ambiente de discussão e construção de conhecimento capaz de subsidiar o educando a interpretar, relacionar e questionar as informações que recebe dos meios digitais. Portanto, ao inserir as TICs na sala de aula de forma adequada e

eficiente, a escola reforça e assume sua função social de preparar a criança, o adolescente e o jovem para o mundo onde vive.

A proposta central deste trabalho é abordar a temática quilombola nas escolas regulares, sejam elas públicas ou privadas. No entanto, reconhecemos que a forma tradicional como o conceito de quilombo vem sendo trabalhado nas últimas décadas precisa mudar. Via de regra, os livros didáticos apresentam quilombo como algo cristalizado em um passado longínquo. É justamente essa visão que precisa ser modificada.

Dessa forma, enxergamos nas TICs e nas redes sociais a possibilidade de abordar a temática quilombola de uma forma mais significativa para os estudantes. Ao trabalhar quilombos em sala de aula fazendo uso das redes sociais e das tecnologias disponíveis o professor (a) tem a possibilidade de dar uma visibilidade a grupos que historicamente foram ignorados. Em decorrência da distância geográfica entre as escolas regulares e os quilombos, principalmente os rurais, fica difícil para estudantes e até mesmo professores (a) visualizarem como são essas comunidades tradicionais.

Por meio das TICs e das redes sociais novas possibilidades são postas, tanto para a aprendizagem quanto para o contato com quilombolas do Paraná e de outras regiões do Brasil. Contanto que essas comunidades estejam conectadas as redes sociais e muitas estão, como a Comunidade Quilombola Paiol de Telha. Por isso, faz-se importante pensar processos educacionais que possibilitem o reconhecimento dos sujeitos que formam essas comunidades tradicionais e que protagonizam o território quilombola.

Para Carril (2017), existe a necessidade de trabalhar a temática quilombola com práticas pedagógicas que combatam a invisibilidade desses grupos. “Construindo metodologias que proporcionem aprendizagens tendo como ponto de partida elementos relacionados às realidades locais dessas comunidades”.(CARRIL, 2017 p.558). As TICs e as redes sociais possibilitam esse contato. A proposta deste trabalho é abordar a temática quilombola fazendo uso das TICs e da rede social Facebook²⁹.

²⁹ O Facebook pode ser definido como um website, que interliga páginas de perfil dos seus utilizadores. Tipicamente, é nestas páginas que os utilizadores publicam as mais diversas informações sobre eles próprios, e são também os utilizadores que ligam os seus perfis aos perfis de outros utilizadores. No essencial, a experiência do Facebook permite que os

Plataformas digitais ou portais, entendidos como novas mídias sociais como Facebook, Youtube, Twitter e blogs tem permitido aos sujeitos sociais narrarem suas sensações, percepções, vivências e recordações constituindo assim suas representações. Sendo a própria cultura uma representação social, ou seja, aquilo que dá significado às novas práticas cotidianas. Dessa maneira é preciso compreender que as identidades são permeadas por representações, que socialmente são arquitetadas que se constroem o processo de visibilidade ou invisibilidade das características identitária de um grupo social que influenciam no processo de aceitação e compreensão de determinados modos de ser, de ver e de estar no mundo.

Os processos de sociabilidades proporcionados pelas mídias atuais possibilitam o convívio com as múltiplas identidades e as diversas plataformas virtuais permitem um espaço para a construção de visibilidades e formulação de múltiplas narrativas sociais. As novas sociabilidades desencadeadas pelas tecnologias interferem a priori na forma como afirmamos, construímos ou reconstruímos nossas identidades que, segundo a perspectiva adotada nessa unidade é compreendida como uma produção sócio histórica mediada sobretudo, pela linguagem. A questão da identidade vem apresentando-se como um tema central nas pesquisas sobre mídias sociais em face às transformações que o mundo tem passado no âmbito cultural, social, econômico, político e tecnológico.

Ao abordamos exclusivamente o Facebook, pensamos o quanto essa mídia social possibilita na atualidade mudanças significativas na produção de conteúdo nos meios de comunicação e tem permitido uma nova perspectiva nos processos de sociabilidades nessa nova era midiática. O Facebook foi criado em 2004 pelo americano Mark Zuckerberg quando ainda era estudante na Universidade de Harvard. Foi pensado para atender a comunidade universitária e pouco a pouco a ideia conquistou o mundo e hoje tem o Brasil como um dos maiores usuários. O Facebook é considerada uma das maiores redes sociais do mundo, sendo utilizada por milhares de pessoas todos os dias

utilizadores se envolvam em três tipos de atividades: publicar informação pessoal relevante numa página individual com o seu perfil, ligar-se a outros utilizadores e criar listas de amigos, e interagir com outros utilizadores (CORREIA & MOREIRA, 2014).

que compartilham ideias, vídeos e textos que falam sobre a sua realidade. Podemos afirmar que a internet por meio de suas diversas redes sociais pode contribuir para a expansão dos vínculos sociais em uma sociedade que parece que parece estar passando por uma rápida individualização e uma ruptura cívica. E como afirma Castells (1999), parece que as comunidades virtuais são mais fortes do que os observadores em geral.

4.2. ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DIDÁTICA

O presente trabalho teve como produto final a elaboração de seis Unidades Didáticas pensadas a partir de postagens feitas pela Comunidade Quilombola Paiol de Telha na rede social Facebook. Dentro de cada unidade didática os conteúdos presentes nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná foram relacionados a temas contemplados nas Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola.

O desenvolvimento das unidades didáticas levou aproximadamente quatro meses, entre a escolha das postagens, escolha dos textos, verificação dos vídeos e estruturação de cada unidade. O planejamento de ensino por Unidade Didática parte da valorização dos conhecimentos prévios dos estudantes a partir de um tema geral proposto pelo docente.

A Comunidade Quilombola Paiol de Telha tem uma página na rede social Facebook e nela são postadas notícias, comunicados, situações do cotidiano que envolva a própria comunidade, outras comunidades quilombolas do estado do Paraná e também de outras regiões do Brasil. A Comunidade Quilombola Paiol de Telha faz postagens diárias. Dependendo da demanda e do interesse do administrador do grupo, podem ser feitas muitas postagens por dia, não tendo um número exato.

Para a elaboração das Unidades Didáticas foram selecionadas cem postagens feitas na página oficial do grupo no Facebook. Desse grupo de cem postagens foram escolhidas 5 postagens e a partir delas as Unidades Didáticas foram elaboradas. A intenção foi partir de questões que envolvam o presente, tendo como ponto de partida as cinco postagens escolhidas com o objetivo de instigar os estudantes a se interessarem pelo passado da Comunidade

Quilombola Paiol de Telha e relacioná-la com a história do Paraná e do Brasil.

4.2.1 Estruturação da Unidade Didática

UNIDADE DIDÁTICA TEMA

Turma indicada
Conteúdos e temas
Justificativa
Objetivos
Encaminhamento metodológico
Indicações de sites para pesquisa
Duração das atividades
Recursos e materiais
Avaliação

4.2.2 Conteúdos e temas

Os conteúdos elencados estão presentes nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná. Os temas estão contemplados nas Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola. O objetivo é relacionar conteúdos e temas mostrando ser possível abordar a temática quilombola nas escolas regulares. Por exemplo: A Lei de Terras de 1850 pode ser associada ao tema da

territorialidade. O docente pode abordar a importância da terra para os quilombolas, no caso específico da Comunidade Quilombola Paiol de Telha é possível trabalhar a história desse quilombo e relacioná-la com a questão de terras no Brasil.

4.2.3 Justificativa

Apresento os motivos que levaram a escolha dos conteúdos e dos temas. Através da justificativa é possível explicitar de que maneira a lei 10.639/2003 pode ser efetivada em sala a partir da temática quilombola. Por exemplo: falar sobre territorialidade possibilita abordar a temática quilombola nas escolas regulares conforme o que está previsto nas Diretrizes Curriculares Educação Escolar Quilombola. Permite trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais para que estudantes negros e não negros se respeitem no espaço escolar.

4.2.4 Outros tópicos da Unidade Didática

Os outros tópicos apresentados na Unidade Didática fazem parte do cotidiano dos professores (as) e por isso não vejo a necessidade de explicar tópico por tópico. Ressalto que cada tópico da Unidade Didática apresenta sugestões, cada docente tem a autonomia e liberdade de fazer alterações ou adaptações conforme o perfil da turma.

4.2.5 Postagens

Foram selecionadas 100 postagens feitas pela Comunidade Quilombola Paiol de Telha. Das 100 postagens 6 foram escolhidas para a elaboração das Unidades Didáticas – Período de junho de 2019 à dezembro de 2019.

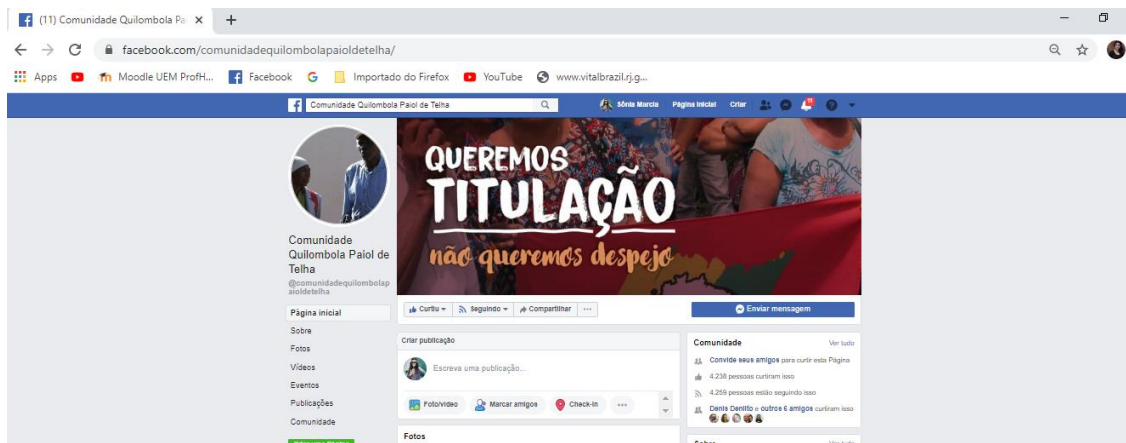
FIGURA 8 - PÁGINA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PAIOL DE TELHA NO FACEBOOK



Fonte: Facebook (2019)

5. UNIDADES DIDÁTICAS

UNIDADE DIDÁTICA 01



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

Turma indicada: 8º ano – Ensino Fundamental II

Conteúdo e temas

Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná:

Brasil Colônia – Escravidão na América Portuguesa

Brasil Colônia – Lei de Terras de 1850

Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola:

Territorialidade

Memória Coletiva

Justificativa

O ensino da temática quilombola possibilita aos estudantes negros e não negros das escolas regulares conhecer, valorizar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes até os dias atuais, desde formas individuais até as coletivas.

Objetivos

Aprender sobre a história da Comunidade Quilombola Paiol de Telha; conhecer a página da Comunidade Paiol de Telha; pesquisar sobre a história dessa comunidade; compreender o conceito de territorialidade e memória coletiva; entender os aspectos gerais da escravidão na América Portuguesa; conhecer o impacto da Lei de Terras de 1850 sobre a vida da população negra: ex-escravizados e escravizados.

Encaminhamento metodológico

- Iniciar a Unidade Didática questionando o conhecimento que os estudantes têm (ou não) sobre quilombos – permitir que a classe fale e interaja entre si e com o docente.
- Falar sobre a página que a comunidade tem no Facebook, pedir que os estudantes enviem solicitações de amizade para o administrador da página para que tenham oportunidade de visualizar as postagens feitas pela comunidade. Caso alguns alunos (as) não tenham acesso ao Facebook o professor (a) pode solicitar a realização desta atividade em dupla.
- Solicitar a realização de uma pesquisa virtual sobre a história da comunidade – pesquisar vídeos no Youtube com documentários e depoimentos dos moradores do quilombo.
- Apresentar oralmente para a turma a história da Comunidade Quilombola Paiol de Telha.
- Propor um debate entre os estudantes sobre a reivindicação dos quilombolas da Comunidade Paiol de Telha.
- Solicitar uma pesquisa virtual sobre os *conceitos de: territorialidade e memória* que pode ser anotada no caderno.
- Estimular os estudantes a relacionarem os vídeos assistidos com os depoimentos dos quilombolas, com os conceitos de territorialidade e memória.
- Depois do contato com a história mais recente do Brasil por meio da história da Comunidade Quilombola Paiol de Telha os estudantes terão

aulas expositivas onde serão abordados os conteúdos referentes ao Brasil Colônia: Escravidão na América Portuguesa e a Lei de Terras de 1850.

- Propor aos estudantes a produção de uma história em quadrinhos sobre a Comunidade Quilombola Paiol de Telha.

Indicações de sites para pesquisa

- <https://www.facebook.com/comunidadequilombolapaioldetelha/>
- <https://terradedireitos.org.br/casos-emblematicos/comunidade-quilombola-paiol-de-telha/12527>
- <https://www.youtube.com/watch?v=8HO1Z90Ye8>
- <https://www.youtube.com/watch?v=pEXSYEadvP0>
- <https://www.youtube.com/watch?v=7EyOW0iCIFI>

Duração das atividades

12 aulas

Recursos e materiais

- Equipamentos eletrônicos que possibilitem a realização das pesquisas: computadores, tablets, celulares e smartphones.
- Acesso à internet.
- Materiais diversos: folhas de sulfite, lápis de cor, cola, tesoura, canetinha, papel colorido, cartolina.

Avaliação

- Pesquisa virtual sobre a história da Comunidade Paiol de Telha.
- Pesquisa virtual e registro no caderno sobre os conceitos de territorialidade e memória.
- Produção de texto sobre os conhecimentos adquiridos durante as pesquisas e as aulas expositivas.
- Produção de cartazes sobre temas relacionados às pesquisas realizadas durante esse período. Sugestão: cartazes sobre a Comunidade Quilombola Paiol de Telha e sua história; cartazes sobre os conceitos pesquisados: territorialidade e memória. Colocar os cartazes em exposição para que toda comunidade escolar possa apreciá-los.
- Produção de uma história em quadrinhos contando a história da Comunidade Paiol de Telha – esta atividade pode ser feita em dupla e também pode ser colocada em exposição.

UNIDADE DIDÁTICA 02

Comunidade Quilombola Paiol de Telha
26 de julho às 16:01 · 🌐

Acontece que, historicamente, mulheres negras que ajudaram a contar a história do País, tendo papel importante na sociedade, são pouco lembradas. Tereza de Benguela é uma delas. Ela liderou de 1750 a 1770 o Quilombo do Quariterê, em Mato Grosso, após a morte de seu parceiro José Piolho e se tornou Rainha Tereza - uma heroína negra que comandou a resistência negra no período de escravidão. Univera traz uma lista de brasileiras que nos inspiram e, por vezes, foram apagadas ou esquecidas na História.



UOL.COM.BR
8 brasileiras negras para nos inspirar e que pouca gente sabe a história

👍❤️ 28 14 compartilhamentos

MULHERES NEGRAS

Turma indicada: 9º ano – Ensino Fundamental II

Conteúdos e temas

Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná:

Brasil Colônia – Teresa de Benguela

Brasil República – Enedina Alves Marques

Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola:

Memória Coletiva

Repertórios orais.

Justificativa

As Diretrizes da Educação das Relações Étnico-Raciais preconizam uma política que visa corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro. Por isso a importância de abordar a história de mulheres negras que contribuíram com a formação do estado do Paraná e do Brasil e que foram invisibilizadas pela historiografia tradicional.

Objetivos

Conhecer a história de mulheres negras como Teresa de Benguela e Enedina Alves Marques; pesquisar sobre outras mulheres negras que contribuíram em várias áreas do conhecimento com o desenvolvimento do nosso país; compreender o contexto histórico em que essas mulheres viveram; promover o debate sobre a importância das mulheres negras e não negras na história do nosso país; trabalhar os conceitos de memória coletiva e repertórios orais.

Encaminhamento metodológico

- Iniciar a Unidade Didática solicitando aos estudantes a leitura do breve texto acima da postagem; pedir aos estudantes que acessem o site da UOL e realizem a leitura do texto indicado na postagem: *“8 brasileiras negras para nos inspirar e que pouca gente sabe a história”*.
- Explicar para a turma o contexto histórico em que viveu Teresa de Benguela – Brasil Colônia; explicar o contexto histórico em que viveu Enedina Alves Marques – Brasil República.
- Organizar a turma em grupos e cada um deverá pesquisar sobre uma mulher negra que contribuiu com a história do nosso estado ou país (pode ser mulheres da atualidade também). Cada grupo deverá elaborar um Lapbook a partir das pesquisas realizadas.
- Sugestão de mulheres negras que podem ser pesquisadas: Dandara dos Palmares – Laudelina de Campos Mello – Tia Ciata – Conceição Evaristo – Carolina Maria de Jesus – Ruth de Souza – Lélia Gonzalez – Teresa de Benguela – Enedina Alves Marques – Luiza Mahin – Maria Beatriz Nascimento - Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva – Nilma Lino Gomes – Djamila Ribeiro.
- No dia da entrega cada grupo deverá apresentar o Lapbook e contar para a classe a história da mulher negra pesquisada. Colocar o trabalho dos estudantes em exposição para apreciação da comunidade escolar.
- Apresentar para a turma vídeos disponíveis no Youtube com depoimentos de algumas mulheres da Comunidade Quilombola Paiol de Telha: Vídeo 1: Depoimento de Maria Clara Gonçalves de Oliveira; vídeo 2: Ana Maria Santos da Cruz; vídeo 3: Isabela.
- Explicar para a turma a importância da oralidade para os quilombolas e relacionar com os temas: memória coletiva e repertórios orais.
- Falar sobre a importância dos conhecimentos transmitidos oralmente.
- Solicitar que cada estudante elabore uma produção de texto sobre os conhecimentos adquiridos a partir do trabalho desenvolvido.
- Fazer o círculo da leitura para que os estudantes possam ler as suas produções.

Indicações de sites para pesquisa

- <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/07/25/8-brasileiras-negras-para-nos-inspirar-e-que-pouca-gente-sabe-a-historia.htm>
- <https://www.geledes.org.br/tereza-de-benguela-uma-heroina-negra>
- <http://www.palmares.gov.br/?p=44290>
- <https://www.youtube.com/watch?v=zjj7Xa2Ue5I>
- <https://www.youtube.com/watch?v=hTTHP6dRmTI>
- <https://www.youtube.com/watch?v=Sca5MORGQ5w>
- https://www.youtube.com/watch?v=MqkUV_fjCek

Duração das atividades

12 aulas

Recursos e materiais

- Equipamentos eletrônicos que possibilitem a realização das pesquisas: computadores, celulares, tablets e smartphones.
- Acesso à internet.
- Materiais diversos: folhas de sulfite, lápis de cor, cola, tesoura, canetinha, papel cartaz, cartolina.

Avaliação

- Pesquisa virtual sobre as mulheres negras que contribuíram e que contribuem com a história e formação do nosso país.
- Pesquisa virtual sobre como produzir um Lapbook.
- Produção do **Lapbook** e apresentação para a turma.
- Produção de texto sobre a temática abordada: Mulheres Negras.

LAPBOOK

- Um lapbook é usado para criar uma coleção de mini livros (mini books) e atividades que podem ser postas dentro de uma pasta de papéis. Cada mini book contém um projeto, um ponto fundamental ou conceito relativo ao estudo de determinada unidade, assunto ou fato. Os mini books incluídos em um lapbook podem ser de qualquer tamanho ou forma, e podem ser feitos de papel de cópia, papel criativo, ou tecido plano.

UNIDADE DIDÁTICA 03

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha**
13 de setembro de 2019 · 🌐

Povo que não pára de lutar!!!



TERRADEDIREITOS.ORG.BR

Violação dos direitos de comunidades quilombolas pelo Estado brasileiro é tema de debate em Porto Alegre

GRILAGEM DE TERRAS NO BRASIL

Turma indicada: 9º ano – Ensino Fundamental II

Conteúdos e temas

Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná:

Brasil Império – Quilombos – Escravidão

Brasil República – Grilagem de terras.

Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola:

Territorialidade

Memória Coletiva

Formas de produção do trabalho

Justificativa

O estudo dos quilombos no Brasil permite aprender sobre a história do Brasil. Permite discutir os processos de resistência da população negra, visibilizar grupos e estudar a memória coletiva. Por meio da temática quilombola

podemos trabalhar assuntos como a situação do negro na atualidade e a questão da terra, por exemplo, contemplando assim a lei 10.639/03 em sala de aula.

Objetivos

Aprender sobre a história da Comunidade Paiol de Telha; compreender as principais características da escravidão no Brasil; relacionar a história da escravidão com a história da Comunidade Paiol de Telha; entender o conceito de grilagem e relacionar com os problemas enfrentados pelos quilombolas; compreender a origem do termo grilagem; conhecer a luta dos quilombolas pelas terras tomadas; identificar no mapa do Paraná a localização da Comunidade Paiol de Telha.

Encaminhamento metodológico

- Iniciar a Unidade Temática questionando os alunos (as) o quê sabem (ou não) sobre grilagem; solicitar uma pesquisa sobre o termo grilagem, os resultados deverão ser anotados no caderno.
- Entregar para os estudantes o texto: “Organizações sociais denunciam à CIDH violações de direitos humanos das comunidades quilombolas pelo Estado brasileiro”. Cada aluno (a) deverá ler o texto individualmente e com atenção.
- Em duplas os estudantes podem debater o texto lido, trocar ideias.
- Apresentar para a turma a história da Comunidade Quilombola Paiol de Telha.
- Solicitar a realização de uma pesquisa virtual sobre a história da comunidade – pesquisar vídeos no Youtube com documentários e depoimentos dos moradores do Quilombo Paiol de Telha.
- Propor um debate entre os estudantes sobre a reivindicação dos quilombolas da comunidade Paiol de Telha e solicitar uma pesquisa virtual que pode ser anotada no caderno sobre os conceitos de: territorialidade e formas de produção do trabalho.
- Depois do contato com a história mais recente do Brasil por meio da história da Comunidade Quilombola Paiol de Telha os estudantes terão aulas expositivas onde serão abordados os conteúdos referentes ao Brasil Colônia Império: quilombos – escravidão; Brasil República: grilagem de terras.
- Solicitar que cada estudante produza um texto sobre os temas abordados e os conteúdos explicados.
- O texto produzido deverá ser entregue em folha de papel envelhecido.
- Os estudantes podem pesquisa no Youtube técnicas para envelhecer o papel.

Indicações de sites para pesquisa

- <https://www.facebook.com/comunidadequilombolapaioldetelha/>
- <https://terradedireitos.org.br/casos-emblematicos/comunidade-quilombola-paiol-de-telha/12527>
- <https://www.youtube.com/watch?v=8H01Z90Ye8>
- <https://www.youtube.com/watch?v=pEXSYEadvP0>
- <https://www.youtube.com/watch?v=7EyOW0iCIFI>

Duração das atividades

12 aulas

Recursos e materiais

- Equipamentos eletrônicos que possibilitem a realização das pesquisas: computadores, celulares, tablets e smartphones.
- Acesso à internet.
- Materiais diversos: folhas de sulfite ou folhas de papel almaço.

Avaliação

- Pesquisa virtual sobre a história da Comunidade Paiol de Telha.
- Pesquisa virtual e registro no caderno sobre os conceitos de grilagem.
- Produção de texto sobre os conhecimentos adquiridos durante as pesquisas e as aulas expositivas.
- O texto produzido deverá ser entregue em folha de papel envelhecido.

PAPEL ENVELHECIDO

- O papel envelhecido pode ser feito a partir de vídeos explicativos disponíveis no Youtube. É uma forma diferente de pedir uma produção de texto que poderá ser colocado em exposição para a apreciação da comunidade escolar.

UNIDADE DIDÁTICA 04



TITULAÇÃO DE TERRAS

Turma indicada: 8º ano – Ensino Fundamental II

Conteúdos e temas

Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná:

Brasil Império – Abolição da escravatura

Brasil República – População negra pós-proclamação.

Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola:

Territorialidade

Memória coletiva

Justificativa

A lei 10.639/03 apresenta como alguns de seus objetivos: divulgar e produzir conhecimentos, atitudes, posturas e valores que contribuam com a formação de pessoas que respeitem efetivamente a população negra na sociedade e que reconheçam a pluralidade étnico-racial do nosso país. Bem como os aspectos históricos, econômicos e sociais que envolvem a questão de terras

no Brasil.

Objetivos

Aprender sobre a história da Comunidade Quilombola Paiol de Telha; compreender o conceito de territorialidade e formas de produção do trabalho entre os escravizados; entender o que foi a lei Áurea; compreender como a população negra foi tratada pelo Estado no pós-abolição e pós-proclamação da república; aprender sobre o processo de invisibilização da população negra; entender como as teorias raciais europeias contribuíram com a marginalização dos ex-cativos.

Encaminhamento metodológico

- Iniciar a Unidade Didática questionando os conhecimentos que os estudantes têm (ou não) sobre propriedade privada - terrenos. Possibilitar o diálogo entre os alunos (as) e permitir que falem o que pensam sobre o tema.
- Solicitar uma pesquisa virtual sobre a história da Comunidade Paiol de Telha e sobre o termo “*titulação de terras*”. Cada estudante deverá anotar no caderno o resultado das pesquisas realizadas.
- Explicar para a turma o que foi a Abolição da Escravatura e como a população negra foi tratada no pós-abolição e no início da república. Falar sobre a política empregada pelo Estado brasileiro na promoção da vinda de imigrantes europeus para o Brasil e o processo de exclusão e marginalização da população negra.
- Solicitar uma pesquisa sobre as etapas que envolvem o processo de titulação de terras para as comunidades quilombolas no Brasil; pesquisar também sobre a Fundação Cultural Palmares e o Incra.
- Após a pesquisa cada estudante deverá produzir um folder explicativo sobre as etapas do processo de titulação.
- Organizar a turma em grupos e solicitar a produção de um cartaz explicando as etapas básicas do processo que envolve a titulação de uma comunidade quilombola; organizar uma exposição com os cartazes produzidos e os folders que os estudantes elaboraram.
- Solicitar uma produção de texto sobre os conhecimentos aprendidos.

Indicações de sites para pesquisa

- <https://www.facebook.com/comunidadequilombolapaioldetelha/>
- <https://terradedireitos.org.br/casos-emblematicos/comunidade-quilombola-paiol-de-telha/12527>
- <https://www.youtube.com/watch?v=8HO1Z90Ye8>
- <https://www.youtube.com/watch?v=pEXSYEadvP0>
- <https://www.youtube.com/watch?v=7EyOW0iCIFI>

Duração das atividades

12 aulas

Recursos e materiais

- Equipamentos eletrônicos que possibilitem a realização das pesquisas.
- Acesso à internet: computadores, celulares, tabletes e smartphones.
- Materiais diversos: folhas de sulfite, lápis de cor, cola, tesoura, canetinha, papel colorido, cartolina.

Avaliação

- Pesquisa virtual sobre a história da Comunidade Paiol de Telha.
- Pesquisa sobre o processo de titulação e os órgãos envolvidos.
- Produção de folder com a história da Comunidade Paiol de Telha.
- Produção de cartazes sobre as etapas do processo de titulação.
- Produção de texto no caderno.

FOLDER

- O folder é um documento que tem por objetivo central apresentar informações. O folder é composto por capa, a mensagem interna e a última página, que costuma conter elementos como contatos ou elementos de referências. Pode ser utilizado como recurso didático avaliativo.

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** 26 de novembro de 2019 · 🌐



AVENTURASNAHISTORIA.UOL.COM.BR

Griots: Os contadores de histórias da África Antiga

Até hoje, os Griots seguem seu papel de guardiões da tradição

UNIDADE DIDÁTICA 05

ORALIDADE

Turma indicada: 9º ano – Ensino Fundamental II

Conteúdos e temas

Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná:

Brasil República – Frente Negra Brasileira - Educação

Brasil República – Teatro Experimental do Negro - Educação

Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola:

Práticas culturais

Repertórios orais.

Justificativa

Nos princípios que regem a Educação Escolar Quilombola está previsto que os estudantes têm o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas para que reconheçam e valorizem a história e a cultura afro-brasileira. É fundamental ensinar e aprender para além do livro didático a partir das narrativas desses sujeitos que recuperam tradições que dialogam com o passado e o presente.

Objetivos

Aprender sobre o contexto histórico, social e econômico brasileiro no início do século XX; conhecer a história da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro; pesquisar sobre a importância da educação da população negra para esses grupos; compreender o conceito de griots; promover o debate sobre a importância da oralidade; trabalhar os conceitos de práticas culturais e repertórios orais.

Encaminhamento metodológico

- Iniciar a Unidade Didática questionando os estudantes sobre histórias que são contadas na família: pode ser “causos”, superstições, cantos, rezas, brincadeiras etc. Enfim, algo que tenha sido transmitido oralmente. Esse momento pode ser feito como uma roda de conversa, por exemplo.
- Solicitar aos estudantes que acessem o site da revista Aventuras na História e realizem a leitura do texto indicado na postagem: “*Griots: os contadores de história da África antiga*”.
- Explicar para a turma o contexto histórico, político e social brasileiro nas décadas de 1930 e 1940 quando são criados a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. Sempre destacando a importância da educação para esses grupos que defendiam a inclusão da população negra na educação formal.
- Relacionar a importância dos griots para os descendentes dos africanos escravizados mesmo aqui no Brasil. Falar sobre a importância das práticas culturais e da oralidade para a população negra. Explicar para a turma que grupos que transmitem oralmente seus conhecimentos também tem história.
- Organizar a turma em grupos e cada um deverá pesquisar sobre um conto africano.
- Sugestão de contos: a gazela e o caracol – a hiena e o gala-gala – a lenda do tamborinho – a lua feiticeira e a filha que não sabia pillar – a menina que virou coruja – a mulher que não falava – a onça e a raposa – a origem do tambor – a tromba do elefante – Annase e o baú de histórias - as duas irmãs – as quatro bolas – carne de língua. Os contos estão disponíveis na internet.
- No dia marcado cada grupo deverá apresentar o conto escolhido. A apresentação pode ser feita com cartaz, em power point, em forma de encenação ou por meio de vídeo caseiro produzido pelo grupo.
- Explicar para a turma a importância da oralidade para os quilombolas e relacionar com os temas: práticas culturais e repertórios orais.
- Na data marcada para a apresentação dos grupos o professor (a) pode organizar com a turma uma confraternização ao final das

apresentações. Cada estudante poderá trazer uma comida ou suco para esse momento. Essa atividade pode ser chamada de *Café com História*.

- Falar sobre a importância dos conhecimentos transmitidos oralmente.
- Solicitar que cada estudante elabore uma produção de texto sobre os conhecimentos adquiridos ao longo da Unidade Didática.

Indicações de sites para pesquisa

- <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-griots-contadores-de-historias-da-africa-antiga.phtml>
- <https://www.criandocomapego.com/contos-africanos-para-criancas-e-adultos/>
-

Duração das atividades

12 aulas

Recursos e materiais

- Equipamentos eletrônicos que possibilitem a realização das pesquisas: computadores, celulares, tablets e smartphones.
- Acesso à internet.
- Materiais diversos: folhas de sulfite, lápis de cor, cola, tesoura, canetinha, papel cartaz, cartolina.

Avaliação

- Pesquisa e apresentação dos contos africanos.
- Produção de texto sobre a temática abordada: oralidade.

Café com História

- A ideia dessa atividade é proporcionar aos estudantes um momento agradável. A avaliação consiste na pesquisa e na apresentação. Mas, no dia marcado os alunos (as) podem contribuir com alimentos que compõem um café da manhã: pão, bolo, bolacha, margarina, doce, leite, CAFÉ, achocolato, suco e frutas. Arrumar uma mesa bem bonita e ter um momento bem agradável, apesar de ser uma avaliação.

UNIDADE 06



Comunidade Quilombola Paiol de Telha



16 de julho às 14:17 · 🌐

“Quem planta um prato colhe um saco”. Um ditado popular que circula entre comunidades revela muito de uma prática bastante comum entre quilombolas: a da preservação de sementes crioulas. O costume de selecionar as melhores sementes e as guardar para os próximos anos é repassado entre as diferentes gerações nos quilombos há anos. Agora, essa prática será ampliada em um movimento de troca que envolve comunidades de todo o estado, na Festa de Sementes e Mudas Quilombolas do Paraná.

Organizada pela Federação Estadual das Comunidades Quilombolas (Fecoqui) em parceria com a Rede de Sementes da Agroecologia (Resa), a atividade acontece no próximo dia 21 de julho na cidade de Castro.



BRASILDEFATO.COM.BR

Tradição quilombola, preservação e troca de sementes é resgatada em festa em Castro | Brasil de Fato

O TRABALHO COM A TERRA

Turma indicada: 9º ano – Ensino Fundamental II

Conteúdos e temas

Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná:

Brasil Império – Abolição da escravatura

Brasil República –

Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola:

Trabalho

Conhecimento e produção

Memória coletiva

Justificativa

Nos princípios que regem a Educação Escolar Quilombola está previsto que os estudantes têm o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas para que reconheçam e valorizem a história e a cultura afro-brasileira. É fundamental ensinar e aprender para além do livro didático a partir das narrativas desses sujeitos que recuperam tradições que dialogam com o passado e o presente.

Objetivos

Aprender sobre o contexto histórico, social e econômico brasileiro no século XIX; conhecer a história do trabalho desenvolvido pela população negra no período final da escravidão; pesquisar e compreender a importância do trabalho de negros e negras no Brasil Império; conhecer o trabalho desenvolvido pelos quilombolas da Comunidade Paiol de Telha; promover o debate sobre a importância do conhecimento e da tradição oral; reconhecer que os quilombolas trabalham e produzem para sua subsistência.

Encaminhamento metodológico

- Iniciar a Unidade Didática questionando os estudantes sobre o trabalho: perguntar para a turma a profissão dos pais; como os adultos (ou não) fazem para “ganhar” a vida. É muito importante ouvir a classe.
- Solicitar aos estudantes que acessem o site do Brasil de Fato e leiam o texto: “Tradição quilombola, preservação e troca de sementes é resgatada em festa em Castro”.
- Explicar para a turma o contexto histórico, político e social brasileiro no Brasil Império e relacionar com o trabalho desenvolvido pela população negra em diversas áreas diferentes: agricultura, mineração, construção civil, atividades relacionadas ao comércio etc.
- Explicar o trabalho que homens, mulheres, idosos e crianças mesmo na condição de escravizados realizavam no Brasil Império. Falar sobre como ficou a situação da população negra após a abolição da

escravatura.

- Solicitar que os estudantes assistam aos vídeos sugeridos com depoimentos de quilombolas da Comunidade Paiol de Telha e que relatam sobre a sua subsistência.
- Solicitar que cada aluno (a) produza um texto sobre os vídeos que foram assistidos. Essa parte da atividade pode ser realizada em parceria com o (a) professor (a) de língua portuguesa para orientar os estudantes na estruturação e gramática do texto.
- Organizar a turma em grupos pequenos (três estudantes). Cada grupo deverá pesquisar sobre o trabalho desenvolvido por diferentes quilombos no Paraná e no Brasil. O docente auxiliará os grupos distribuindo os quilombos que deverão ser pesquisados e sua produção em relação ao trabalho.
- Quilombos:

Indicações de sites para pesquisa

- <https://www.youtube.com/watch?v=BlPMwh2oQ>
- <https://www.youtube.com/watch?v=7EyOW0iCIFI&t=89s>
- <https://www.youtube.com/watch?v=ffjGXP3P11Q&t=87s>
- <https://www.youtube.com/watch?v=Roronmqh7Bc>

Duração das atividades

12 aulas

Recursos e materiais

- Equipamentos eletrônicos que possibilitem a realização das pesquisas: computadores, celulares, tablets e smartphones.
- Acesso à internet.
- Materiais diversos: folhas de sulfite, lápis de cor, cola, tesoura, canetinha, papel cartaz, cartolina.

Avaliação

- Produção de cartazes: Quilombos no Paraná e Quilombos no Brasil.
- Produção de texto sobre a temática abordada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei a reflexão sobre qual tema escolher para discorrer a minha pesquisa de dissertação eu tinha certeza que queria pesquisar sobre a História do Brasil. Com leituras e reflexões decidi desenvolver essa pesquisa contemplando a temática quilombola e agora no término desse percurso percebo que fiz a escolha correta. Essa temática vai muito além de pesquisas, ela contempla justiça social para a Comunidade Quilombola Paiol de Telha, por meio desse trabalho, docentes de outros lugares e regiões do Paraná terão a oportunidade de conhecer a luta histórica dessa comunidade pela terra que pertence aos quilombolas.

As Unidades Didáticas foram pensadas e desenvolvidas para que os docentes pensem em outras maneiras de contemplar a temática quilombola nas escolas regulares propiciando a estudantes negros e não negros a oportunidade de conhecer a história dos quilombos no Paraná e no Brasil. Além da prática pedagógica pensada as pesquisas realizadas possibilitaram ampliar o leque de conhecimentos sobre a história da população negra no Brasil.

Trabalhar a temática quilombola nas escolas regulares é possível. Acredito não ser válido contemplar outros temas que vão além dos currículos escolares se as práticas pedagógicas forem as mesmas de sempre. Por isso, pensei em utilizar como recurso didático as tecnologias e as redes sociais, nesse caso específico a rede social Facebook.

As TICs e as redes sociais possibilitam abordar a temática quilombola de uma forma mais significativa para os estudantes. Ao trabalhar quilombos em sala de aula fazendo uso das redes sociais e das tecnologias disponíveis o professor (a) tem a possibilidade de dar uma visibilidade a grupos que historicamente foram ignorados. Em decorrência da distância geográfica entre as escolas regulares e os quilombos, principalmente os rurais, fica difícil para estudantes e até mesmo professores (as) visualizarem como são essas comunidades tradicionais, como vivem e quais são suas lutas.

Por meio das TICs e das redes sociais novas possibilidades são postas, tanto para a aprendizagem quanto para o contato com quilombolas do Paraná e de outras regiões do Brasil. Contudo que essas comunidades estejam conectadas as redes sociais e muitas estão, como a Comunidade Quilombola Paiol de Telha. Por isso, é importante pensar em práticas pedagógicas que possibilitem o reconhecimento dos sujeitos que formam essas comunidades tradicionais e que protagonizam o território quilombola.

O ensino da temática quilombola possibilita aos estudantes negros e não negros das escolas regulares conhecer, valorizar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes até os dias atuais, desde formas individuais até as coletivas.

Ao abordar a temática quilombola o docente terá a oportunidade de exercer uma prática pedagógica mais reflexiva e que inclua a temática quilombola e a Educação das Relações Étnico-Raciais efetivando na prática o trabalho com a lei 10.639/2003. Tendo também a possibilidade de adotar novas posturas em relação aos sujeitos que participaram e compuseram a história oficial do Brasil.

O desafio que se coloca na atualidade é ensinar e aprender para além do livro didático a partir das narrativas desses sujeitos que recuperam tradições que dialogam com o passado e o presente. Trazendo no seu saber elementos como o trabalho, a terra, o tempo, o espaço, a ocupação territorial, a exploração capital e tantos outros elementos que são importantes nas comunidades quilombolas.

Por fim desejo manifestar o meu profundo respeito pela luta dos quilombolas da Comunidade Paiol de Telha. Que, mesmo enfrentando tantas privações, dificuldades e tantas injustiças, não desistem da terra. E não somente essa comunidade, pelo Paraná e por todo Brasil centenas de homens e mulheres lutam para que o direito de usufruir da terra que é deles não seja desrespeitado. Terra é vida, é memória, é ancestralidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Doriedson Alves. **Tic e educação no brasil**: breve histórico e possibilidades atuais de apropriação de Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.- Cient. Progr. Pós-Grad. Educação Vitória v. 15 n. 2 Ago./Dez. 2009

BACICH, Lilian; MORAN, José (org). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BAZZO, Walter Antônio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale; VON LINSINGEN, Irlan. **Educação Tecnológica**: enfoques para o ensino de engenharia. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**. 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.

BRASIL. **Diário oficial da União**. Edição Número 227 de 21/11/2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira” e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008, altera a Lei nº 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira e Indígena”. E dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em 20 de jun. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 20 de jun. de 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Coleção Terras de Quilombos**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/amaros.pdf>. Acesso em 25/08/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação **Parecer CNE/CP 003/004**. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocumentos/cnecp_003.pdf. Acesso em 10 de jun. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECADI, 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, Glaucia. da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e novas tecnologias: um repensar**. Curitiba: IBPEX, 2008.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1966.

CARRIL, Loudes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, V. 22, n. 69, p. 540-564, Abr/Jun. 2017.

CARVALHO, Lílian Amorin. Os 15 anos da Lei 10.639/2003: temas, conceitos e dilemas. In: FELIPE, Delton Aparecido. **Educação Para as Relações Étnico-Raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira**. Maringá: Mondrian Ed, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL. **Por que a titulação da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha é tão emblemática?** 2019. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2019/05/13/por-que-a-titulacao-do-quilombo-invernada-paiol-de-telha-e-tao-emblematica/>>. Acesso 25 de maio de 2019.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO SÃO PAULO. **Terras quilombolas – tituladas e em processo no Incra.2016**. Disponível em: <<http://cpisp.org.br/publicacao/mapa-terras-quilombolas-tituladas-e-em-processo-no-incra-2016/>>. Acesso 7 de nov. de 2019.

CORREIA, P.; MOREIRA, M. Novas Formas de Comunicação: História do Facebook - Uma História Necessariamente Breve. **ALCEU: Revista de Comunicação, Cultura e Política**, Vol. 14, No. 28, pp. 168-187, 2014. Disponível em: < <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/pp%20183-192.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2020.

CRUZ, M. W; SANTOS, A. C. J. Diásporas e Comunidades Quilombolas: perspectivas metodológicas para o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira. **Revista História Hoje**. São Paulo. v.1, p.193 - 215, 2012.

DANTAS, Carolina Viana; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. 1º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. A educação da população negra brasileira na formação da identidade nacional. Revista **HISTEDBR** On-line, Campinas, nº 64, p.111-133, set2015 – ISSN: 1676-2584

FELIPE, Delton Ap. (org). **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira**. Maringá: Mondrian, 2019.

FELIPE, Delton Aparecido. A Educação da População Negra na formação do Estado Moderno Brasileiro. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros (ABPN)**, [S.l.], V.7, n.17, p.322-342, out. 2105. Disponível em <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/84>> Acesso em 19/07/2019.

FELIPE, Delton Aparecido. **O cinema no Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e africana na educação básica**. 1º ed. – Curitiba, PR:CRV, 2015.

FELIPE, Delton Aparecido. A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança. **Revista de História da UEG** (ISSN 2316-4379), v. 7, n. 1, p. 156-171, 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa**. Disponível em: www.dicionariodoaurelio.com. Acesso em 25/07/2018.

FREITAS, Décio. **Palmares: A guerra dos escravos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Informações quilombolas**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=52126>. Acesso em 22 jul 2019.

INSTITUTO DA MULHER NEGRA – GELEDÉS. Teatro Experimental do Negro. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/tag/ten/>>. Acesso em 15 de out. de 2019.

GOMES, Gustavo; SCHWARCZ, Lilia M.. **50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social**. 1º ed. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e políticos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. IN: FERNANDES, Alexsandra Borges; FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves (org.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Mazza, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Pensar a educação, pensar o racismo no Brasil. IN: FERNANDES, Alexsandra Borges; FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves (org.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Mazza, 2011.

GONÇALVES, Maria Ilse Rodrigues. **Educação na Cibercultura**. Curitiba, PR: CRV, 2011.

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares Estaduais**. Curitiba: Imprensa oficial, 2016.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. **Relatório do grupo de trabalho Clóvis Moura**. Curitiba:GTCM, 2010. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2019.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. **Relatório do grupo de trabalho Clóvis Moura**. Curitiba:GTCM, 2010. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>>. Acesso em out. de 2019

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **O que é grilagem?** 2019. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/oqueegrilagem>>. Acesso em 23 de out. de 2109.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **O que o governo Dilma fez (e não fez) pelos territórios quilombolas?** [site], 2016. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pelos-territorios-quilombolas>>. Acesso em 20 de out. de 2019.

JUSTIFICANDO. **Nem um centímetro para quilombola ou reserva indígena**. [site], 2017. Disponível em:< <http://www.justificando.com/2017/04/04/nem-um-centimetro-para-quilombola-ou-reserva-indigena-diz-bolsonaro/>>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

- LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** In *etnográfica*, Vol.IV (2), 2000, pp. 333-334.
- LOBÃO, Alexandre. **Quilombos e Quilombolas: passado e presente de lutas.** Belo Horizontes: Mazza edições, 2014.
- LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.
- MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade Quilombola e Território. **Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Liberdade.** Belém, 2009. Disponível em <www.wftl.org/pdf/046.pdf>. Acesso em 10 dez 2019.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 107-123, Mar. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 22 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007>.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: Linguagens, ambientes e redes.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org). **Metodologias ativas para uma educação inovadora.** Porto Alegre: Penso, 2018.
- MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: um conceito subjacente. **Actas: Encuentro internacional sobre el apredizaje significativo.** Burgos, Espanha, 1997. p.17-44.
- MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala.** 4 ed. Rio Grande do Sul: Mercado Aberto, 1988.
- MOURA, Clóvis. **Resistência ao escravismo.** São Paulo: Ática, 1987.
- MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.
- MUNANGA, K. (1996). Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, (28), 56-63. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63>
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural africana. **Afrodíaspóra.** Ano 3, nº 6 e 7. Abril/Dezembro de 1985. Disponível em: <https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/afrodi_spora_-_volume_6_e_7>. Acesso em: 10 dez 2019.
- NUNES, Georgina Helena Lima. *Educação Quilombola.* In: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Desigualdade racial e mobilidade no Brasil: um balanço das teorias**, p. 66.

PARANÁ. **Projeto conectados**. Disponível em <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/conectados/projeto.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2019.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [on line]. Maringá: Eduem, 2012. **Comunidades quilombolas no Paraná**. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>

RAMOS, Arthur. **A aculturação do negro no Brasil**. São Paulo: Companhia, 1942.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, Imprensa Oficial, 2007.

REIS & GOMES. **Liberdade por um fio – História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

RUSCHEL, H; ZANOTTO, M; MOTA, W. **Computação em Nuvem**. Especialização em Redes e Segurança de Sistemas – 2008/2. Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), 2008.

SACCOL, Amarolinda Zanela; REINHARD, Nicolau. Tecnologias de informação móveis, sem fio e ubíquas: definições, estado-da-arte e oportunidades de pesquisa. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 11, n. 4, p. 175-198, Dec. 2007. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-6552007000400009&script=sci_arttext>. Acesso em jan 2020.

SANTOS, Angela M^a de Camargo dos ; HOEPERS, Idorlene da Silva. **As políticas de incentivo ao uso das tecnologias no âmbito da educação básica brasileira**: o acesso às tecnologias da informação, programas governamentais, comunicação e transmissão de conhecimento. V FICE – Feira de Iniciação Científica e de Extensão do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Camboriú 11 e 12 de setembro de 2014

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M.. **Brasil: uma biografia**. 1^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Cristiane Mare da; PESSOA, Mônica do Nascimento; CARDOSO, Paulino Francisco de Jesus. História e resistência do movimento negro brasileiro: experiências de luta por emancipação. IN: KOMINEK, Andrea Maika Voss; VANALI, Ana Christina (org). **Roteiros temáticos da diáspora**: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

SILVA, Delma Josefa da. A emergência da educação escolar quilombola no contexto das relações étnico-raciais no Brasil. **Tópicos Educacionais**, vol. 20, n. 1. Recife, 2014.

SILVA, Denise Almeida. **Literatura negra brasileira: Quilombismo, teoria e práxis.** XIV Congresso Internacional fluxos e correntes: trânsitos e traduções literárias. Belém: Universidade Federal do Pará, 2015.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. IN: FERNANDES, Alexandra Borges; FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina Mostaro Neves (org.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil.** Belo Horizonte, MG: Mazza, 2011.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro. **Quilombos – Identidade e História.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

VIEIRA, Patrícia. **Alfabetização e suas práticas pedagógicas inovadoras: blog e internet.** Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/52167/R%20-%20E%20-%20PATRICIA%20VIEIRA.pdf>>. Acesso em 10 jan 2020.

ANEXO 1- POSTAGENS DA COMUNIDADE PAIOL DE TELHA NO FACEBOOK – FORAM ESCOLHIDAS POSTAGENS NO PERÍODO DE JULHO DE 2019 Á DEZEMBRO DE 2019.

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** ...
12 de julho às 20:16 · 🌐

O quilombo Graúna será a sede do IV Encontro Estadual da Juventude Negra, que acontece nos dias 27 e 28 de julho, reunindo 80 jovens. As inscrições são gratuitas e já estão abertas por meio de formulário online e há distribuição de vagas para jovens negros da periferia, LGBTQI+, jovens de religião de matriz africana, indígenas, quilombolas e outros. Um ônibus sairá de Vitória na noite do dia 26 rumo ao local do encontro.

Unindo debate, formação e organização política, a programação terá diversas atividades como palestras, rodas de conversa e oficinas com temas como violência e segurança pública, ancestralidade e renovação de quadros, identidade, beleza negra, escrita criativa, teatro do oprimido, artesanato e noite cultural.



SECULODIARIO.COM.BR

Abertas inscrições para Encontro Estadual da Juventude Negra

Em sua quarta edição, evento terá dois dias de atividades no quilombo Graúna, em Itapemirim

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** ...
12 de julho às 00:49 · 🌐

Estão abertas as inscrições para o Projeto Itans – Formação de Multiplicadores e Criação em Dança Negra Contemporânea. Promovido pelo Instituto Casa da Vila e apoiado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) com recursos provenientes de emenda parlamentar. O curso com duração de 200 horas/aulas será dirigido pelo professor Júlio Cesar, dançarino e coreógrafo, referência em dança de matriz africana no Distrito Federal.

De acordo com Júlio Cesar, os fomentos com respaldo federal, ... [Ver mais](#)



TODASARTE.COM

Projeto Itans abre inscrições para multiplicadores de Dança Negra Contemporânea - Brasília - TodasArte



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

12 de julho às 20:18 · 🌐

A mulher negra e as relações de trabalho dão o tom da primeira edição da Semana Tereza de Benguela na região, entre 22 e 26 deste mês.

Organizada por entidades da Baixada, o evento, além de lembrar a vida da líder quilombola, também celebra o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha.

“As mulheres negras trabalham durante a vida inteira e essas atividades não são reconhecidas como emprego que o homem branco estabelece”, afirma a representante do Grupo de Pesquisa Trabalho Capital da USP, Helena Pontes. “O lugar colocado para a mulher negra é na cozinha, na limpeza e como dona de casa e nós queremos mais do que isso”, acrescenta a representante do Coletivo Feminista Classista Maria Vai com As Outras, Dida Dias.



ATRIBUNA.COM.BR

A mulher negra e o trabalho são tema de ciclo de debates

Atividades serão realizadas em Santos e Cubatão, entre os dias 22 e 26...



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

15 de julho às 09:21 · 🌐

Araucárias, a árvore símbolo da região sul do Brasil.

O CRESCIMENTO

O PINHEIRO

A árvore começa a se desenvolver e crescer cerca de 1 metro por ano até os 20 anos e 2 metros por ano no pico de crescimento.

COPAS

As copas mudam de forma com o passar dos anos, de cone a taça.

UM MARCO

Após 20 anos a copa começa a se arredondar e o ritmo de crescimento aumenta para 2 metros/ano

IDADE

A araucária pode chegar a mais de 200 anos de idade

FORMA

Nesta idade a árvore está na sua forma mais característica, chamada "candelabro"

IDADE	2 anos até 10 anos	10 a 20	20 a 30	40 a 50
ALTURA	1 a 2 m	6 a 8 m	8 a 12 m	13 a 17 m
DIÂMETRO	2 a 3 cm	15 cm	30 cm	40 a 60 cm

O universo chamado Terra

4 de julho às 10:00 · 🌐

👍 Curtir Página

Crescimento de uma Araucária 🌲

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** 16 de julho às 09:10 · 🌐



[THEINTERCEPT.COM](https://www.theintercept.com) [Sobre este site](#)

Baquaqua: “prefiro morrer a viver para ser escravo”

O relato pessoal de um escravizado no Brasil do século 19.

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** 16 de julho às 08:57 · 🌐



[YOUTUBE.COM](https://www.youtube.com) [Sobre este site](#)

Introdução a "Pele negra, máscaras brancas" de Frantz Fanon

Introdução ao pensamento de Frantz Fanon. Tradução feita de "A Macat..."



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

16 de julho às 14:17 · 🌐

“Quem planta um prato colhe um saco”. Um ditado popular que circula entre comunidades revela muito de uma prática bastante comum entre quilombolas: a da preservação de sementes crioulas. O costume de selecionar as melhores sementes e as guardar para os próximos anos é repassado entre as diferentes gerações nos quilombos há anos. Agora, essa prática será ampliada em um movimento de troca que envolve comunidades de todo o estado, na Festa de Sementes e Mudas Quilombolas do Paraná.

Organizada pela Federação Estadual das Comunidades Quilombolas (Fecoqui) em parceria com a Rede de Sementes da Agroecologia (Resa), a atividade acontece no próximo dia 21 de julho na cidade de Castro.



BRASILDEFATO.COM.BR

Tradição quilombola, preservação e troca de sementes é resgatada em festa em Castro | Brasil de Fato



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

18 de julho às 20:02 · 🌐

O ataque sofrido pelo Quilombo Quingoma, em Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador (RMS), no último domingo (14), está longe de ser um caso isolado. Desde a implantação da Via Metropolitana Camaçari – Lauro de Freitas, em junho do ano passado, já foram registradas mais de 10 ocorrências de violência contra o povo do quilombo na 27ª Delegacia (Itinga).

“Já puseram fogo nos barracos, destruíram alvenarias, ameaçaram e espancaram quilombolas. Isso sempre existiu, mas depois da Via Metropolitana as coisas se intensificaram. Isso é fruto da especulação imobiliária”, declarou Ana Lúcia Santos Silva, conhecida como Donana, 57, coordenadora da Associação Quilombola de Quingoma.



CORREIO24HORAS.COM.BR

Quilombolas denunciam ataques em Lauro: 'destruíram o que viram pela frente'

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** 16 de julho às 09:52 · 🌐



PORTALCOSTAAZUL.COM

Estão abertas as inscrições para o I Fórum de Saberes Artesanais de Ubatuba | Portal Costa Azul - Notícias Litoral...

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** 16 de julho às 09:59 · 🌐



MST.ORG.BR

Mulheres quilombolas é tema de exposição no Paraná
A exposição fotográfica acontece no Centro Cultural Casarão, no...



Comunidade Quilombola Paiol de Telha



26 de julho às 16:01 · 🌐

Acontece que, historicamente, mulheres negras que ajudaram a contar a história do País, tendo papel importante na sociedade, são pouco lembradas. Tereza de Benguela é uma delas. Ela liderou de 1750 a 1770 o Quilombo do Quariterê, em Mato Grosso, após a morte de seu parceiro José Piolho e se tornou Rainha Tereza - uma heroína negra que comandou a resistência negra no período de escravidão. Universa traz uma lista de brasileiras que nos inspiram e, por vezes, foram apagadas ou esquecidas na História.



UOL.COM.BR

8 brasileiras negras para nos inspirar e que pouca gente sabe a história



28

14 compartilhamentos



Comunidade Quilombola Paiol de Telha



23 de julho às 15:16 · 🌐

Essas cenas cotidianas reafirmam um dos fundamentos que levaram Paraty e Ilha Grande a serem reconhecidas pela Unesco, há duas semanas, como Patrimônio Cultural e Natural Mundial: a diversidade dos povos tradicionais. Com diferentes costumes, crenças e feições, as comunidades têm em comum uma busca diária pela convivência sustentável com a natureza e consideram sagrados seus recantos de terra e mar.



OGLOBO.GLOBO.COM

Na Paraty multicultural, comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas lutam para manter suas identidades

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** 23 de julho às 15:13 · 🌐

Pertencimento, identidade, valorização e empoderamento. Com um nome para chamar a atenção, mesmo, o lançamento da campanha "Julho das Pretas" na Comunidade Quilombola Chácara Buriti foi recebida como um presente pelas moradoras. A tarde de conversa e troca de experiências emocionou e encorajou mulheres a se autoconhecerem para suportar a discriminação sofrida fora da comunidade.



CAMPOGRANDENEWS.COM.BR

Julho das Pretas dá tom estratégico para valorização da mulher negra

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** 8 de agosto de 2019 · 🌐

Coma aprendendo sobre a cultura e comida quilombola!!



Despertar Cmei está com Maria De Fátima Pinheiro e outras 5 pessoas
8 de agosto de 2019

Coma Aprendendo "Cultura Quilombola"... A alma não tem cor! Amamos participar!!
#comaaprendendo


Comunidade Quilombola Paiol de Telha · 7 de agosto de 2019 · 🌐

Vamos ajudar a divulgar entre os estudantes indígenas e quilombolas do Paraná!!

O IFPR firmou junto ao Ministério da Educação (MEC) a adesão ao Programa de Bolsa Permanência, destinado aos estudantes quilombolas e indígenas matriculados em cursos da graduação presenciais. A adesão foi formalizada pelo Ministério em 29 de julho.

O valor da bolsa é R\$ 900 e as inscrições para participação no programa podem ser feitas até 30 de agosto, exclusivamente pela internet, na página do ... [Ver mais](#)

**BOLSA PERMANÊNCIA
INDÍGENAS E QUILOMBOLAS**

[REITORIA.IFPR.EDU.BR](#) Sobre este site

IFPR firma parceria junto ao MEC para oferta de bolsas voltadas para estudantes indígenas e quilombolas – IFPR –...



**COMA APRENDENDO
CULTURA QUILOMBOLA**

Mais 26

Esc [Marilda Fadel](#) está com [Laurita Ferreira](#) e outras 25 pessoas.
 8 de agosto de 2019

E hoje foi dia de Coma Aprendendo... Merenda Esc de Castro..."Cultura Quilombola"... GRATIDÃO POR CADA MOMENTO... 🙏🙏🙏🙏🙏🙏

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 9 de agosto de 2019 · 🌐

"Os costumes, lendas e a comida dos quilombolas é o tema deste mês do projeto "Coma Aprendendo" para os alunos das escolas municipais de Castro.

Com Rozilda Cardoso e Liliane Cardoso.



DIARIODOSCAMPOS.COM.BR [Sobre este site](#)

Cultura Quilombola é tema do "Coma Aprendendo" em Castro
Os costumes, lendas e a comida dos quilombolas é o tema deste mês do...

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 7 de setembro de 2019 · 🌐



DOITY.COM.BR [i](#)

II Encontro Nacional de Estudantes Quilombolas
O evento em questão (II ENEQ - Encontro Nacional dos Estudantes...

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 13 de setembro de 2019



QUILOMBO PAIOL DE TELHA: QUEREMOS TITULAÇÃO não queremos despejo

Terra de Direitos
Organização não governamental (ONG)

Enviar mensagem

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 13 de setembro de 2019

Povo que não pára de lutar!!!



TERRADEDIREITOS.ORG.BR

Violação dos direitos de comunidades quilombolas pelo Estado brasileiro é tema de debate em Porto Alegre

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** ...
14 de setembro de 2019 · 🌐

Comunidade Quilombola Paiol de Telha - Núcleo Assentamento.
Venha conhecer um pouco dessa nossa história!



CORREIODOCIDADAO.COM.BR
No caminho do quilombo
A noite quilombola, que irá movimentar a comunidade Paiol de Telha, no...

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** ...
13 de setembro de 2019 · 🌐



TERRADEDIREITOS.ORG.BR
Guardiões de sementes: a preservação do meio ambiente e da vida para toda população

Comunidade Quilombola Paiol de Telha
12 de novembro de 2019

QUAL DEVO PROCURAR?

**Defensoria
Pública
da União**

↓

Causas na Justiça
Federal, INSS, FIES,
Caixa Econômica,
órgãos federais



**Defensoria
Pública
Estadual**

↓

Causas na Justiça
Estadual, como divórcio,
pensão alimentícia,
entre outros

DPU DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO www.dpu.def.br

Defensoria Pública da União - DPU está em Brasil. Curtir Página

Comunidade Quilombola Paiol de Telha
17 de setembro de 2019

#AoVivo: Acompanhe o julgamento dos recursos sobre a Comunidade Paiol de Telha, nesta manhã (17), pelo TRF4, em Porto Alegre (RS).

👉 O Tribunal Regional Federal da 4ª Região julgará o destino da titulação da Comunidade Quilombola Paiol de Telha nesta terça-feira (17), em Porto Alegre (RS). A Comunidade luta para manter a posse da terra e viabilizar a continuidade da titulação do território tradicional.

...Sem poder acompanhar o julgamento, a Comunidade acompanha o resultado ... [Ver mais](#)



Terça-feira
Direitos

da Arquivo Terra de Direitos



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

17 de setembro de 2019 · 🌐

Recurso público para quilombolas e indígenas, trabalhadores/as rurais do campo o governo não tem, mas tem para salmão e para jatinho branco em festinhas particulares para os (com)parças. As prioridades deste (des)governo são vergonhosas, assim como seu discernimento para todo o resto.

Por Isabela da Cruz.

Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/.../paiol-de-telha-a-comunid.../>

Copyright © 2019, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.



GAZETADOPOVO.COM.BR

Paiol de Telha: a comunidade quilombola do Paraná que desafia o presidente

A decisão foi que o Incra deve liberar recursos para aquisição de áreas do Quilombo Paiol de Telha que já tenham Decreto de Desapropriação assinado e suspende despejo das famílias quilombolas em área que ocupam.

Em maio deste ano o Paiol de Telha teve, após décadas de luta, parte de seu território titulado. No entanto, o título dá o domínio coletivo de apenas 225 hectares das terras que formam o território tradicional, uma extensão ainda muito distante dos 2,9 mil hectares reconhecidos pelo Incra como de direito da Comunidade.

Embora o Incra tenha reconhecido o direito à titulação da totalidade do território em 2014 e o decreto de desapropriação da área, em benefício da Comunidade, date de 2015, não havia, até então, expectativas em relação ao seguimento da titulação.



CENTRALCULTURA.COM.BR

TRF4 decide que Incra deve liberar recursos para aquisição de áreas do Quilombo Paiol de Telha, em Reserva do Iguazu

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 14 de setembro de 2019 · 🌐

Em maio deste ano o Paiol de Telha teve, após décadas de luta, parte de seu território titulado. No entanto, o título dá o domínio coletivo de apenas 225 hectares das terras que formam o território tradicional, uma extensão ainda muito distante dos 2,9 mil hectares reconhecidos pelo Inbra como de direito da Comunidade.

Embora o Inbra tenha reconhecido o direito à titulação da totalidade do território em 2014 e o decreto de desapropriação da área, em benefício da Comunidade, d... Ver mais



BRASILDEFATO.COM.BR

Tribunal Regional Federal julgará destino da titulação do Quilombo Paiol de Telha | Brasil de Fato

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 17 de setembro de 2019 · 🌐



Terra de Direitos
Organização não governamental (ONG)

Enviar mensagem

Terra de Direitos
14 de setembro de 2019 · 🌐

👤 O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) julgará o destino da titulação da Comunidade Quilombola Paiol de Telha...

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 18 de setembro de 2019 · 🌐

Decisão favorável a comunidade quilombola Paiol de Telha!! Vitória conquistada.



TRF4.JUS.BR

Área em disputa em Paiol de Telha segue com comunidade quilombola

👍👎👹 Você e outras 116 pessoas 4 comentários 36 compartilhamentos

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 18 de setembro de 2019 · 🌐

Viva a luta quilombola!!
Quilombos no Sul, também tem!
Viva a luta do povo!!



BRASILDEFATO.COM.BR

A luta e a resistência das comunidades quilombolas: Vitória da comunidade Paiol | Brasil de Fato

Olá.. Tudo bem? Tô passando aqui pra convidar pra festa da Consciência Negra que vai acontecer domingo dia 24/11 na Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha _ Fundão, no município de Reserva do Iguaçu, próximo ao Pinhão.

Será a primeira atividade da consciência negra no território agora titulado..
👤

Teremos atrações artísticas, rezas pros ancestrais, feira de produtos da comunidade. e almoço preparado com o tempero quilombola. ... Ver mais



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

20 de agosto de 2019 · 🌐


Ao longo dos cinco dias, mais de 500 pessoas puderam acompanhar as atividades. O grupo Jovens do Novo Quilombo, representante da Campina dos Morenos, também incorporou sua peça ao roteiro turístico.



CORREIODOCIDADAO.COM.BR

Arte e cidadania ilustram festival estudantil de teatro em Turvo

Você sabe como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho pode contribuir na luta de indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais do Tapajós na defesa de seus territórios? Participe do debate Direitos Humanos, democracia e autodeterminação de povos tradicionais na próxima quinta-feira (22) e confira as experiências desenvolvidas no Tapajós na construção de Protocolos de Consulta Prévia.

 Confirme presença e confira mais detalhes no evento do Facebook...
Ver mais




DEBATE
DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E A
AUTODETERMINAÇÃO DE POVOS
TRADICIONAIS:
DIREITO À CONSULTA PRÉVIA E A ELABORAÇÃO
DE PROTOCOLOS DE CONSULTA
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTARÉM
22 DE AGOSTO DE 2019, 19H

Realização:



Apoio:



20 de setembro de 2019 · 

Nos deixou hoje (20) a lutadora quilombola Marli de Souza Bueno. Quilombola do território tradicional de Gramadinho, do município de Doutor Ulysses (PR), Dona Marli ousou viver a luta contra o racismo, o machismo e a violência do latifúndio. Expulsa das terras de seus antepassados, ajudou a organizar a retomada de parte do território em 2008, onde vivia com sua família desde então.

Mulher de convicções, forte nas palavras e nas ações, se constituiu como mulher liderança quil... Ver mais



Dona Marli, presente!

 20/09/2019

Uma lutadora do território quilombola do Varzeão (PR)



Comunidade quilombola Paiol de Telha realiza conjunto de atividades pelo Dia da Consciência Negra

A primeira comunidade parcialmente titulada no Paraná, integrantes do território tradicional preparou atrações artísticas, rezas, feira de produtos e outros...

No próximo domingo (24) a Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha- Fundão realiza conjunto de atividades no território tradicional em razão do Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro.... Ver mais



TERRADEDIREITOS.ORG.BR

Por que a titulação do Quilombo Invernada Paiol de Telha é tão emblemática?



Até o Papa sabe...

"O papa Francisco disse na manhã de hoje que a Amazônia sofre com uma "mentalidade cega e destruidora que favorece o lucro". Afirmou ainda que o "homem não pode permanecer um espectador indiferente diante dessa destruição, nem a Igreja deve ficar em silêncio".

"A situação da Amazônia é um triste paradigma do que está acontecendo em muitas partes do planeta: uma mentalidade cega e destruidora que favorece o lucro à justiça; coloca em evidência a conduta pre... Ver mais



NOTICIAS.UOL.COM.BR

Amazônia sofre com mentalidade cega e destruidora que favorece o lucro, diz papa

PARA COMPREENDER A DINÂMICA DO FOGO NA AMAZONIA

Por trás dos incêndios que se alastram na floresta, e tornam escuras as cidades, não há maldade, mas capitalismo. No lugar das árvores, entram a soja e em especial a pecuária -- que faz a fortuna de transnacionais do agronegócio

Por Luís Marques, no Jomal da Unicamp... Ver mais



Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

21 de agosto de 2019 · 🌐

👍 Curtir Página

PARA COMPREENDER A DINÂMICA DO FOGO NA AMAZÔNIA

Por trás dos incêndios que se alastram na floresta, e tornam escuras as cidades, não há maldade, mas capitalismo...

Ver mais



OUTRASPALAVRAS.NET

A relação entre o fogo criminoso e o que comemos - Outras Palavras



Comunidade Quilombola Paiol de Telha — com Leonardo Da

Cruz em Curitiba, Paraná.

21 de setembro de 2019 · 🌐

Entre caboclos e baianas é um solo de dança contemporânea que busca em memórias aquilombadas em re-existências, percepções e partituras de movimento a serem irrigadas por elementos presentes nas danças da diáspora africana no Brasil.

Compondo um mosaico de diversidade que são nossos modos de mover e comunicar, busca-se outros possíveis desdobramentos para expressões corpóreo-vocais menos colonizadas na arte contemporânea.

#feiraafroempreendedora #dançaafro #dançasnegras #dançaafrocuritiba #feiraculturalafroempreendedora #entrecaboclosebaianas #quilombosviver #juventudenegraviva



29 DE SET DE 2019, DOM

Entre Cabocos Baianas Na X Feira Cultural e d@ Afro Empreended@r

★ Tenho interesse

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 21 de novembro de 2019 · 🌐

Neste 20 de novembro de 2019, o primeiro dia da Consciência Negra celebrado no território agora titulado, dia em que celebramos a história da população negra no Brasil, nossa comunidade prestou uma linda homenagem aos nossos mais velhos e mais velhas que lutaram durante anos para ter de volta o território conquistado.

Em um dos grupos de whatsapp a comunidade foi relembando ao longo do dia, de dezenas de pessoas que já se foram, mas que deixaram um grande legado de força, fé... [Ver mais](#)




Mais 24




Mais 189

Coletivo Triunfo adicionou 192 novas fotos ao álbum "17ª Feira de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade" — em Centro Cultural Reboças
18 de agosto de 2019 [Curtir Página](#)

Entre os dias 16 e 17 de Agosto de 2019, a cidade paraense de Reboças sediou a 17ª Feira Regional de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade e da 3ª Festa ... [Ver mais](#)

22 de agosto de 2019 · 🌐



Marcha das Margaridas 2019 Executiva Estadual MG
22 de agosto de 2019 · 🌐

👍 Curtir Página

22 de setembro de 2019 · 🌐

Lindo trabalho da escola e das professoras de Reserva do Iguçu. ❤️

"Em visita à Comunidade Paiol de Telhas os alunos dos 5ºs anos B e C com as professoras Izabel Marcelina de S. dos Santos e Eliane Caldas conheceram o lugar, as histórias de vida dos quilombolas.

Uma luta que já dura em torno de 40 anos para retomar o direito de suas terras, assim tem sido o dia-a-dia do povo da comunidade Invernada Paiol de Telhas. Cerca de onze escravizados alforriados em 1860 receberam 18 ... Ver mais



DIARIORESERVENSE.COM.BR

A comunidade de Santo Antônio e Quilombola pelo olhar das crianças - Diário Reservense

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 23 de agosto de 2019 · 🌐

Produção da comunidade:



Maria Ferraz está com Comunidade Quilombola Paiol de Telha.
23 de agosto de 2019

que Oxalá traga paz a todos os orís.
Epá bábá
: produção do Quilombo Paiol de Telha / Fundação

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 24 de setembro de 2019 · 🌐



DIARIORESERVENSE.COM.BR

Portaria reconhece 393 famílias Quilombolas em Reserva do Iguaçu - Diário Reservense



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

24 de novembro de 2019 · 🌐

Hoje o quilombo está em festa!!!

Viva o território titulado.

Viva o povo do Fundão ❤️



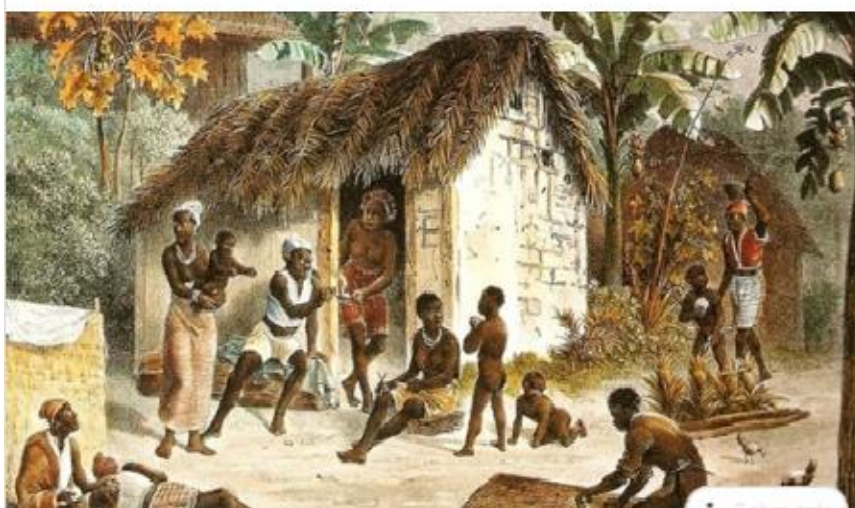
Você e outras 29 pessoas

1 compartilhamento



25 de agosto de 2019 · 🌐

"No modelo tradicional de resistência à escravidão (o quilombo de rompimento), a tendência dominante era a política do esconderijo e do segredo de guerra. Por isso, os quilombolas esforçavam-se para proteger o seu dia a dia, sua organização interna de todo tipo de forasteiro", descreve o pesquisador do setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa do Rio de Janeiro, Eduardo Silva. "Já os quilombos urbanos eram dormitórios dos negros fugitivos que tentavam a sobrevivência ... [Ver mais](#)



[i Sobre este](#)

AVENTURASNAHISTORIA.UOL.COM.BR

Quilombos urbanos: Os focos de resistência na luta abolicionista

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 26 de novembro de 2019 · 🌐

Muito obrigada ao Grupo Baquetá!!
Que trabalho lindo!






Grupo Baquetá está em Comunidade Quilombola Paiol de Telha.
26 de novembro de 2019 · Reserva do Iguagu · 🌐

👍 Curtir Página

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 28 de setembro de 2019 · 🌐

Viagem de convivência com lideranças femininas de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira - SP.
Quando: 15, 16 e 17 de novembro
Para se inscrever, clique aqui
Mais informações:
(11) 9-6859-3735... Ver mais



OUTRASPALAVRAS.NET

Um turismo para dialogar com povos tradicionais - Outras Palavras





Comunidade Quilombola Paiol de Telha

28 de setembro de 2019 · 🌐

A Justiça concedeu à comunidade quilombola 'Ilha de São Vicente', de Araguaatins, a posse sobre as terras em que vivem. A decisão foi tomada pela juíza federal Roseli Ribeiro, titular da 1ª Vara Federal de Araguaína, após um relatório de antropologia provar que o antigo líder da comunidade, Salvador Batista Barros, foi descendente de escravos que receberam a terra como doação durante a abolição da escravatura, em 1888. O documento aponta que Salvador Batista era bisneto de Julião Barros e Serafina Benedita Batista. O casal teria recebido a terra logo após a assinatura da Lei Áurea.



G1.GLOBO.COM

Quilombolas ganham posse de ilha após comprovarem parentesco com escravos que receberam a terra na abolição



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

30 de agosto de 2019 · 🌐

Mais uma luta pra defe der nosso território.

Precisamos do seu apoio!

Não as PCH's que vão inundar nosso território!!!... Ver mais



DIARIORESERVENSE.COM.BR

Reserva do Iguaçu e Pinhão terão audiências de projetos de PCHs - Diário Reservense

Comunidade Quilombola Paiol de Telha de Telha - Núcleo Assentamento,
Entre Rios - Guarapuava PR.

Via Paiol das Artes



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

9 de julho às 14:40 · 🌐

Ariramba é um território Quilombola da Amazônia recentemente titulada pelo Governo do Estado do Pará. Seus moradores lutam pela conservação da floresta e para terem seus direitos respeitados. O povo de Ariramba tem orgulho de sua história e quer exercer sua cultura, suas medicinas e seu futuro. A melhoria do acesso a educação é essencial para a comunidade.

<https://www.youtube.com/watch?v=Od6mEmyfhAg>



YOUTUBE.COM

QUILOMBO ARIRAMBA (Português)

Ariramba é em território Quilombola da Amazônia recentemente titulada...



No dia 25 de julho se comemora o dia da Mulher Negra Latinoamericana e Caribenha. Esta data surgiu em 1992, após o primeiro Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhas, na República Dominicana. No Brasil, durante o governo de Dilma Rousseff, o 25 de julho foi instituído como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, em homenagem a líder quilombola Tereza de Benguela, que liderou o Quilombo do Quariterê.

Nossa história é repleta de levantes, revoltas e formas ... [Ver mais](#)



BRASILDEFATO.COM.BR

[Sobre este site](#)

EDITORIAL | Mulheres negras são protagonistas nas lutas por justiça social no Brasil | Brasil de Fato



Será julgado nesta quinta-feira (11) o pedido de reintegração de posse do acampamento Quilombo Campo Grande, que foi construído pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município de Campo do Meio, Sul de Minas Gerais. A audiência acontece a partir das 13h30 no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em Belo Horizonte. A reintegração seria julgada no fim de 2018, mas foi adiada devido à luta das 450 famílias, que há 20 anos vivem e produzem na terra.

Para... [Ver mais](#)



BRASILDEFATO.COM.BR

Reintegração de posse do Quilombo Campo Grande (MG) será julgada na quinta (11) | Brasil de Fato

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 9 de julho às 16:18 · 🌐

No trabalho, a pesquisadora demonstra "a necessidade de redimensionar os conceitos de identidade e territorialidade associadas às interpelações com o espaço e a sociedade num cenário de representação política e social vividos pela comunidade entre os anos de 1985 e 2008, trazendo elementos culturais que os identificam e os oferecem o status de Comunidade Quilombola".

"Ler o trabalho de uma mulher negra e sobre a vida de outra mulher negra, latina e periférica para mim tem um... Ver mais



TOPMIDIANEWS.COM.BR

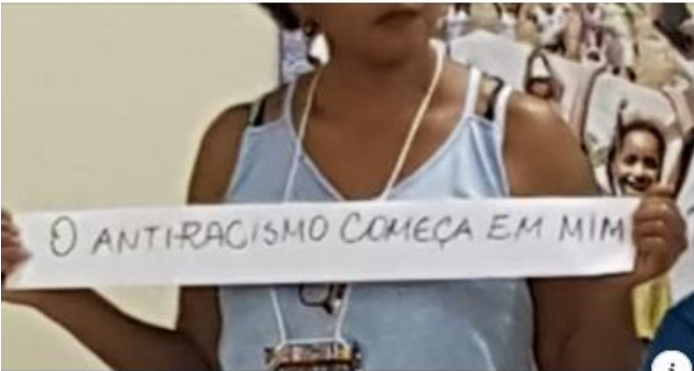
Pela 1ª vez, UFGD leva banca de mestrado a remanescentes de quilombos em Campo Grande

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 9 de julho às 16:25 · 🌐

Serão implementadas 1.546 cisternas de 16 mil litros em 24 municípios de seis estados - Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia e Minas Gerais. Todas em comunidades quilombolas. Assim como serão capacitadas em gestão e manejo da água a mesma quantidade de famílias.

Já as cisternas escolares de 52 mil litros, serão construídas 256 em 40 municípios. Mas não serão todas em comunidades quilombolas.

A indicação das comunidades beneficiadas será a partir da base de dados da Fundação Palmares, responsável pelo processo de certificação das comunidades como quilombolas, e também do Cadastro Único, um sistema de informações do Governo Federal que reúne informações sobre as famílias que são atendidas pelos programas sociais.



ASABRASIL.ORG.BR

Comunidades quilombolas do Semiárido são prioridade em nova etapa dos programas da ASA de acesso à água para...

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 9 de julho às 16:32 · 🌐

Vindas de comunidades rurais quilombolas de Pernambuco, uma da Região Metropolitana e outra do Sertão, Fátima da Silva Barros e Maria José de Sousa Silva, conhecida como Mazer, são convidadas especiais da oficina Quilombolas do Semiárido: Luta e Resistência Negra no Campo, promovida pela ASA para planejar as ações das organizações que vão executar as novas etapas dos programas Um Milhão de Cisternas e Cisternas nas Escolas. O encontro é realizado até amanhã (5), em Camaragibe...
[Ver mais](#)



ASABRASIL.ORG.BR

Entrevista - Quilombolas do Semiárido: Luta e Resistência Negra no Campo

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 9 de julho às 16:44 · 🌐

Quilombo do Campinho compartilhou um link para o evento FLIP PRETA 2019. 9 de julho às 14:43 · 🌐 [Curtir Página](#)

Música, oficinas, teatro de bonecos, lançamento de livros, contação de histórias e um espaço de mediação de leituras. Tudo isso fará parte da programação da Fli...
[Ver mais](#)



QUILOMBODOCAMPINHO.ORG

Confira a programação infantil da Flip Preta!
 A Tenda das Crianças vai acontecer durante os dias de Flip Preta no...



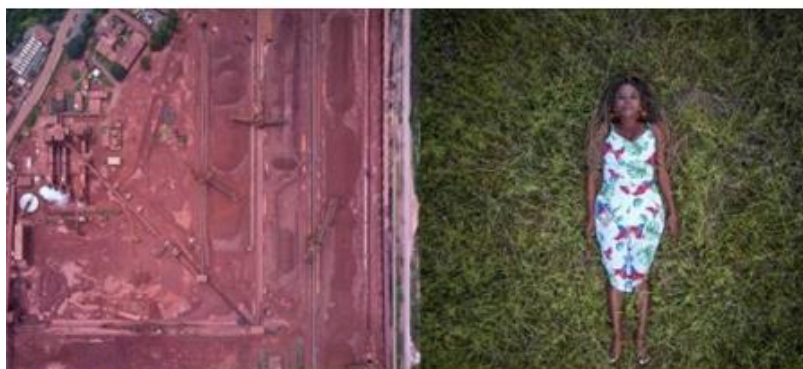
Comunidade Quilombola Paiol de Telha



9 de julho às 17:09 · 🌐

Mãe Domingas, o território quilombola onde vive Drica, está entre os mais pobres dos oito que existem na região do rio Trombetas, um afluente da margem esquerda do rio Amazonas, no Pará.

A vida transcorre aqui em unidades familiares modestas. Estas agrupam duas ou três casas, muitas delas com paredes de madeira e telhados de folha de palmeira, e fácil acesso ao rio, que é o canal de comunicação fundamental, se não único. Não há energia, exceto a de um gerador que os habitante... [Ver mais](#)



EL PAÍS



BRASIL.ELPAIS.COM

Drica: Defender o território para as gerações futuras significa resistir



Comunidade Quilombola Paiol de Telha



9 de julho às 17:14 · 🌐

"O vídeo traz um roteiro que mostrará como a atitude da Rita Preta lá atrás impactou na vida de tantas mulheres das gerações seguintes. Será um vídeo que abordará a história, as lutas dessas mulheres, o desenvolvimento da atividade com o barro, o reconhecimento e autoafirmação delas como comunidade genuinamente quilombola. Tudo sob a ótica dessas paraibanas guerreiras que hoje orgulham aquele município", disse o gerente de comunicação do Semear Internacional e diretor do docu... [Ver mais](#)



NACOESUNIDAS.ORG

Curta-metragem mostra história de mulheres quilombolas apoiadas pelo FIDA na Paraíba



Comunidade Quilombola Paiol de Telha



9 de julho às 17:23 · 🌐

Nascido no Quilombo de Damásio, o Bumba Boi de Guimarães, é um dos grandes expoentes do sotaque de zabumba e há mais de 40 anos uma referência na cultura do Maranhão. Pelo segundo ano consecutivo, o Bumba-meu-boi de Guimarães se apresentará no Casa d'Arte Centro de Cultura. A apresentação, que faz parte do projeto No caminho do farol e das comemorações dos cinco anos do espaço, acontecerá no próximo dia 27 de junho às 20h, durante a temporada de brincadeiras, na capital.



Sobre este site

OIMPARCIAL.COM.BR

A resistência do batalhão do Boi de Guimarães no Casa d'Arte | O Imparcial



Comunidade Quilombola Paiol de Telha



11 de julho às 12:51 · 🌐

No Brasil, menos de 7% das terras quilombolas estão regularizadas. Sem a certificação, os locais que foram originalmente refúgio de escravos, não recebem políticas públicas e viram regiões de conflitos. Essa é uma das principais demandas da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas.



JORNALGGN.COM.BR

CDHM apoia lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas - GGN



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

11 de julho às 12:55 · 🌐

O acordo precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional para ter efetividade. A proposta é analisada no momento pela Câmara dos Deputados em três comissões. Caso tenha a votação favorável dos parlamentares na casa, deverá ser apreciada pelo Senado Federal.

As principais diferenças giraram em torno de três pontos. O primeiro está ligado à natureza do acordo e à transparência das informações. O segundo diz respeito a que tipo de proteções sociais serão asseguradas às comunidades quilombolas da região da base. E o terceiro envolve, em existindo tais garantias, se elas devem ser resolvidas antes ou a posteriori.



AGENCIABRASIL.EBC.COM.BR

Governo e sociedade divergem sobre garantias no acordo de Alcântara



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

11 de julho às 13:39 · 🌐

Marinete Silva participou de roda de conversa sobre mulheres negras e quilombolas na terça-feira. Outras mães que tiveram filhos assassinados também participaram do encontro.



G1.GLOBO.COM

'Morte de Marielle foi planejada e só consigo perguntar o porquê', diz mãe de vereadora em evento no DF



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

11 de julho às 13:39 · 🌐



E nesta quinta-feira (11), começa no Quilombo do Campinho, há 12 quilômetros de Paraty, a Flip Preta, com autores e diversos artistas pretos debatendo a centralidade da luta contra o racismo e reconhecimento das raízes africanas no Brasil.

A Flip Preta celebra também os 20 anos de titulação do quilombo do Campinho, o primeiro reconhecido no estado do Rio.

JORNALFLORIPA.COM.BR



Euclides da Cunha e "Os Sertões" são homenageados na Flip; confira a programação

Começa nesta quarta-feira (10) a 17ª Festa Literária Internacional de Paraty, a Flip, que neste ano homenageia Euclides da Cunha. A sessão de abertura acontece às 19h e tem como tema Canudos, o cenário de Os Sertões, o...



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

11 de julho às 13:41 · 🌐



A Kilombu Modas acabou não sendo apenas uma alternativa, mas um projeto de união, integração com a comunidade e orgulho da cultura negra. Amaurisa de Souza (31 anos), Denalva dos Santos (25), Jacqueline Lisboa (18), Josiany de Souza (29), Josicleia de Souza (23), Maria Nilza dos Santos (32) e Vanuza Costa (35) fazem tudo quanto é tipo de roupa customizada para diversas idades, assim como panos de prato, toalhas, almofadas, quadros, brincos etc. A equipe se divide em setor de ...
[Ver mais](#)



BRASILDEFATO.COM.BR



Mulheres quilombolas criam marca de roupa de valorização da negritude | Brasil de Fato



Solange Rebonato Gomes está com Lourival Leite de Carvalho e outras 3 pessoas.
8 de agosto de 2019

Depois de estudarem sobre a Cultura Quilombola foi a vez de saborearem a deliciosa comida típica FEIJOADA!
Valeu o empenho e dedicação de todos os funcionários, merendeiras e professores da escola Lourival Leite de Carvalho!



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

12 de julho às 21:09 · 🌐

Aula de campo no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos no Quilombo João Surá.

Município de Adrianópolis

Vale do Ribeira/ Paraná.... Ver mais



Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos

12 de julho às 18:30 · 🌐

👍 Curtir Página

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** 16 de julho às 14:17 · 🌐

“Quem planta um prato colhe um saco”. Um ditado popular que circula entre comunidades revela muito de uma prática bastante comum entre quilombolas: a da preservação de sementes crioulas. O costume de selecionar as melhores sementes e as guardar para os próximos anos é repassado entre as diferentes gerações nos quilombos há anos. Agora, essa prática será ampliada em um movimento de troca que envolve comunidades de todo o estado, na Festa de Sementes e Mudanças Quilombolas do Paraná.

Organizada pela Federação Estadual das Comunidades Quilombolas (Fecoqui) em parceria com a Rede de Sementes da Agroecologia (Resa), a atividade acontece no próximo dia 21 de julho na cidade de Castro.



BRASILDEFATO.COM.BR

Tradição quilombola, preservação e troca de sementes é resgatada em festa em Castro | Brasil de Fato

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** 16 de julho às 14:34 · 🌐

Em encontro na sede da Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) em Brasília, a mãe da Marielle Franco, dona Marinete, esteve pela primeira vez com a mãe do Binho do Quilombo, dona Bernadete. Binho foi executado em setembro de 2017, em frente à escola da sua filha, na frente da menina. Marielle Franco foi assassinada em 2018, os principais suspeitos são milicianos.

Marielle e Binho tinham ao menos duas coisas em comum: a pele negra...
Ver mais




REGRADOSTERCOS.COM.BR

Mãe de Marielle Franco une forças com mãe Binho do Quilombo

Comunidade Quilombola Paiol de Telha
18 de julho às 09:23

I ENCONTRO DE MULHERES QUILOMBOLAS DO PARANÁ

DIAS 20 DE JULHO sábado 08h às 17h
LOCAL: RUA AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 123
BAIRRO CENTRO, CASTRO - PARANÁ



A HISTÓRIA DAS SEMENTES CAMINHA JUNTO COM A HISTÓRIA DAS MULHERES

PROGRAMAÇÃO

08h – CAFÉ TRADICIONAL QUILOMBOLA ABERTURA E BOAS VINDAS AS MULHERES • CANTIGAS E BRINCADEIRAS DA INFÂNCIA • QUILOMBINHO: ESPAÇO AUTOGESTIONADO PARA CRIANÇAS

09h – RODA DE CONVERSA: "MULHERES NEGRAS E QUILOMBOLAS E AS SEMENTES TRADICIONAIS"

10h – GT'S POR TEMAS: "MOMENTOS DE PROSA"
GT 1 – PRESERVAR A MEMÓRIA: A IMPORTÂNCIA DE VALORIZAR O CONHECIMENTO TRADICIONAL • GT 2 – SAÚDE E AUTO CUIDADO: CHÁS, ERVAS, BANHOS E REMÉDIOS DE ANTIGAMENTE

12h – ALMOÇO

14h – RODA DE CONVERSA: "OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS"

15h – GT'S POR TEMAS: "MOMENTOS DE PROSA"
GT 1 – PENSANDO O FUTURO: COMO PROTEGER NOSSAS COMUNIDADES • GT 2 – PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO DIA A DIA DAS COMUNIDADES

ATIVIDADES PARA DESPERTAR O CORPO E DICAS PARA ALIVIAR AS TENSÕES • DINÂMICA: CORPO • TERRITÓRIO

17h – CAFÉ APRESENTAÇÃO DAS DISCUSSÕES EM GRUPOS • ENCERRAMENTO E NOITE CULTURAL

CONTATOS
SECRETARIA FECCQUI/PR: 41 996692328
fscpr022@gmail.com

Comunidade Quilombola Paiol de Telha
18 de julho às 15:23

Desde o último dia 13 de abril, parte desses produtos está à venda para um público mais amplo, graças ao lançamento da linha Ecosocial Kalunga no Mercado de Pinheiros, em São Paulo. A chegada à capital paulista se deu pelo renomado chef Alex Atala, reconhecido pelo uso de ingredientes de diferentes biomas brasileiros em pratos de alta gastronomia. Ele é o criador do projeto Baunilha do Cerrado, conduzido por sua organização – o Instituto Atá – no território quilombola entre ... [Ver mais](#)



DEOLHONOSRURALISTAS.COM.BR

Alex Atala registra marcas da baunilha do Cerrado, alimento tradicional dos quilombolas - De Olho nos Ruralistas

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 18 de julho às 20:02

O ataque sofrido pelo Quilombo Quingoma, em Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador (RMS), no último domingo (14), está longe de ser um caso isolado. Desde a implantação da Via Metropolitana Camaçari – Lauro de Freitas, em junho do ano passado, já foram registradas mais de 10 ocorrências de violência contra o povo do quilombo na 27ª Delegacia (Itinga).

"Já puseram fogo nos barracos, destruíram alvenarias, ameaçaram e espancaram quilombolas. Isso sempre existiu, mas depois da Via Metropolitana as coisas se intensificaram. Isso é fruto da especulação imobiliária", declarou Ana Lúcia Santos Silva, conhecida como Donana, 57, coordenadora da Associação Quilombola de Quingoma.



CORREIO24HORAS.COM.BR

Quilombolas denunciam ataques em Lauro: 'destruíram o que viram pela frente'

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 22 de julho às 13:31

O magistrado esclareceu que a informação sobre a existência e a necessidade de proteção de comunidade quilombola somente foi trazida aos autos para discussão, por meio de ofício do Ministério Público Federal e não figuram como partes nos autos ou terceiros interessados representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou da Fundação Cultural Palmares (FCP), nem restou evidenciado interesse federal na demanda.

De acordo com o juiz, caso haja reinteg... Ver mais



ITATIAIA.COM.BR

Audiência de conciliação sobre reintegração de posse no bairro Santa Tereza será nesta segunda



Comunidade Quilombola Paiol de Telha



22 de julho às 13:37 · 🌐

HOMENAGEADAS - De áreas distintas, as homenageadas integram diversas frentes dentro do Movimento Social Negro, como liderança comunitária, quilombola, atuação em promotória popular, saúde pública, pesquisa, feminismo negro, entre outros setores.

Parabéns dona [Márcia Arlete Ferreira da Silva](#)
Liderança quilombola de Palmas.



AEN.PR.GOV.BR

Movimenta Preta homenageia 30 mulheres negras

Saiba mais...



Comunidade Quilombola Paiol de Telha



23 de julho às 13:47 · 🌐

Protagonizado por estudantes do Colégio Estadual Antônio Batista, localizado em Candiba, o Projeto Quilombo dos Anjos é um dos 40 finalistas do Prêmio Criativos da Escola 2019. A iniciativa premia projetos desenvolvidos por crianças e jovens que impactam positivamente nas suas escolas ou nas comunidades e nos municípios onde moram. Ao todo, foram inscritos 1.443 projetos de todo o Brasil, sendo 188 só da Bahia. O projeto resulta da formação de um grupo de dança com 11 estudantes quilombolas e residentes do Quilombo Lagoa dos Anjos, localizado a cerca de 10 km do centro da cidade e onde vivem 25 famílias. Por meio da dança, o projeto faz um resgate de ritmos africanos, contribuindo para a autoestima e, principalmente, para o sentimento de pertencimento e de identidade étnico-racial dos estudantes.



ATARDE.UOL.COM.BR

Estudantes quilombolas de Candiba são finalistas do Prêmio Criativo da Escola



Comunidade Quilombola Paiol de Telha 23 de julho às 14:00 · 🌐

Um processo que se arrasta há 50 anos na Justiça ganha mais 100 dias para autoridades decidirem sobre o destino de 16 famílias, no total de 40 pessoas, moradoras da Vila Teixeira, em Santa Tereza, na Região Leste de Belo Horizonte – o território foi reconhecido como quilombo, em 18 de julho, pela Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cidadania.




EM.COM.BR

Desocupação de área de quilombo em disputa no Santa Tereza é suspensa por 100 dias

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 23 de julho às 14:01 · 🌐

Apesar de reconhecer que a proposta da PBH garante um fôlego para as famílias, a Associação Comunitária de Santa Tereza também se posicionou contrária à medida. O motivo é essa mesma cláusula citada por Gláucia: que as partes envolvidas concordam com a desocupação voluntária caso os herdeiros, autores da ação, afirmem que não receberam a UTDC.

“Em hipótese alguma a gente vai concordar com a desocupação da área, mesmo se a Prefeitura não cumprir o acordo. Entendemos que o município não deve arcar com nenhum recurso para beneficiar herdeiros que não têm direito a nada, por conta de todas as ilegalidades que constam no processo. Nunca vi um processo tão absurdo na vida. O Arthur Ramos vendeu muito mais terra que ele tinha”, contesta Joviano Mayer, advogado popular e membro da diretoria da Associação.



BRASILDEFATO.COM.BR

Ação de despejo do Quilombo da Vila Teixeira, em BH, é suspensa pela Justiça | Brasil de Fato

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 23 de julho às 14:02 · 🌐

A empresa estatal Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é a responsável pela construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste – FIOL, com 1527 km de extensão, ligando a região Oeste, o futuro porto de Ilhéus (no litoral baiano) a Figueirópolis (em Tocantins), de onde se conectará com a Ferrovia Norte Sul. Parte dessa ferrovia passa por áreas quilombolas da cidade de Bom Jesus da Lapa, no oeste da Bahia.

Desde o seu início, as comunidades quilombolas de Bom Jesus da L...
Ver mais



BOMJESUSDALAPANOTICIAS.COM.BR

Ibama proíbe empresa VALEC de realizar obras da FIOL em territórios quilombolas de Bom Jesus da Lapa, por...

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 23 de julho às 14:08 · 🌐

Lideranças indígenas e quilombolas de Oriximiná, oeste do Pará, procuraram apoio do Ministério Público Federal de Santarém, em reunião realizada na quarta-feira (17), para fortalecer a articulação no enfrentamento às recentes ameaças contra seus territórios. "O apoio do MPF é ainda mais importante num momento em que assistimos um processo de desmonte das políticas que asseguram os direitos desses povos", disse Lúcia Andrade, coordenadora da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

Durante a reunião, 18 lideranças, acompanhadas de representantes do Iepé-Instituto de Pesquisa e Formação Indígena e da Comissão Pró-Índio de São Paulo, compartilharam suas preocupações diante dos retrocessos na política indigenista e quilombola com os Procuradores da República no Pará Patrícia Daros Xavier e Luis de Camões Lima Boaventura.



G1.GLOBO.COM

Com territórios ameaçados, indígenas e quilombolas de Oriximiná solicitam apoio do MPF

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** ...
23 de julho às 14:10 · 🌐

Atala reafirma que não se desviou do contrato com a Fundação Banco do Brasil e lembra que “empreende e investe do próprio bolso pelos ingredientes exclusivos do Brasil”. O chef divulgou uma nota.
Leia a íntegra:



METROPOLES.COM i

Alex Atala nega acusações de que estaria em litígio com quilombolas

 **Comunidade Quilombola Paiol de Telha** ...
23 de julho às 14:17 · 🌐

A polícia, claro, sabia que aquele quilombo existia. Todo mundo sabia que aquele quilombo estava ali. Não adiantava. Era mais forte. Tornou-se símbolo da luta a favor da abolição.



ODIA.IG.COM.BR i

Leblon já foi Quilombo
Bairro que completa 100 anos foi essencial para a queda da escravidão



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

23 de julho às 15:10 · 🌐

Falta de títulos de terra prejudica sobrevivência de quilombos.

O relatório da especialista da ONU ressalta ainda que a extração de recursos naturais, tal como é realizada atualmente em algumas partes do mundo, perpetua práticas discriminatórias e desigualdades dos tempos coloniais.

“Para comunidades indígenas e afrodescendentes, e outras comunidades étnicas e raciais, especialmente aquelas em territórios rurais, os legados coloniais e as formas tradicionais de relação com a... Ver mais



NACOEUNIDAS.ORG

Especialista lembra tragédia de Brumadinho em relatório sobre direitos humanos e extração de recursos naturais



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

23 de julho às 15:13 · 🌐

Seis meses depois de matar centenas de pessoas, a Vale foi condenada pela primeira vez, na Justiça estadual de Minas Gerais, a reparar os danos causados pelo rompimento da barragem na mina do Córrego do Feijão em Brumadinho, no mês de janeiro. Na época, comunidades quilombolas da região também foram atingidas pelo desastre ambiental. Foram registradas 16 vítimas fatais nesta população. Dada na terça-feira, 9, pelo juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias da capital, El... Ver mais



BR.NOTICIAS.YAHOO.COM

Com a primeira condenação da Vale, quilombola espera reparação ambiental em Brumadinho



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

...

23 de julho às 15:18 · 🌐

Os quilombolas expulsos de seus territórios foram transportados para agrovilas localizadas no interior do estado, em uma região coberta por areia e de solo estéril. Nos quilombos, a pesca garantia o sustento da comunidade e ditava a dinâmica de organização do local. “Não sei nem porque chama ‘agrovila’, de agro não tem nada. É um projeto que deu errado. Eu moro em uma das agrovilas, nunca deu certo, nos colocaram em um lugar onde não temos como nos sustentar”, explica Antônio Marcos Pinho Diniz, presidente do sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara.



BRASILDEFATO.COM.BR

Para entregar a base de Alcântara aos EUA, governo federal pode remover quilombolas | Brasil de Fato



Comunidade Quilombola Paiol de Telha

...

24 de julho às 15:06 · 🌐

Na abertura, a organização preparou uma mesa de debates com o tema “Mulheres elas são o que quiserem ser! Pretas no poder”, que contará com a participação da advogada Naryanne Ramos, da professora Silviane Ramos, da bacharel em Direito Laura Silva, da professora Francileia Paula Castro e da performer e escritora Luna Vitrolira.



CIRCUITOMT.COM.BR

Eventos discutem situação atual e perspectivas de mulheres negras

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 25 de julho às 16:21

Está aberto o processo seletivo especial com 40 vagas para o curso interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da UFFS, campus Laranjeiras do Sul. As inscrições são gratuitas e vão até 12 de agosto, com provas dia 17 de agosto.

O curso é oferecido em ALTERNÂNCIA, e as aulas serão ministradas majoritariamente na Casa Familiar Rural de Candói-Pr.

Maiores informações no edital:



UFFS.EDU.BR


Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas divulga processo seletivo

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 26 de julho às 15:55

A presença da mulher quilombola no Judiciário brasileiro é sempre do outro lado do banco, na luta por direitos. Vítimas de um Estado que institucionaliza o racismo ao deixar que elas padeçam pela não efetivação dos direitos humanos. Mulheres que sofrem com a quase inexistência de políticas públicas que as alcancem e com o mercado, que tenta usurpar sua territorialidade.

O que se demonstra é que o sistema judiciário é um espaço pouco ocupado por mulheres negras, seguindo uma história de invisibilidade, que as colocam como seres humanos inferiorizados, exercendo trabalhos que são considerados subalternos e que não são valorizados como deveriam ser.

A função jurisdicional deve ser exercida por pessoas que representem a diversidade de nossa sociedade e deve ser fundada sobre princípios e mecanismos de participação e controle social.



TERRADEDIREITOS.ORG.BR

Advogadas quilombolas: nós fazemos resistência à um sistema de justiça branco, masculino e distante do povo

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 25 de julho às 16:24 · 🌐

25 de julho é o dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. A homenagem à guerreira e liderança quilombola foi criada pela Lei nº 12.987/2014, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. O dia 25 de Julho é também o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, data que passou a ser comemorada a partir de 1992, após a realização do 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, realizado em Santo Domingo, na República Dominicana...

[Ver mais](#)



MST.ORG.BR

25 de julho: Memorar a Luta e Resistência das Guerreiras Negras

Comunidade Quilombola Paiol de Telha 25 de julho às 16:15 · 🌐

Mulheres Negras movem o mundo.



É preciso ter força.
É preciso ter raça.
É preciso ter gana
sempre!
Milton Nascimento

25.07 Dia da Mulher
Negra Latino-Americana
e Caribenha

Maria Vai e Faz 25 de julho às 12:44 · 🌐

[Curtir Página](#)

Força, Marias! ❤️



Comunidade Quilombola Paiol de Telha



26 de novembro de 2019 · 🌐



AVENTURASNAHISTORIA.UOL.COM.BR

Griots: Os contadores de histórias da África Antiga

Até hoje, os Griots seguem seu papel de guardiões da tradição



Comunidade Quilombola Paiol de Telha



19 de julho às 18:04 · 🌐



OBSERVATORIO3SETOR.ORG.BR

Livro infantil apresenta brincadeiras de países africanos para crianças